

ALARCON AGRA DO Ó
KATYUSCIA KELLY CATÁO DE SOUSA
(ORGANIZADORES)

CIDADES:

histórias, experiências, personagens



CIDADES:

histórias, experiências, personagens

ALARCON AGRA DO Ó
KATYUSCIA KELLY CATÃO DE SOUSA
(ORGANIZADORES)

CIDADES:

histórias, experiências, personagens



CAMPINA GRANDE - PB

2021

C568 Cidades: histórias, experiências, personagens [livro eletrônico] / Alarcon Agra do Ó; Katyuscia Kelly Catão de Sousa (organizadores). – Campina Grande: EDUFCG, 2021.

214 p.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-86302-42-4

1. Cidades. 2. Experiências Urbanas. 3. Urbanismo. I. Título. II. Ó, Alarcon Agra do. III. Sousa, Katyuscia Kelly Catão de.

CDU 711.4

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA MARIA ANTONIA DE SOUSA CRB-15/398

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
editoradaufcg@gmail.com

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho
Reitor

Prof. Dr. Mario Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata
Vice-Reitor

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Pojeto Gráfico

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

* * *

APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos se propõem a explorar, por diversos caminhos, o tema da cidade. Contando histórias, narrando experiências e apresentando personagens, os autores nos apresentam cenários múltiplos, sedutores e instigantes.

A imagem que se coloca na articulação dos textos é a de uma realidade múltipla, plural, móvel. A cidade reinventa a si mesma e se vê reinventada nas mais variadas práticas que a atravessam e a constituem. As pessoas, nela, transformam a si mesmas enquanto existem, sem pausas ou intervalos. O saber da história vai capturando e refazendo tudo, emprestando sentido ao que, de outro modo, seria apenas silêncio.



Tudo o que vai dito nas páginas a seguir consiste em um conjunto de produções realizadas no ambiente acolhedor da vida acadêmica. Neste sentido, o livro que apresentamos é não apenas uma obra de estudo, mas é, também, o registro de uma prática de saber que, pelo seu existir, torna a vida social mais dinâmica e criativa. Nosso desejo é que as palavras ditas a seguir sirvam de estímulo para que outras tantas se coloquem, sob a forma de outras histórias. Nossa esperança é a de que nada as impeça.

OS ORGANIZADORES

SUMÁRIO

- 13 **CAPÍTULO 1**
MEMÓRIAS DE ESCOLA – EDUCAÇÃO E URBANIDADE NAS
REMINISCÊNCIAS DE ANTONIO PEREIRA DE MORAES
KATYUSCIA KELLY CATÃO DE SOUSA
- 31 **CAPÍTULO 2**
CONTROLE E DISCIPLINA: CRATO E O CAMPO DE
CONCENTRAÇÃO DO BURITI NA SECA DE 1922
RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO
- 53 **CAPÍTULO 3**
LIMA BARRETO E OS SUBÚRBIOS CARIOCAS: UM
CRONISTA NA PERIFERIA DA *BELLE ÉPOQUE*
JOACHIN DE MELO AZEVEDO NETO
- 77 **CAPÍTULO 4**
AS CIDADES COMO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL:
RELATOS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE GILBERTO
AMADO EM RECIFE E NO RIO DE JANEIRO
MARIA CLAUDIA CAVALCANTE
- 95 **CAPÍTULO 5**
CENAS DE MODERNIZAÇÃO URBANA: A
CONSTRUÇÃO DA AVENIDA ORLANDO OLIVEIRA
PIRES (JACOBINA – BAHIA 1955-1959)
EDSON SILVA

113

CAPÍTULO 6

O BAIRRO JOSÉ PINHEIRO: MEMÓRIAS,
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

SILVIA TAVARES DA SILVA

139

CAPÍTULO 7

“AQUI RENASCE A ESPERANÇA”:

A CIDADE DOS LEPROSOS

FERNANDA KAROLINE MARTINS LIRA ALVES VIRGOLINO

159

CAPÍTULO 8

MEMÓRIAS DE UM “MAU LUGAR” ENTRE
PALAVRAS, LEMBRANÇAS, TENTATIVAS DE
ESQUECIMENTO E HIGIENIZAÇÃO

YAGO FELIPE CAMPELO DE LIMA

179

CAPÍTULO 9

“POR TRÁS DAS GRADES DE FERRO O
TÍTULO DE TERAPIA”: JOÃO RIBEIRO E A
LOUCURA EM CAMPINA GRANDE

LORRANE RANGEL AGRA LOPES

199

CAPÍTULO 10

AS CIDADES VIOLENTAS INTERPELADAS
PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
— O CASO TERESA CALDEIRA

ALARCON AGRA DO Ó

CAPÍTULO 1

MEMÓRIAS DE ESCOLA – EDUCAÇÃO E URBANIDADE NAS REMINISCÊNCIAS DE ANTONIO PEREIRA DE MORAES

KATYUSCIA KELLY CATÃO DE SOUSA¹

“São as recordações de um tempo bom e de uma
infância sem sonhos, naqueles tempos inocentes.”

Antonio Pereira de Moraes, *Vi, Ouvi e Senti*

“S apato novo, mandado fazer, sob encomenda, lá ia eu para a escola do professor Pedro Otávio”. Era ano de 1918 e, levado por um amigo da família e não por seus pais, o menino Antonio Pereira de Moraes daria início à sua vida escolar. No futuro, sua vida se daria entre papéis e palavras, tendo ele se tornado livreiro e poeta.

Além de versos, produziu um livro de memórias, que intitulou *Vi, ouvi e senti* – obra na qual ele construiu para si uma identidade de *letrado*. Era aquele um livro pequeno, editado nos meados dos anos

[1]. Licenciada e mestre em História pela UFCG.

1980, composto por breves textos, relatos impressionistas acerca das experiências vividas e lembradas pelo seu autor.

Este artigo, uma primeira aproximação acerca de uma fonte e de algumas questões, consiste na leitura de trechos do seu livro de memórias, no sentido de encontrar ali registros históricos de uma experiência de infância passada na escola. Tendo frequentado uma sala, comum naquele momento na sua cidade, em que meninos e meninas de diversas idades e diversos níveis dividiam o mesmo espaço, nosso memorialista guardou daqueles dias marcas que ficariam na sua memória por toda a vida.

O seu relato sobre os anos escolares, ainda que breve, é dotado de uma densidade tal que nos permite que sejamos levados pelos passos cuidadosos daquele menino, calçando aqueles inesquecíveis sapatos novos. Ele foi então conhecer uma experiência de educação marcada por nuances e interditos, por olhares, gestos e silêncios que marcaram sua vida de menino, antecipação involuntária do que um dia seria a sua vida de adulto. Talvez não seja um acaso que Moraes tenha começado seu registro memorial rememorando o seu primeiro dia na escola...

A partir daquela escola e de tudo quanto a contorna e a define, no âmbito das memórias de Antonio Pereira de Moraes, abrem-se caminhos, emergem fios, luzes e cores que tornam possível uma visita à cidade de Campina Grande nas primeiras décadas do século xx, do ponto de vista da experimentação de uma prática urbana pela infância – o que nos leva a perguntar sobre a sensibilidade de então em torno da primeira fase da vida e de sua escolarização.

Além disso, aqueles registros nos permitem ter acesso a fragmentos de outras vidas e outras trajetórias, num painel inesperado sobre uma pequena cidade do interior do Brasil, em vias de se transformar, ainda que apenas timidamente, em meio a influxos modernizadores.

* * *

A escola na qual Antonio Pereira de Moraes viveu os fatos e feitos que aqui serão recuperados foi, para ele, enfim – como, aliás, parece que para todos os seus colegas –, uma espécie de experiência de aprendizado de códigos de urbanidade (entre os quais se destacavam o medo e a obediência). Ali ele aprendeu, de forma direta ou indireta, como os sujeitos históricos deveriam existir na Campina Grande dos começos do século xx (BURITI, 2009).

Pensar aquela experiência implica refletir sobre a cidade. Afinal, a escola estava localizada no coração da velha Campina Grande, e o que dizia uma, falava a outra. Assim, a escola estava comprometida com a difusão de certa urbanidade e sensibilidade; sendo dirigida às crianças, ela preparava homens e mulheres para a vida adulta, o que cabe entender.

A cidade que emoldurou a primeira experiência de Moraes na escola era pequena e acanhada, possuindo, em 1918, pouco mais de mil e oitocentas casas (CÂMARA, 1988, p. 88). No entanto, a vida urbana eventualmente se define pela instabilidade, pelo deslizamento dos sentidos e das práticas, e aquela pequena urbe já estava grávida de uma série de transformações que a levariam, em poucos anos, a dizer-se moderna e em crescimento.

Já na época registrada inicialmente pelo nosso memorialista, Campina Grande ensaiava novas identidades, novas configurações, novos contornos. Assim, Moraes inicia o livro tratando de sua vida escolar, ainda que de forma resumida e elíptica, e nos dando pistas para entrar em contato com um mundo que já vinha transformando muito de si ao longo dos anos.

Os anos 1920, pouco após o período da anotação de Moraes que acompanhamos aqui, foram marcados por muitas transformações em Campina Grande, as quais, em seus movimentos primeiros, marcaram a primeira infância do nosso personagem. Celso Mariz (1980, p. 199-201) observou que aquela época, em toda a Paraíba, foi caracterizada por “um surto” de um “progresso novo”. Mais re-

centemente, no âmbito da crescente produção historiográfica local, aquele período tem sido objeto da atenção de um grande número de pesquisadores, interessados em construir uma compreensão sobre o que já vinha sendo registrado pela historiografia tradicional e pelos memorialistas.

Para os primeiros cronistas da cidade, as transformações do começo do século xx seriam explicadas pela alta dos preços dos produtos paraibanos nos mercados nacionais e pela ação do governo estadual na implantação de serviços em setores da infraestrutura, como estradas, estratégias de proteção à agropecuária, saneamento rural e incremento nas redes de comunicação.

Conforme registros já antigos, foram criados por aquela época equipamentos urbanos em diferentes áreas da vida social, “colégios, cinemas, clubes dançantes, armazéns de mercadorias em trânsito, de estivas por atacado e de algodão em pluma; carroças de bois para transporte urbano de mercadorias, etc.” (CÂMARA, 1988, p. 89-90). Naquele ano de 1918, instalou-se na cidade o seu primeiro salão de barbearia, com cadeiras americanas – um incontestável indício do cuidado crescente que os homens estavam passando a ter em relação à sua aparência, algo fundamental em meio à vida urbana que se consolidava. Postes foram instalados para a oferta da luz elétrica e até telefones chegaram a Campina Grande. Apareceram jornais, charangas, bandas de música; novas formas de se viver o Carnaval foram experimentadas, com carros alegóricos, o rei Momo, os confetes, as bisnagas, as laranjinhas, num afastamento do modelo do entrudo. Nos últimos meses do ano, inclusive, foram muitos os festejos para comemorar o fim da Grande Guerra. Em paralelo a isso e para acomodar os novos habitantes, novos bairros se desenharam no corpo da cidade, com novas ruas, novos modos de morar se mostrando na paisagem.

A historiografia acadêmica dedicada a Campina Grande, de certa forma acolhendo esta explicação e tornando-a mais complexa,

chama a atenção para o crescimento do comércio então havido com a consolidação da estrada de ferro que aqui havia chegado em 1907, o que faria da cidade um ponto de convergência de fluxos os mais variados de homens, animais e mercadorias. Registra-se, igualmente, que o trem tornou possível uma abertura maior da cidade aos humores e às experimentações modernizantes oriundos da cidade do Recife. Novos códigos de sociabilidade e novas sensibilidades emergiriam, evidenciando práticas de urbanidade mais complexas – e exigindo novas estratégias para que se tecessem novas subjetividades (BURITI, 2009).

O que se aponta, enfim, é que, se apenas a partir dos anos 1920 as transformações modernizantes se apresentaram com mais ênfase e vigor, já desde muito antes elas se mostravam no horizonte de possibilidades em Campina Grande: tudo isso, como podemos imaginar, gestava-se no corpo da cidade num período que experimentava seus sonhos de transformações.

Muitos daqueles sonhos, como ocorre na história, perderam-se pelos desvãos da experiência; outros se materializaram em práticas as mais variadas, entre as quais os registros escritos deixados por uma parcela da cidade, comerciantes, políticos e letrados que buscaram perenizar o circunstancial. Palavras acabariam por guardar em si restos de vida, de projetos, de esperanças, de medos, de futuros. Entre tais registros, o de Antonio Pereira de Moraes se destaca pela sua poesia e pelo cuidado em dar conta de coisas pequenas, eventos miúdos, circunstâncias laterais aos grandes fluxos do tempo – um material de interesse ao historiador no presente.

* * *

Em meio aos primeiros rascunhos de uma transformação urbana ainda apenas prefigurada, o menino Antonio Pereira de Moraes ia às suas aulas de primeiras letras, vivendo uma infância sem sonhos,

segundo ele, num tempo em que, talvez pela última vez, a infância pudesse ser vivida em si mesma.

O pequeno Antonio tinha sete anos de idade quando, pela primeira vez, saiu de casa com o destino de ir à escola. Era um deslocamento pequeno, vez que a cidade, como vimos, era ainda miúda, e o menino morava perto da sala de letras do Professor Pedro Otávio (naquela época, as aulas de primeiras letras estavam todas situadas naquele pedaço da cidade que, ainda hoje, consiste no seu bairro central). Mas os deslocamentos não são apenas físicos, e aquele seria um ato inaugural. Naquele percurso, ao lado do amigo da família, ele ainda não fazia ideia do que encontraria e do que provocaria, nele, o olhar de seu futuro professor.

Certamente ele não imaginava as emoções que lhe viriam através do contato sistemático com a cultura letrada, ainda que não seja de todo modo improvável que carregasse em si muitas expectativas.

Chamaria a sua atenção, como a de tantos meninos de sua época, por exemplo, a leitura de revistas, especialmente *O Tico-Tico*, que, segundo o autor, “foi como descobrir o mundo”. A partir daquelas leituras, ele “passou a sentir outras emoções”. Aquela era a primeira revista em quadrinhos do Brasil, tendo circulado de 1905 a 1960. Nela havia informações, matérias educativas, textos que ensinavam noções de civismo e de moral. Ali se difundia, por exemplo, a ideia de que o homem demonstrava seu vigor no exercício pleno de sua saúde, o que era importante para o progresso do país (VERGUEIRO; SANTOS, 2008).

A casa de Moraes era na travessa João Ribeiro, transversal à rua Grande (a principal da cidade na época). Na rua Grande, onde se instalou naquele ano de 1918 o Cine Fox, um novo cinema a ofertar uma opção moderna de lazer e divertimento, estavam as melhores casas da cidade, em muitas das quais moravam algumas das meninas que seriam colegas de sala do menino Antonio (CÂMARA, 1988, p. 88).

Moraes habitava um espaço periférico àquela rua principal, ainda que com ela dialogasse de diversas formas. Sua casa, numa rua *menor*, era daquelas que ainda havia na cidade, numa época em que os espaços urbanos não estavam tão partidos, tão hierarquizados. Era possível, então, que os mais ricos e os mais ou menos *remediados* convivessem proximamente, habitando ruas que se comunicavam. As distâncias sociais eram, naquela circunstância, vividas de forma mais sutil do que o que se daria nas décadas seguintes. As roupas, os maneirismos, as memórias – cada um se valia do que lhe fosse possível para ensaiar alguma diferenciação social, vez que, de certa forma, todos acabavam por circular pelos mesmos espaços públicos a cada dia vivido.

Na segunda semana de aulas, Antonio Pereira de Moraes, carregando sua bolsa a tiracolo feita pelo pai, já foi autorizado a fazer o percurso da casa à escola sozinho, não precisando mais que um portador o acompanhasse. Atravessaria com segurança poucas ruas, de movimento escasso – possivelmente quase todos ali se conheciam, habitantes do centro de uma cidade pequena. O automóvel, que aqui chegara em 1914, ainda era representado por poucos exemplares, e os acidentes entre eles, humanos e animais, ainda que registrados aqui e ali, não eram alarmantes (AGRA, 2006, p. 57). Ainda que Campina Grande fosse palco da presença e passagem de levas e mais levas de forasteiros, homens e mulheres aqui chegados movidos pelos mais variados sonhos, ainda não havia então uma aura de perigo no caminhar pelos seus logradouros (CAVALCANTI, 2000, p. 65). Não se difundia, como seria tão habitual já nos anos 1950, o medo aos estranhos, aos migrantes, aos personagens que se mostravam como *não-naturais* do lugar (TUAN, 2005; VARIKAS, 2014).

A chegada à escola tornou possível a Moraes ir ao encontro de novos hábitos, novas geografias, novas sensibilidades e novas socialidades em relação àquilo que definia sua vida quando ainda ape-

nas nos limites do espaço doméstico. Mesmo que ali ele estivesse na presença de pessoas que lhe eram de algum modo familiares, os códigos em funcionamento na escola traziam em si mudanças nos comportamentos, nos rituais, nos modos de ser e de estar. Os corpos se distribuía pelo espaço de uma forma que lhe parecia nova, estranha, quase misteriosa.

Uma imagem marcante, que não o abandonaria mais e que, inclusive, era a primeira das que lhe vinham à memória (e isso se deu na escrita de seu texto) era a do professor olhando para os alunos por cima dos óculos. O olhar sendo o ativador de sensações, predominantemente de medo. Havia ali uma demarcação clara entre os que obedeciam e aquele que podia dar ordens e exigir obediência. Os óculos, signo de uma vista que se cansara nos esforços do saber, colocavam uma barreira entre o rígido corpo do mestre e as corporalidades moldáveis dos seus alunos, e dali saíam, em silêncio, ordens e comandos. O professor apenas lançava o seu olhar duro e incisivo, e dali se infundia um respeito que afastava para as margens, ou mesmo tornava impossíveis o questionamento, o enfrentamento, a quebra das hierarquias.

O espanto de Moraes, que suscita o registro, tenta o historiador a esboçar hipóteses, numa exploração daquilo de que não se tem muitas informações a mais. Na dinâmica familiar do nosso memorialista, não havia ninguém dotado de tamanha autoridade? Ou isso era comum e o assombro se deu pela repetição, na escola, de uma relação entre corpos que já se vivia em casa? Há perguntas que jamais serão respondidas, mas se insinuam a lembrar a fragilidade e a limitação dos nossos saberes e olhares.

De todo modo, voltando à sala de aula e ao olhar do mestre, havia uma pedagogia explícita naquelas corporalidades, o que acabava por colonizar o corpo de cada aluno. Aquele olhar era característico do mestre, do líder daquele ambiente – e ninguém mais estaria au-

torizado a sequer experimentar algo parecido. O olhar dos alunos deveria ser um indicativo de submissão, de acolhimento silencioso das ordens e das regras. A cabeça deveria estar baixa, sendo elevada apenas se algum comando houvesse nesta direção.

Não por outro motivo, o menino Antonio diz ter ficado, de pronto, amedrontado; nada mais lhe teria sido possível em tal cenário. Suas possibilidades, em meio àquela inscrição histórica, eram mínimas. Cumpria olhar para baixo e seguir o bom curso das coisas. Ele estava ali para aprender coisas que só o mestre sabia, e não haveria por que perder tempo com mais nada a não ser o que aquela fonte de conhecimento e mando emanava.

Aliás, por falar em regras, o próprio ordenamento dos alunos em sala já expressava uma visão de mundo e uma relação direta e inequívoca da pedagogia com a política (inclusive, e principalmente, de gênero). Havia, na sala, duas alas. Os meninos e as meninas eram separados e, entre eles, postava-se uma mesa grande, usada nos ditados e nos exercícios de traslado. Reunidos ali para aprender pela repetição exaustiva de modelos da época, não haveria razão pela qual se justificasse uma relação mais íntima, mais próxima, entre meninos e meninas. O que estava posto lá fora, na dinâmica social da qual eles brotavam, era a separação radical e cuidadosa entre os corpos, a partir de uma razão de gênero. Na sala de aula, em meio a palavras ditadas e copiadas, condutas sociais e morais eram, também elas, reiteradas.

É oportuno lembrar quanto a isso que os anos iniciais do século xx foram marcados, em Campina Grande como em tantos outros lugares, por uma intensificação dos cuidados para com as relações entre os homens e as mulheres. Como mencionado pouco acima, em meio a uma série heterogênea de “deslocamentos, mudanças e crises de valores”, as autoridades locais, fossem elas da medicina, do direito ou da pedagogia, viram crescer as suas preocupações.

Era preciso cuidar da moral e preservar os bons costumes de Campina e de seus filhos, fazia-se necessário preservar costumes familiares e decentes, bem como normalizar e até legalizar outros. Era necessário o Estado tomar o lugar da família patriarcal, em crise, e encaminhar e tutelar a nova família burguesa que nascia, liberalizando, mas moralizando e normalizando seus membros e seu comportamento, especialmente das mulheres, que saíam da esfera privada e doméstica para a esfera pública, as praças, as escolas, os escritórios, as feiras. (CAVALCANTI, 2000, p. 61).

Seria para uma escola com tantos rigores que o menino Antonio se dirigia todas as manhãs. Como já se viu, acima, ele levava consigo uma bolsa a tiracolo, feita pelo seu pai. O compromisso familiar com a formação das crianças era, naquele momento e naquela inscrição histórica, bastante sensível. Os sapatos novos, mandados fazer para aquela experiência central na socialização e na construção como sujeito de conhecimento do menino, eram uma prova disso; a bolsa, igualmente confeccionada para aqueles mesmos fins, era outra comprovação. Havia um investimento familiar em equipar o menino de sorte a que o seu viver na escola se desse sem maiores problemas – na esperança de que, naquele ambiente de formação, ele se equipasse de outros elementos, importantes para a sua vida futura, mesmo que ele diga em seu relato não ter sonhos, parecia que os pais tinham.

Naquela bolsa, o menino levava o *Terceiro Livro*, de Felisberto de Carvalho, obra editada pela primeira vez em 1892 e que, em 1934, chegaria à sua 119ª edição, num sinal de grande difusão no país. Associado, por seu autor, a um *Tratado de Metodologia*, aquele livro (uma série em cinco volumes, aliás) oferecia ao professor um suporte eficiente para sua ação. Na medida em que o *Livro de Leitura*, naquela época, era o único livro didático na escola, isto o tornava parte fundamental da prática docente e da formação discente. Com uma capa colorida e várias gravuras, o livro trazia em si conteúdos

organizados em lições fortemente marcadas pelo desejo de impor normas morais e cívicas de conduta. Aprendia-se, ali, a amar a Pátria e a defender a República, em meio a poemas ufanistas e lições sobre gramática, sistema métrico, zoologia, botânica, agronomia, geografia e história do Brasil (OLIVEIRA; SOUZA, 2000).

Com aquele livro, seu pai já havia lhe ensinado alguns rudimentos – e o menino já era capaz de escrever um pouco. Munido com aqueles fragmentos de saber arrumados em casa, Antonio pôs-se na escola a aprender a ler ainda mais, a fazer as contas da tabuada, a cumprir as artes da escrita à mão (o que se chamava, então, de paleógrafo) e do traslado, bem como a copiar as palavras e sentenças ditas pelo professor. Os alunos da sala eram agrupados em função do seu nível, e para cada um de tais segmentos cabia a tarefa específica, ligada à dificuldade particular que seu amadurecimento suportasse. As aulas eram sempre as mesmas, parecendo aos alunos a demonstração não apenas do mando e da sabedoria do seu mestre escolar, mas também da dimensão repetitiva e horizontal dos saberes.

A escola, porém, não era apenas voltada para a repetição mecânica e monótona do já existente. Havia um momento em especial, ao menos, em que aquilo era intensificado e levado ao extremo, e todos eram testados quanto à sua capacidade de memorização. Era o dia da sabatina, quando as pernas tremiam. Naquele dia, o que havia sido depositado na memória precisava ser dito em voz alta, numa conferência minuciosa. Sendo então uma circunstância tensa, o corpo de cada aluno expressava com os sinais do medo que estava sendo confrontado consigo mesmo, com seus limites, com suas impossibilidades.

A sabatina da tabuada era a mais temida, ao menos nas memórias do nosso autor. Os números, seres estranhamente abstratos, eram chamados a se mostrar em todas as suas relações de aproximação, de distanciamento, de junção, de partilha. O desenrolar daquela sabatina era, assim, um momento terrível. A tabuada havia

sido aprendida em meio a cantos mnemônicos, versos repetitivos que eram entoados a fim de que as operações fossem gravadas pelos alunos. Na hora da sabatina, não era permitido cantarolar, mas tudo tinha que estar na ponta da língua.

Em primeiro lugar, a cobrança da tabuada pelo professor não se dava apenas com o concurso de papéis e canetas. Mais que isso, a figura soberana e assustadora da palmatória a tudo encimava, a tudo governava. Grossa, de madeira dura, a arma pedagógica simbolizava a rigidez dos modelos de ensino de então. O seu funcionamento, na sala do mestre Pedro Otávio (como em tantas outras, naquele mesmo momento...), era fonte de dor e de constrangimento. Além disso, o menino precisa tirar boas notas, uma vez que, como prêmio das lições e do bom comportamento na escola, ganhava ingressos para o Cine Fox.

Todos, na sua presença, postavam-se rígidos. Toda a atenção era necessária, sendo evitada qualquer distração. Cada aluno precisava, para garantir o sucesso de sua sabatina, entender perfeitamente o que lhe era perguntado. No dizer do nosso memorialista, o que havia de mais *cabuloso* para os meninos era levar o bolo das meninas, quando elas acertavam e eles haviam errado. As meninas não tinham medo de descer a palmatória com força e vontade. A favor de sua disposição, estavam não apenas a presença do professor, que coibia a misericórdia, mas ainda a certeza de cada menina de que, fosse ela a errar, seria igualmente castigada.

O menino Antonio nunca esqueceu o dia em que uma garota de braços cabeludos lhe deu bolos dolorosos. Tampouco ele deixou para trás o dia em que pôde lhe devolver os castigos – ainda que ele tenha tido pena e seus golpes, talvez, não a tenham machucado tanto.

Veza por outra, o professor se ausentava da sala para ver lá fora, ou em outro cômodo, alguma questão sua. Eram breves instantes, mas mesmo então não se abrandavam, de todo, os controles. Um menino, mais adiantado, José de Almeida Barreto, sentado à cabeça

da mesa, assumia o mando da sala. Era um rapazola franzino, mas sua condição superior em relação aos demais, no que dizia respeito aos estudos, o credenciava para tutelá-los, ainda que apenas por momentos fugazes. Aquele movimento traduzia a compreensão de que o mando, no movimento das relações sociais, cabia aos mais experientes, aos mais sábios, aos mais competentes para o controle. Tendo sido já testado pelas provas que os demais alunos ainda realizavam, o menino franzino os regravava na ausência do mestre.

A responsabilidade do menino Barreto, entretanto, não o eximia de ser, ele também, uma criança. Para grande espanto dos seus demais colegas, ele costumava, na ausência do mestre, virar a sua cadeira de forma a que ficasse de costas para as meninas. Ato contínuo, ele mostrava aos meninos, que ficavam boquiabertos, seu pênis ereto (no dizer do menino Antonio, ele virava para os colegas o “cipó” rijo), logo o escondendo sob um livro. Uma astúcia que escandalizava e certamente enchia a todos de medo, visto que o mestre poderia, a qualquer instante, voltar à sala e flagrá-los naquela atividade imprópria ao ambiente e à decência.

A escola, como vemos, tinha momentos vários. Às vezes, as meninas precisavam satisfazer alguma necessidade fisiológica, e, para tanto, valiam-se do sanitário da casa do professor. Era uma época em que Campina Grande não dispunha de saneamento básico e até mesmo ter uma fossa sanitária em casa era um luxo ao qual nem todos poderiam se dar. Ainda não se tinha vivido o influxo higienista, apenas experimentado por aqui a partir dos anos 1940, quando, a partir da racionalidade médica, buscou-se a desinfecção urbana (CAVALCANTI, 2000, p. 73). A escola do professor, ainda uma construção de uma época anterior aos influxos modernizadores que se atualizavam também pela rígida separação entre as esferas do público e do privado, se comunicava com a sua casa pelo quintal. Os fundos de uma e de outra propriedade se tocavam, ainda que a escola tivesse sua frente para a rua Juvino do Ó, e a casa, para a rua Irineu Jóffily.

Os meninos tinham menos sorte, o que estava em sintonia com as políticas de gênero de então, interessadas em demarcar a fragilidade feminina e a força viril dos rapazes. Se sua necessidade fisiológica fosse real, eram remetidos a um terreno baldio na frente da casa do mestre, e ali eles se aliviavam, em meio a marmeleiros, jurubebas e carrapateiras. Para sair da escola em tais momentos, os meninos (um a um, bem entendido) levavam consigo uma pedra ovalada, que se chamava a “licença”. Era preciso cuidar muito bem da pedra, para que ela não se perdesse – o que, certamente, levaria a rígidas punições (AGRA, 2006, p. 33; AGRA, 2011).

Outro momento de folga, ainda que pequeno, era a hora do lanche. Comendo algo trazido de casa, ou as cocadas compradas na casa do professor, a um tostão cada uma, os meninos ao menos podiam conversar uns com os outros. Era um instante de alívio e lazer que em tudo destoava da rigidez da aula. Outros assuntos eram enfrentados, palavras mais livres de regras eram pronunciadas, o corpo podia se mover ou se quedar de forma mais espontânea. Fora da sala, os cheiros e sons eram outros, a frouxidão relativa daqueles momentos se mostrando como uma respiração mais amena em um dia tenso e marcado por tantos códigos estranhos e, quase sempre, brutais.



Tudo isso nos faz pensar o quanto as memórias infantis sobre as primeiras escolarizações, notadamente quando elas se deram nos anos iniciais da invenção da escola moderna no país, tratam, em geral, de choques e desacoplamentos. Os adultos, quando assumem o papel de memorialistas, constroem uma imagem do passado escolar, ou seja, dos seus dias de criança, como uma difícil articulação entre momentos de felicidade e de liberdade e momentos de aprisionamento e de contenção. Os primeiros estão, em geral, associados aos

instantes em que o corpo do professor se ausenta, ou em que o corpo dos alunos existe fora da escola. Os segundos são aqueles vividos dentro das salas de aula ou sob as vistas dos mestres.

Há, ali, a indicação de uma cartografia que se funda num jogo entre corpos, entre presenças e ausências. O espaço da cidade, naquele seu recorte tão significativo, assim, é um território de tensões, de contenções, de estratégias e táticas. O professor sabe que o seu corpo, por si só, delimita as espacializações possíveis para os alunos; estes últimos descobrem desde cedo que cada palmo de chão, para ser ocupado, demanda regras, etiquetas, submissões, compromissos. O pequeno expressa o grande, o grande se realiza no pequeno: escolarizados, meninos e meninas aprendem códigos de urbanidade que, espera seu mestre, os acompanharão e os nortearão por toda a vida.

Como já apontado pela historiografia, as geografias infantis eram então a cristalização de novas ideias, desejosas de higienizar e disciplinar o mundo e seus habitantes. As crianças, naquela circunstância, eram não apenas a matéria mais maleável e moldável, mas, além disso, um portador confiável de informações e modos de controle. Aprendendo sobre isso na escola, ele levava para casa novos hábitos e novas significações, ampliando o campo submetido às regras de sociabilidade e às sensibilidades modernas.

Pequenas linhas de fuga eram, apesar de tudo, experimentadas – e daquilo restaram, para o futuro, quem sabe, as melhores recordações. Os corpos, já enrijecidos pela idade, vibrariam, um dia, quando atravessados pelas recordações das burlas. Naqueles instantes de reinvenção das possibilidades e de aprendizado da magia e do encantamento de se viver, ao menos por breves instantes, ao *contrário* do ordenado, a criança se fez sujeito de si mesma, e o adulto, quando lembrar-se disso, se sentirá mais leve, mais solto, mais vivo (BENJAMIN, 2002, p. 102).

REFERÊNCIAS

AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada**. A higiene na construção de Campina G(g)rande. 1877-1935. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles**. A produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande. 1904-1935. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2002.

BURITI, Iranilson. Alfabetizando a rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). *In*: SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de *et alii* (org.). **Cultura e cidades**. Campina Grande, EDUFCEG, 2009. p. 191-214.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Prefeitura Municipal; Secretaria de Educação; Núcleo Cultural Português, 1988.

CAVALCANTI, Silede Leila Oliveira. Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. *In*: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.) **Imagens multifacetadas de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal; Secretaria de Educação, 2000. p. 58-78.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1980.

MORAES, Antonio Pereira de. **Vi, ouvi, e senti**. Crônicas da vida campinense e outras narrativas. Versinhos de ontem e de hoje. Campina Grande: s. ed., 1985.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, p. 25-40, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622000000300003>.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

VARIKAS, Eleni. **A escória do mundo**. Figuras do pária. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

CAPÍTULO 2

CONTROLE E DISCIPLINA: CRATO E O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO BURITI NA SECA DE 1922

RONALD DE FIGUEIREDO E ALBUQUERQUE FILHO¹

A cidade, seja ela qual for, possui aspectos singulares e aspectos que são comuns a outras cidades, adequando-se e existindo a partir do olhar que se faz sobre ela. A cidade pela qual temos certo apego e afeto faz-nos compará-la a outras, buscando algo em comum em seu desenvolvimento, em suas características, tipos, espaços; como também queremos, muitas vezes, distingui-la das outras cidades, demonstrando sua singularidade, peculiaridades e especificidades. Criamos, então, uma imagem sobre a cidade a partir de como a percebemos e queremos que ela seja, como também entendemos e julgamos as demais cidades, diferenciando ou aproximando uma das outras.

A cidade é uma representação que toma forma a partir da percepção de quem fala. Não queremos dizer que a cidade se faz puramente no campo do imaginário, mas que a cidade é plural e possui

[1]. Licenciado em História pela URCA e mestre em História pela UFCG; doutorando em História na UFRN.

diversos significados, cabendo-nos verificar aspectos de sua construção ou percepção de seu espaço e de seus aspectos plurais que fazem dela uma identificação. A cidade é antes de tudo um espaço físico que possui significados múltiplos e diversificados para quem a experimenta, ou seja, a cidade é uma experiência e, como tal, não existe experiência conjunta. O indivíduo experimenta a partir do que ele é, e ele é único.

Apropriando-se da cidade e agindo sobre ela, temos a concepção do que ela seja. Assim, a forma como a tratamos diz mais de nós do que propriamente da cidade que discursamos, no entanto, não podemos desconsiderar efeitos de verdade existentes em cada representação que busca na prova dar um caráter verossímil. Verificamos, então, as possibilidades existentes sobre determinada cidade e sobre quem nos emite informações dela, porém, a desconfiança sobre tais possibilidades se faz necessário, pois, como afirma Carlo Ginzburg:

O tema não era novo; nova era a desconfiança na possibilidade de evocar, graças ao virtuosismo retórico, o passado como um todo completo. No seu lugar, começava a aflorar a consciência de que o nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e ruínas. (GINZBURG, 2007, p. 40).

O fato de termos a consciência de que a escrita da história passa por um processo de estruturas narrativas comuns à da ficção, não nega o conhecimento histórico. Como afirma Ginzburg:

(...) reconhecer as dimensões retórica e ou narrativa da escritura da história não implica, de modo algum, negar-lhe sua condição de conhecimento verdadeiro, construído a partir de provas e de controles. Por isso o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível” (*apud* CHARTIER, 2009).

Quando estudamos a cidade do Crato, vemos inúmeros discursos sobre ela, inclusive temos em nós uma percepção e uma experiência de vida nesta cidade, o que pode dificultar ou facilitar, dependendo de como queiramos trabalhar em relação a ela. A cidade do Crato, a partir do olhar dos memorialistas e dos cratenses que se destinaram a escrever, seja sobre os “principais” fatos ocorridos nesta cidade, seja contando alguns casos vividos por eles, o que temos em comum em todas essas narrações é um sentimento de pertencimento, orgulho e patriotismo por parte dessa gente. Percebemos um olhar não crítico, mas de exaltação. A cidade do Crato, vista por estes, é um lugar diferenciado, um espaço que foi habitado por grandes personagens da história, pessoas ilustres no cenário político nacional. Exaltam, sobretudo, figuras como Bárbara de Alencar,² sempre remetendo esta como heroína. Inflamam os grandes fatos históricos e a participação desta cidade em acontecimentos como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, a Sedição de Juazeiro, enfim, põem o Crato como uma importante cidade que teve participação em várias das “grandes histórias” deste país.

A obra de Paulo Elpídio de Menezes,³ intitulada *O Crato de meu tempo*, é um livro de memórias, no qual se destacam aspectos diários da cidade do Crato nas últimas décadas do século XIX e início do século subsequente. A obra citada trata sobre ruas, costumes, festas religiosas e folclóricas, bem como as tradições que eram exercidas neste período, as quais segundo Joaquim Pimenta no prefácio deste livro afirma, “[tradições que] se foram, ou [que] ainda perduram e resistem à ação sacrílega e demolidora do progresso”.

[2]. Bárbara Pereira de Alencar, nascida em Exu, Pernambuco, em 11 de fevereiro de 1760, participou da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador.

[3]. Paulo Elpídio de Menezes nasceu na cidade do Crato, se formou em Direito e exerceu durante muitos anos a profissão de procurador fiscal do Estado do Ceará; exerceu, também, função como jornalista.

Sobre o dia 24 de dezembro, data que marca a véspera do nascimento do menino Jesus,

Menezes disserta sobre o costume e as ruas ocupadas pela feira do Crato ao final do século XIX. Nesse dia em especial, ele conta:

Logo depois do meio-dia, começava a cabroeira a passar pela porta lá de casa, de camisa fina, de abertura engomada, colarinho duro, afogando a ponta da orelha, pano solto para esconder a faca que trazia metida na cintura. Na cabeça, o chapéu-de-couro, enfeitado com bolotas de algodão, abas grossas e largas. Muitos acompanhados por mulher e filhos. Em geral, as serranas se distinguiam com os seus vestidos de chita encarnada, novos, porque, assim, evitariam os beliscões do galo. Tratava-se dos trabalhadores de engenhos e sítios das encostas da Serra do Araripe [...] Às quatro horas da tarde, ouvia-se o ronco da feira que, começando do Fundo da Maca, subia pela Rua Grande, morrendo no largo de São Vicente. Expandindo-se pela travessa da Califórnia, invadia parte das ruas da Boa Vista, da Vala, do Fogo, Laranjeira, Formosa e Pedra Lavrada. Entrava de noite adentro. Ao badalar do sino, chamando para a Missa do Galo, o movimento esmorecia. O barulho decrescia. O povo rumava em direção à Praça da Matriz. [...] Mas o presépio do Padre Félix primava sobre todos. Levantado no Orfanato por ele instituído, ali se encontrava, deitado no berço, o Menino Jesus, vigiado por Maria e José. Os três Reis do Oriente, ajoelhados, e a estrela, pairando no alto, alumia a manjedoura, como que satisfeita de haver ensinado aos possuidores de tanta riqueza o caminho do lugar onde acabava de nascer o futuro reformador da religião judaica [...] A casa de minha mãe, viúva, ficava parede-e-meia com o orfanato do padre Félix. Eu tinha, talvez, uns oito anos de idade. Depois de ouvir a Missa do Galo, me levavam para a rede. Pegando no sono, eu ouvia, quase abafada pela zoadá do povo, a vozinha tremida e afinada da Pastorinha, destinada a pedir benefício

da casa onde se amparavam as meninas que tinham a mesma sorte que a giganinha: “Dá esmola, dá esmola nem que seja de um vintém que no céu acharás a lapinha de Belém” Era assim o Crato de 1887 que, com tanta honestidade e fé, comemorava a noite do nascimento de um dos maiores filósofos e idealistas da humanidade. (MENEZES, 1985, p. 21-22).

O mercado público criado em 1850 foi construído e arrendado por quarenta anos a José do Monte Furtado e Francisco Pereira Maia, com o fim do contrato na década de 1890, o coronel Antônio Luiz assumiu a administração do prédio, sendo este demolido em 1948.⁴

A cidade do Crato é caracterizada pela forte ligação à religiosidade e apego às grandes

personagens. Na citação a seguir, vemos uma exaltação a Barbara de Alencar, em que até os dias atuais se diz sobre o Crato “a cidade de Bárbara de Alencar”, mesmo ela tendo nascido em Exu – cidade pernambucana –, indo morar no Crato ainda na adolescência; podemos notar, também na citação, aspectos da religiosidade, pois, na cidade de Dona Bárbara de Alencar, não se queria ateu. Nem como visitante. Rodrigues Júnior tentou chegar até ali para fazer propaganda de sua candidatura ao Congresso Nacional e não conseguiu, devido à animosidade despertada na população pelos políticos, seus adversários, dizendo que se tratava de um homem sem Deus e que não acreditava na virgindade de Nossa Senhora (FARIAS FILHO, 2007, p. 30).

Era inadmissível, para os membros da “boa sociedade” na época, que alguém colocasse em dúvida a honestidade da Igreja Católica, responsável pela educação e primeiros passos do desenvolvimento

[4]. O antigo mercado de frutas da cidade localizava-se em três frentes, pegando de um lado a rua Grande, subindo pela travessa Califórnia e do outro lado a rua do Fogo – atualmente, nesse local, temos respectivamente a rua Senador Pompeu, Bárbara de Alencar e João Pessoa, sendo estas as principais ruas do centro da cidade. A feira não só era lugar onde se compravam frutas e outros alimentos, era também local de jogatinas e socialização dos cratenses, sejam dos que moravam no perímetro urbano ou no rural.

urbano da cidade do Crato. De acordo com Raimundo de Oliveira Borges, a história da cidade do Crato começa na Praça da Sé, com sua fundação, ali, pelo capuchinho italiano Frei Carlos Maria de Ferreira. É certo que ele começou o aldeamento dos índios Cariris, habitantes da região, na Missão do Miranda, onde hoje se ergue o imponente Estádio do Mirandão, mudando, no entanto, logo depois, com ânimo definitivo, a dita Missão para o local onde agora se alteia, dominando a urbe religiosa a Sé Catedral da Diocese de Nossa Senhora da Penha (BORGES, 2008. p. 17).

Durante os primeiros meses do ano, segundo Menezes, os dias eram de espera pela chuva. “O comércio se retraía esperando o iniciar das chuvas. Os agricultores pobres sofriam certa restrição nos seus créditos. Somente com a segurança do inverno, a situação se normalizava” (MENEZES, 1985, p.). Nesse momento, o autor está se referindo aos últimos anos do século XIX, quando tinha passado a estiagem de 1877/79. A população ainda estava temerosa em relação à seca e os fatores que se desestruturavam a partir daí.

Tendo essa percepção da seca como problema de repercussão nacional a partir de 1877, faz-se necessário desnaturalizar esse fenômeno, colocando-o como estratégia política na tentativa de sensibilizar o Estado e a nação em relação aos males causados pela estiagem. Esse objeto de discurso viabiliza e legitima um determinado saber que leva à aceitação atravessando todo o corpo social. Produz verdade. De acordo com Michel Foucault, a verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007, p. 12).

É importante identificarmos esse produto discursivo que rege proporções aceitáveis cientificamente em um determinado tempo e espaço. O que legitima a seca de 1877 como marco para a compreensão de seca que temos hoje? Segundo Albuquerque Júnior, a transformação da seca em problema nos apareceu, então, como um processo conflituoso, em que diferentes práticas e discursos se defrontaram, fazendo emergir este novo objeto de saber e poder: “a seca do Norte”, cuja invenção deve ser apagada, remetendo-o para o reino da natureza, ocorrendo, portanto, no final do século XIX, uma mudança na imagem e no uso do fenômeno da seca. Para compreender tal mudança, procuramos analisar os principais discursos em torno desse fenômeno e as práticas que o enformaram. Discursos e práticas que transformaram a seca em problema regional e nacional, e na principal causa de todas as demais dificuldades vividas por esta parte do território nacional. Perguntando-nos, portanto, quais as séries de acontecimentos e de discursos que transformaram a seca de 1877/79 em algo excepcional, dentro da secular história das secas, já que, enquanto acontecimento da natureza, nenhum aspecto a credencia a ser tomada como marco? Sua duração foi inferior a muitas outras, atingiu uma área menor, não foi tão intensa, porque ocorreram chuvas esparsas durante o período e mesmo a população por ela dizimada é proporcionalmente inferior à da seca de 1825, por exemplo. Enquanto a seca de 1877 matou cerca de 13,9% da população do Ceará, a seca de 1825 dizimou 14,4% da população desta província (ALBUQUERQUE JR., 1994. p. 112).

A “grande” seca de 1877, como ficou conhecida, é posta como marco na história do Ceará. A migração de inúmeros camponeses para a capital do Estado, caminhando longas léguas, com a esperança de encontrar a caridade que antes era “função” das relações paternalistas, as quais agora nem mesmo os antigos ou ainda proprietários de terras possuem recursos suficientes para manter. Ao contrário, alguns fazendeiros estavam endividados, devendo aos comerciantes,

principalmente da capital. Neves afirma que, segundo contemporâneos bem-informados, em um ano mais de 100 mil desses “invasores” esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes. Notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinados, antropofagia, mendicância... (NEVES, 2004, p. 82).

Todos os dias, como coloca Neves, era noticiada nos jornais locais a chegada de milhares de retirantes à capital do Estado cearense. O jornal *O Cearense*, na edição de 29 de abril de 1877, noticia que não há dia no qual as portas das igrejas e edifícios públicos não estejam atropetados por mendigos de todas as idades. Esse espetáculo é deponente contra os nossos costumes, além de ser, a maior parte das vezes, imoral e repugnante (O CEARENSE *apud* OLIVENOR, 2002, p. 66).

Durante o período da estiagem de 1877, com todas as repercussões implicadas, o que não se podia era desconstruir a modernização que estava em processo na cidade de Fortaleza. Sabemos que a cidade é um ambiente que também exclui, segrega, molda, se inventa e reinventa práticas de acordo com a ordem que estabelecem alguns. No entanto, por outro lado,

há resistências diversas e confrontos. Mecanismos diversos são criados para que um modelo de vida e de sociedade seja cumprido, assim, busca-se no próprio discurso mascarar certas práticas e ações definidoras de uma ordem que se quer prevalecer. Quando há irregularidade de chuvas, esse processo que é configurado na cidade se desestrutura a partir da migração e chegada de famílias à cidade, que de alguma forma se reinventa, criando outros mecanismos para a manutenção da ordem estabelecida por um grupo que a determina e manipula, projetando um padrão para a sociedade.

Desse modo, a migração de um grande número de pessoas nos períodos de estiagem, em busca por melhores condições de vida nas

idades, principalmente nas cidades mais desenvolvidas, como é o caso de Fortaleza no final do século XIX e de outras cidades menos desenvolvidas, como é o caso do Crato nas primeiras décadas do século XX, faz com que novas relações sejam estabelecidas e, para manter a ordem e o desenvolvimento que se quer efetivar, as autoridades locais utilizam discursos e práticas repressoras e pedagógicas, com o intuito de controlar e disciplinar a população.

A cada seca surgida, as relações da sociedade—seja rural ou urbana—, bem como o trato que especialistas e governo dão a elas, modificam-se a partir dos saberes conquistados, interagindo com os interesses de cada época. As práticas adotadas durante os períodos de estiagem que vigoraram entre a seca de 1877 e a seca de 1915 foram tratadas de forma a amenizar os efeitos trágicos ocorridos em secas anteriores, assim foram efetivadas práticas como a criação de instituições que analisassem o fenômeno e construíssem açudes para a acumulação de água em tempos chuvosos para serem aproveitados em tempos de escassez; instituições de apoio ao retirante; assistência médica aos abarracamentos, distribuídos pela cidade de forma aleatória, enfim, esses feitos para diminuir os problemas ocasionados com a falta de água e a migração dos camponeses para a cidade foram sendo ajustados de acordo com o saber e as técnicas que iam sendo adquiridos, de forma que a má utilização dos recursos vindos do governo central, privilegiando latifúndios, permitiu que os problemas com a seca continuassem e a migração permanecesse.

A população na cidade aumentava, as instituições de caridade já não conseguiam dar conta de tantos miseráveis, mas ainda havia a assistência médica, pois o medo de contágios, principalmente da varíola, era enorme, teria que ser controlado, além da insatisfação e do descontentamento da sociedade urbana com aquela massa pobre, feia, doente, desnutrida e ociosa. Aos olhos do governo e da população cidadina, aquele mal não poderia mais circular, era preciso evitar a presença daqueles que “enfeivavam” a cidade.

Com mais uma seca instalada em 1915, apesar de não ter sido das mais angustiantes em termos de prejuízo à propriedade e de quantidade de migração, o governo, diferentemente das outras épocas, resolveu instalar um local fora do centro da cidade denominado de campo de concentração, com o objetivo de recolher os retirantes dos espaços urbanos, sobretudo do passeio público onde estava instalada a maior parte dos barracos dos que chegavam à cidade, e colocá-los nesta concentração. Para Neves, esta instituição foi “criada para substituir os abarracamentos dos retirantes, que enfeivavam e contaminavam os ares da cidade que vaidosamente se moderniza” (NEVES, 1995, p.). Rodolfo Teófilo, que teria feito uma visita ao cel. Benjamim Barroso, conta:

A seca de 1915 não tinha a intensidade das que assisti na última metade do século XIX. Isso está cabalmente provado com a menor deslocação da população sertaneja e com a menor importação de gêneros alimentícios. Nas serras e no litoral, o inverno, embora de pouco mais de 700mm, deu para criar milho, feijão e mandioca [...] No dia seguinte ao da minha visita no Passeio Público, fui visitar o presidente do Estado. Encontrei-o apreensivo com a seca. Procurei levantar-lhe o ânimo, dizendo-lhe que não tínhamos uma seca e sim repiquete de seca. Nessa ocasião, ele esboçava a planta de um abarracamento que ia mandar construir para os retirantes. Pedi licença para discordar da sua opinião. Aglomerar os retirantes era má-tá-los. Relatei-lhe os exemplos de 1877, 1888 e 1900, sendo este o mais frisante. Em 1900, disse-lhe, não tivemos, pode-se dizer, assistência pública. Comemos das esmolas que nos deram nossos irmãos de norte e sul. O governo do Estado deixou os retirantes abrigarem-se onde bem entenderam, e estes se agasalharam não só sob as árvores dos subúrbios como também nas praças e ruas de Fortaleza. Findou-se o flagelo e não apareceu uma só epidemia, à exceção da varíola,

a companheira inseparável da seca. O dr. Benjamim Barroso não quis tomar o exemplo de 1900, alegando que assim não poderia fiscalizar a distribuição dos socorros e velar pela honra das famílias que a seca expatriava [...] Esse abarracamento, mesmo ao ar livre, se empestaria e empestaria a cidade no fim de alguns meses. (TEÓFILO, 1980, p. 52- 53).

Mesmo com a advertência feita pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo, o governo afastou

os migrantes da cidade, fixando-os em um local altamente nocivo e de fácil contágio de epidemias. No tocante à prática exercida, diferentemente das tomadas anteriormente, temos, em certo sentido, a solução para evitar a circulação dos retirantes na cidade, enunciando um discurso técnico que em certo modo favoreceria o retirante, pois estes teriam uma assistência mais sistemática e facilitada pela exclusão. Como já foi posto acima, seria mais fácil, segundo o presidente do Estado, a fiscalização sobre o assistencialismo dado e mais eficiente no seu trato.

A primeira concentração instituída durante a estiagem de 1915 se insere numa prática puramente de exclusão. O objetivo aqui era afastar o retirante do convívio com a sociedade urbana, proteger esta sociedade do contágio de doenças, saques, furtos e vícios, além de, em alguns casos, oferecer aos migrantes trabalhos temporários nos arredores do campo de concentração, permitindo-lhes a saída do campo apenas com esse fim.

Por outro lado, já cabia a vigília, o olhar observador sobre os retirantes agora concentrados. Segundo Neves, “higiene e moralidade eram os elementos principais sobre os quais se detinham os observadores. A falta de asseio manifestava-se imediatamente através do olfato” (NEVES, 1995, p.). As doenças que facilmente eram transmitidas e o estado sanitário precário faziam desse campo um “campo santo”, como afirmava Teófilo. De acordo com Neves:

Esta primeira experiência, portanto, limitou-se às ações de concentrar e vigiar, com o trabalho irregular e incipiente a complementar uma alternativa de remuneração para alguns poucos. O trabalho ainda é visto apenas como assistência complementar e não como um fim em si mesmo. Embora já houvesse em 1878 um esboço de regulamentação para os abarracamentos, a introdução do trabalho regular e de uma rotina rigorosa nos campos se fará somente em 1932. (NEVES, 1995, p. 105).

Em 1932, mais uma vez, as relações existentes diante da seca são modificadas. Agora, não mais um campo de concentração é estabelecido, e sim sete, sendo colocados de forma estratégica não só na capital do Estado, mas também espalhados pelo interior, impedindo ainda mais a chegada de retirantes a Fortaleza. Com técnicas e saberes diferentes, esses campos vão ter, além da exclusão pura, mecanismos disciplinares, os quais, dentro do próprio campo de concentração, vão tentar fabricar um tipo útil, dócil, com aptidão para os trabalhos impostos e punições aos transgressores. No caso do campo do Buriti, no Crato, inclusive uma cadeia é instalada dentro do próprio campo para excluir, punir e disciplinar os indivíduos (flagelados) desordeiros. Além da exclusão dos retirantes para os campos de concentração, vai haver a exclusão na exclusão para servir de exemplo para os demais, na tentativa de que cada um se policie, evitando posturas inadequadas; caso contrário, eram punidos. Foucault afirma:

Individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões – isso é o que foi regularmente realizado pelo poder disciplinar desde o século XIX: o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, e por um lado os hospitais, de um modo geral todas as instâncias de controle individual funcional num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco – não louco; perigoso – inofensivo; normal – anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar;

como caracterizá-lo; como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc.). (FOUCAULT, 2013, p. 189).

Desse modo, os campos de concentração na seca de 1932, ao contrário de 1915, serviram não apenas para excluir e rejeitar os retirantes que chegavam a Fortaleza, agora, multiplicados e estrategicamente distribuídos pelo Estado, os campos de concentração começaram a se estruturar para ter uma função disciplinar, de exercer um poder sobre os corpos dos concentrados, vigiando-os, analisando-os, enquadrando-os, não só para marcá-los e identificá-los, mas para modificá-los, torná-los úteis e domesticados para que, de forma adequada, pudessem viver na sociedade e na cidade que se queria.

Na virada do século XIX para o XX, as cidades brasileiras, sobretudo suas capitais, mas também as cidades interioranas vivem uma transformação apoiados em mecanismos modernizadores e processos de urbanização, vinculados a uma ordem capitalista em que se configura maior dinamicidade no comércio, facilitada por meios de transportes e comunicação,

ligando cada vez mais as capitais às demais cidades, interligando Estados e facilitando a exportação e a importação de mercadorias com o exterior.

A cidade do Crato, nesse contexto de urbanização inicial, vive as contradições de uma sociedade em transição, entre características rurais e um crescimento urbano, ligado ao moralismo católico, ao paternalismo aristocrático e ao anseio de um liberalismo recente. Nesse tripé organizacional em que se dirigia a cidade do Crato, cabe salientar que, por mais que se tenha a ideia de afastar os retirantes da capital do Estado, tem-se, também, a necessidade de manter a ordem na própria cidade do Crato, ordem esta estabelecida a partir dos interesses dessas três categorias em questão.

Os campos de concentração localizados no Ceará durante a seca de 1932 perpassam uma ideia de controle e contenção de uma gente

que era indesejada na cidade. Impor e determinar aos retirantes que chegavam às cidades onde eram localizados tais campos, o modo como deveriam se comportar, onde deveriam trabalhar, os espaços que deveriam ocupar, como deveriam se divertir, sua comida, suas vestes, higiene, o horário determinado para cada ação, enfim, estava tudo sob controle e organizado por indivíduos que tinham como função adestrar, disciplinar e conduzir cada detalhe de sua vida.

Na cidade do Crato, foi instalado o Campo de Concentração do Buriti, com o objetivo de encaminhar e confinar os retirantes que vinham de várias localidades do Nordeste, sobretudo Paraíba, Pernambuco e Ceará. Esse campo foi o que mais concentrou pessoas, chegando a conter cerca de setenta mil, como aponta a revista comemorativa do bicentenário do Crato, dirigida por Oswaldo Alves de Sousa: “a população da concentração chegou a orçar por setenta mil flagelados: caririenses, pernambucanos e paraibanos” (p. 180) No discurso oficial utilizado para justificar a implantação dos campos de concentração, tem-se a argumentação de que os campos facilitariam a atenção e a assistência aos retirantes, tornando-as mais eficazes, além da questão de higiene e de saúde pública, justificando que os campos impediriam o contágio de doenças – faltou dizer quais as pessoas escapavam a esses contágios. Por outro lado, esse discurso oficial busca a aceitação da sociedade pautada sob um saber sistemático e científico, camufla um caráter opressor, como nos aponta Michael Pollak (1989) ao tratar da memória numa perspectiva construtivista, a qual, segundo o autor, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor” da memória oficial. Ao lado disso, verificamos nas vozes até então silenciadas, não consideradas nos discursos, nem nos documentos oficiais, outros tipos de manifestações no que diz respeito aos campos, sobretudo, ao do Buriti. Enquanto vemos nos discursos oficiais elaborações científicas, um saber que demonstra uma verdade que se quer estabelecer, pois como detentores do conhecimento, aspectos de verdade podem ser forjados já que

perpassam uma produção e, como toda produção, o discurso oficial também remete a interesses.

Assim nos interessa também o discurso do outro, daquele que até então se encontra às margens, em “memórias subterrâneas”, que esperam o momento certo e uma escuta no sentido que lhes possibilitem dar suas versões sobre o que aconteceu. Entra em cena uma memória concorrente à oficial, como afirma Michael Pollak. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização (POLLAK, 1989, p. 8-9).

Após anos de clandestinidade, as memórias até então não expostas numa amplitude maior, mas apenas transmitidas aos familiares e outras poucas pessoas que lhes oferecem a escuta, começam a ganhar espaços nos estudos mais atuais, os quais põem em pauta a discordância entre as memórias oficiais e as não oficiais. A contradição que há nessa disputa faz-nos enxergar outras versões dos fatos, outras possibilidades de análise.

A reivindicação latente daqueles que por muito tempo estavam silenciados, resistindo ao esquecimento, é a busca por protagonismo na história, é ter a ciência de que não são seres passivos, mas que

estiveram em cena todo o momento. O discurso oficial esconde esse outro lado, a cidade em progresso camufla aspectos de miséria, os grandes hotéis escondem os barracos, a praia torna invisível a favela, a civilização gentil e educada não percebe o retirante como seu semelhante, e os aristocratas e membros da classe dominante das pequenas cidades que, à sombra da capital, se desenvolvem veem nesses retirantes apenas ferramentas de trabalho, não sendo dignos de circular na cidade. Quanto mais se tornam invisíveis esses aspectos de contradição com o desenvolvimento urbano e com a moral cidadina, mais facilmente seu discurso é aceito coletivamente, não abrindo espaço ou não permitindo que outras falas ganhem terreno.

Assim, o que se vivencia nos campos de concentração não é engergado fora dele ou, se é, deixa-se negligenciar, ou ainda é tratado como algo necessário, vista a benevolência das assistências a essas pessoas classificadas como flageladas. A organização hierárquica e funcional do campo de concentração do Buriti possibilitava aos funcionários serem divididos por funções específicas, apesar do grande número de pessoas aglomeradas, como guiar condutas, disciplinar os corpos daqueles ditos flagelados, retirar deles qualquer postura inadequada e transgressora, tomando cuidados com a vigilância, fazendo inclusive com que membros que vivessem dentro do próprio campo tivessem a função de vigiar os outros concentrados.

Em todas nossas entrevistas, é destacado o grande número de pessoas que morriam no campo de concentração do Buriti. De acordo com Expedito Laurentino:

Naquela época, eu tinha dois anos, agora meu pai falava sempre naquele campo de concentração, ali onde hoje é a Petrobras e que houve muita fome, *né?* Eu cheguei aqui em 1932, ele já era funcionário público da Rede de Viação Cearense e foi transferido de Missão Velha para cá, me empreguei na mesma Rede de Viação Cearense em 52. Foi uma seca meio

perigosa, morreu muita gente, naquela época tinha que morrer muita gente, não tinha o que tem hoje, *né?* E chegou a morrer gente. Veio gente de muitos lugares e acamparam aí. Muitos deles não resistiram. Era gente demais e morria gente todo dia.

As pessoas que eram sendo encontradas mortas eram levadas em rede ou carrinho de mão para o cemitério dos flagelados. Este cemitério ficava localizado cerca de 300 metros do campo de concentração – onde hoje existe um campo de futebol e nenhuma referência nem ao cemitério, nem ao campo de concentração. Chamado de cemitério dos flagelados porque era lá que eram cavadas as valas ou valados e despejado um grande número de pessoas. Em um mesmo valado, eram postas várias pessoas e eram moradores do próprio campo de concentração que eram designados para tal função. Segundo o senhor José Alves, “me lembro de tudo. A notícia correu, daqui não foi todo mundo, não. Mas a maior parte do povo daqui foi. Foi para lá para escapar da seca. Mas seu Hélio não deixou o povo encher a barriga, não. É tanto que ele mandava tudo que a pobreza precisava, até roupa ele mandava, mas seu Hélio pegava a roupa e vendia. Ele vendia em todo canto no Crato. O que José Américo fez e que seu Hélio não atendeu. José Américo ficou sentido com o que seu Hélio fez. A vida era ruim. O povo que *juntaram lá adoeceram*, a maior parte morreu. Morreu gente demais lá. Eu me lembro. Andava os *carregador* de gente morto, rua *arriba*, rua abaixo com a rede e pegando os mortos para botar dentro dos valados. O povo que enfraqueceu que morreu, foi muita gente que eu vi morrer por lá. Eu vi uma família com seis pessoas, que chegou um tempo depois, aí quando chegou que foram ver, aí morreu. Morreu o pai, morreu a mãe, *morreu* os filhos. *Ficou* sabe quantos, que morava lá encostado a nós? Duas pessoas, e uma já estava arriada. Deram uma *pisa* num primo meu. O primo meu não escapou, não. Esse primo meu, era um *caba* bom demais. Eu me lembro dele. Ele era quem protegia eu, quando eu estava no

campo lá. Ele tinha 17 anos, era rapaz feito já. Mas esse cara, que tinha 17 anos, que deram essa *pisa*, esse cara era bom de serviço, não tinha um cara aqui que acompanhasse ele na enxada. Ele era o melhor que tinha. Nós chamava ele de Luís de tia Nenê”.

Nessa entrevista, vemos a riqueza dos detalhes, os nomes nunca esquecidos, cenas que

por muito tempo não saíam de suas mentes, o silêncio, mas não o esquecimento. Na história revista e revisitada, podemos dar o protagonismo merecido por esses sujeitos que vivenciaram

tal evento, mas que no discurso oficial não ganhavam espaço, há não ser para justificar satisfatoriamente aos que questionavam. Para os retirantes a esperança de matar a fome, para as autoridades e membros da classe dominante a esperança de um sonho a se realizar, o desenvolvimento urbano, a civilização, o progresso.

O trabalho que ora apresentamos teve como objetivo discutir aspectos contraditórios e antagônicos referentes ao período de modernização capitalista, sobretudo na virada do século XIX para o XX, de modo mais específico na cidade do Crato, localizada no interior do Estado do Ceará, levando em consideração, também, o desenvolvimento urbano da capital desse mesmo Estado, uma vez que as cidades interioranas, aqui se tratando do Ceará, dependiam e se relacionavam com o desenvolvimento econômico de Fortaleza, visto que esta cidade era o centro da grande maioria dos investimentos financeiros desse Estado.

Buscamos trabalhar no sentido de elencar discursos sobre a cidade do Crato que nos evidenciassem o princípio de sua urbanização, com todas as contradições e coexistências que são verificadas no processo de transição de vila a cidade. As mudanças no espaço em que se configura a cidade, as transformações e permanências na mentalidade da população, a percepção e representação de alguns moradores e intelectuais acerca deste processo de transição e da ma-

terialidade de mecanismos modernos na cidade do Crato são alguns aspectos que buscamos destacar, além das características que se queriam estabelecer tanto sobre a cidade como sobre um modelo padrão de pessoas que pretendiam que circulasse nas ruas da cidade.

Notamos que o desenvolvimento urbano na cidade do Crato se deu a partir de suas relações comerciais com Fortaleza, da sua estreita relação com a Igreja Católica – uma das principais financiadoras no que se refere ao sistema educacional, à conduta e moral cidadina, além de desenvolver controladamente o progresso urbano dessa cidade em questão – e de certa negociação entre aristocracia e liberais, que traziam suas ideias do exterior ou de Fortaleza e outras capitais, como Rio de Janeiro e Recife. Também há peculiaridades sobre a cidade do Crato, na qual o sentimento patriótico, a busca identitária de um povo aguerrido demonstrado nos discursos separatistas em relação ao Ceará durante o século XIX, asseguraram sua autonomia em relação às demais cidades, visto que esta seria, no discurso dos intelectuais que defendiam tal separação, uma cidade bem localizada geograficamente, pioneira em diversos eventos de independência e culturalmente desenvolvida.

Toda essa questão discursiva que perpassa um desejo por parte da sociedade dominante do Crato esbarra na concretude da heterogeneidade cidadina. Como a cidade se faz de forma não harmônica, mas a partir dos confrontos de ideias e práticas, percebemos que a busca por um modelo de cidade e a padronização de um tipo citadino acabam por fazer da história um movimento não linear, nem apenas de continuidades, mas sim um movimento dinâmico, conflituoso e de rupturas.

As representações históricas que aqui são postas, até desenvolver a nossa própria versão sobre os fatos mencionados, foram capazes de mostrar que, ao contrário das indicações oficiais, tivemos protagonistas diversos, com suas culturas, tipos e experiências diferentes na cidade. Os campos de concentração efetuados no Ceará durante

a seca de 1932 existiram não como forma sistemática para atender a população pobre, “flagelada”, “retirante”, mas para conter, confinar, vigiar, disciplinar, conduzir as condutas daqueles que insistiam em existir, ou seja, os campos de concentração aqui verificados – em específico o Campo de Concentração do Buriti – teve como principais objetivos controlar e disciplinar aqueles que chegavam à cidade desestruturando seu desenvolvimento, sua ordem e seu progresso.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca no Nordeste. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v. 14, n. 28, 1994.

BORGES, Raimundo de Oliveira. **A alma encantadora das ruas do Crato**. s.ed.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica 2009.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato**: evolução urbana e arquitetura 1740-1960. Fortaleza: Província Edições, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed., Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

Curral do Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29. São Paulo, 1995.

OLIVENOR, José. “Metrópole da fome”: a cidade de Fortaleza na seca de. *In*: In: Simone de Souza; Frederico de Castro Neves. (Org.). *Seca*. 1ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, v. , p. 49-74.

POLLAK, Michel **Memória, esquecimento, silêncio**. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3- 15.

TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

CAPÍTULO 3

LIMA BARRETO E OS SUBÚRBIOS CARIOCAS: UM CRONISTA NA PERIFERIA DA *BELLE ÉPOQUE*

JOACHIN DE MELO AZEVEDO NETO¹

Lima Barreto, enquanto uma intrigante figura quixotesca da literatura nacional, é meio que celebrado como santo padroeiro dos escritores bêbados e marginais contemporâneos. O autor construiu um conjunto de obras pelo viés de uma sensibilidade histórica ácida, que está diluída ao longo da sua vasta produção intelectual, que engloba desde romances, sátiras, artigos, cartas e contos até, finalmente, crônicas jornalísticas. Sua relação com os subúrbios e com os protagonistas anônimos da história não era apenas uma forma de obter inspiração para escritos sensacionalistas – como o foi para João do Rio –, mas era pautada por um grande senso de pertencimento e de dívida moral para com aquela gente e seu lócus.²

[1]. Licenciado em História pela UEPB, mestre em História pela UFCG e doutor em História pela UFSC.

[2]. Como coloca Carlos Fantinati (1978, p. 29), na obra *O profeta e o escrívão*, é seguindo essa diretriz ética que Lima Barreto irá priorizar, em sua arte militante, a representação das “camadas sociais desprivilegiadas, em sua miséria física, moral e social, promovendo a inclusão delas na literatura (...)”.

Ao prefaciá-lo volume II de *Toda a crônica* (2004), de Lima Barreto, Beatriz Resende constata que, ao longo da produção jornalística do literato, está impressa uma verdadeira história dos vencidos, uma história construída pela:

(...) voz de alguém à margem, de um membro da *marginália*, fora do eixo do poder, do centro hegemônico das decisões políticas, *bagatelas* que formam esta história, testemunhos do cotidiano no Rio de Janeiro, dos primeiros anos da república e ainda dados e referências a uma vida literária que não constam das “histórias da literatura brasileira”. (RESENDE *apud* BARRETO, 2004, p. 11).

Além das crônicas, romances como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado inicialmente em folhetins no *Jornal do Comércio*, em 1911, *Clara dos Anjos* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* podem ser tomados como exemplos de quanto o “senso de vida e da realidade circundante” (BARRETO *apud* BARBOSA, 1959, p. 246)³ que Lima tanto se gabava de possuir esteve em sintonia, também, com um desejo de trazer para a literatura imagens das zonas periféricas do Rio de Janeiro, pelas quais o escritor transitava diariamente.

Triste fim de Policarpo Quaresma narra a vida de um homem solitário, abastado e de vida regrada que era ingênuo, sonhador, respeitador das hierarquias sociais, patriota convicto e nacionalista fanático. Quaresma dedica a vida a um projeto cultural embasado no amor à pátria: busca preservar a memória nacional, implantar o idioma tupi

[3]. Em um artigo de 1919, intitulado “Uma fita acadêmica”, Lima Barreto, ao responder as críticas de João Ribeiro sobre o romance *Numa e a ninfa*, destaca o quanto achava vazia a escrita de uma literatura respaldada apenas na livre abstração e sem maiores implicações sociais, afirmando justamente que, quando escreve, sempre procura deixar aflorar, em seu estilo, suas percepções da vida e da realidade que o circunda enquanto ator social (Cf. BARBOSA, 1959, p. 243-7).

como língua oficial e cultivar as tradições brasileiras. Depois se dedica a um projeto agrário, através do qual sonha em ver realizado uma reforma agrária. Por último, sonha com uma reforma administrativa, em prol de uma melhor organização política, que o leva a lutar por Floriano Peixoto nos episódios da Revolta da Armada.

O fim de Policarpo Quaresma é triste porque, considerado como um visionário perigoso pelo próprio Floriano, é encarcerado e executado pelo regime político que lutou para defender, ao protestar contra a violência com a qual eram tratados os soldados da marinha capturados pelo exército florianista. Nesse sentido, tal qual Dom Quixote, Policarpo encarna a parte mais pura dos ideais humanos, através de sonhos impossíveis de serem realizados, tendo de enfrentar, próximo ao seu fuzilamento, a constatação de sua impotência diante das forças maiores da corrupção, do egoísmo, da ambição pelo poder e da injustiça.

Segundo Alfredo Bosi, o romance *Policarpo Quaresma* apresenta um:

(...) um forte empenho ideológico, (...) mostra o quanto Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira de seu tempo. (BOSI, 2006, p. 323).

Guillaume Saes, em uma dissertação de pouco crivo crítico, defendida na USP, intitulada *A república e a espada: a primeira década republicana e o florianismo*, sustenta que o autoritarismo e os episódios violentos que envolvem a manutenção de Floriano Peixoto, e seus seguidores, à frente da Primeira República foram necessários para que o Brasil pudesse se tornar essa enorme nação democrática que é hoje. Se a ironia parece inevitável, torna-se necessária quando Saes fala que o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* se resume a uma “crítica aberta e até mesmo desrespeitosa de (...) Lima Barreto”

(SAES, 2005, p. 10) a Floriano Peixoto, sujeito que denominou como responsável pelo “progresso da ordem” (SAES, 2005, p. 15).

Não irei me ater aos jargões conservadores que Guillaume Saes lança mão com frequência ao longo de toda a dissertação, nem tampouco as implicações obscuras que essa historiografia comprometida com a apologia do militarismo possui. Interessa aqui perceber a enorme falta de conhecimento do autor e a superficialidade de sua citação sobre a gestação desse polêmico romance de Lima Barreto. Quando jovem, o escritor acompanhou de perto os desfechos da Revolta da Armada e a invasão da Ilha do Governador pelas tropas dos antiflorianistas Custódio e Saldanha. Com a tomada da ilha pelas tropas florianistas, começaram as execuções sumárias de prisioneiros, as prisões e práticas de saque junto à população, que em nada condiziam com as máximas positivistas que eram pregadas pelos seguidores de Floriano Peixoto.⁴

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, mais que uma crítica “desrespeitosa” à ditadura e à própria pessoa do Floriano, é um importante testemunho das consequências e contradições em que estava imersa uma democracia alicerçada no uso da força militar. Na segunda parte da obra, o escritor constrói uma imagem bastante detalhada das peculiaridades que enxergava na arquitetura espontânea dos subúrbios cariocas:

Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação de cidade. A topografia

do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

(...) As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam a largar como *boulevards* e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado. (...) Vai-se por uma rua a ver um correr de *chalets*, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimada rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau-a-pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população (...).

Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades europeias, com suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados. (BARRETO, 1991, p. 89-90).

Há na passagem muito de romantismo na idealização feita por Lima Barreto. Os subúrbios europeus, na transição do século XIX para o XX, sobretudo os das maiores metrópoles da época, que seriam Londres e Paris, também possuíam condições insalubres e seus habitantes eram, frequentemente, representados pelos literatos como bárbaros que viviam em uma selva caracterizada como hostil ou como território propício para a manifestação de várias torpezas e maldades desumanas. Conforme coloca Stella Bresciani (1994, p. 26), ao analisar o espetáculo da pobreza em Londres e Paris, no século XIX, o maior bairro operário londrino, o East End, foi descrito por Arthur Morrison como um local diabólico. Na França, Buret

[4]. Parte das impressões negativas de Lima Barreto sobre o militarismo, já figurava, quase como esboços do romance, em seu *Diário Intimo*, seja em anotações relativas ao convívio com seus chefes e colegas na Secretaria de Guerra. Como o próprio Lima registra, chegou a deixar seu *Diário Intimo*: “(...) prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil. Trinta dias depois, o sítio é a mesma coisa. Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra cousa pelo Brasil”. (BARRETO, 1956, p. 49).

afirmava que a miséria vivenciada nos bairros pobres era um fator desencadeante da barbárie. Os habitantes desses lugares eram tratados pelas políticas oficiais como dejetos, como resíduos sociais.

Porém, é importante perceber que, nas representações de Lima Barreto em torno dos bairros periféricos e suburbanos cariocas, não prevalece essa tradição literária que encara a pobreza e os pobres como coisas abomináveis. O cronista carioca invertia essa perspectiva, atribuindo ares grotescos ou ridicularizando a formalidade das construções planejadas para europeizar o Rio, ao passo que atribuía aos espaços urbanos destinados ao morar e conviver das pessoas mais simples uma cartografia acolhedora. Longe dos protocolos e da atmosfera gélida que as elites impunham em seus ambientes de socialização, Lima Barreto destaca nos subúrbios o fato de que, apesar das adversidades, a vida fervilhava.

Um dos locais onde esse espetáculo da vida poderia ser apreciado, para Lima, era nas feiras populares. Na crônica “Feiras livres”, publicada no *Careta*, em julho de 1921, o escritor narra que, em uma de suas idas para uma feira no subúrbio do Méier, se deparou com tantas belas mulheres desfilando pelo local que chegou a afirmar: “Nunca as vi tão lindas nem mesmo na Rua do Ouvidor, que frequento desde os dezesseis anos (...)” (BARRETO, 2004, p. 377). Já na crônica “Feiras e mafuás”, publicada na *Gazeta de Notícias*, também em 1921, o escritor carioca recorre às suas memórias de meninice para elaborar, de forma nostálgica, um quadro do cenário que preenchia esses lócus destinados à sociabilidade popular. Como é pertinente deduzir, as feiras livres não eram apenas destinadas à venda e ao consumo de mercadorias de primeira necessidade. Eram também espaços ligados ao lazer e poderiam, inclusive, se tornar palco para discussões políticas, bebedeiras entre amigos, confraternizações e encontros casuais. Vale a pena conferir os trechos da crônica nos quais Lima descreve o aspecto, com minúcia de detalhes, da feira que acontecia em Campo de Santana:

Fui lá várias vezes, em menino; e a lembrança que dessa curiosa feita tenho é muito esbatida, diluída. Lembrou-me bem dos bichos e das barracas de tábuas, metim, sarrafos, iluminados por toscos e fumarentos lampiões de querosene, que bem se pareciam com aqueles elementares a que as cozinheiras chamam de “vagabundos”. Veio a república, e logo as novas autoridades acabaram com aquela folgança de mês. A república chegou austera e ríspida. Ela vingava armada com a Política Positiva, de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina. Esta, ela deixou no descanso; mas o espadagão, o sabre, ela pôs no seu escudo.

(...) Mas, como dizia, a república severamente acabou com aquela folia de barraquinhas, no Campo de Santana, por ocasião do mês de São João. Se não me engano, elas se foram asilar no adro da igreja de Santana, na Rua das Flores. Também aí, ceio que por causa dos rolos e conflitos, a polícia acabou com elas. (...)

Muita pouca gente, atualmente, se há de lembrar das antigas “barraquinhas” do campo. Eu mesmo já me havia esquecido delas, quando, há pouco, me vieram a lembrança, por causa de coisas congêneres, que, presentemente, há pelos subúrbios. Não sei se há mais; conheço, porém, duas: uma no Méier, em benefício das obras da igreja do Sagrado Coração de Maria; e outra no Engenho de Dentro, em benefício da construção da respectiva matriz.

O povo chama tais coisas de mafuás, não atino qual seja a origem desse termo. Há quem diga que é corruptela do francês; *ma foi* – “minha fé”. Não sei se é isso; mas a etimologia não vem ao caso. Seja como for, “mafuá” é coisa pitoresca. Funciona aos domingos e é a festa, o passeio domingueiro, por excelência, do povo dos subúrbios.

Toda aquela humilde gente que lá se acantona da melhor maneira possível, fustigada pelo látego da vida, durante toda a semana, encontra no domingo de “mafuá” um derivativo da alegria e da consolação para suas mágoas, necessidades e tormentos morais. (BARRETO, 2004, p. 385-6).

Peço desculpas ao leitor pela longa citação da crônica, porém não desejava correr o risco de empobrecer analiticamente o potencial memorialístico que esse texto possui. Ninguém melhor que o próprio Lima, enquanto intérprete do cotidiano urbano, para demonstrar a relação extremamente afetiva que possuía com a realidade dos subúrbios e a ojeriza que possuía pelos projetos cartesianos da República, que visavam perseguir e extinguir as práticas populares que estavam alicerçadas nas tradições coloniais. Em “Feiras e mafuás”, a temática da dimensão excludente que o projeto de civilização republicano possuía se mescla às memórias de um Lima Barreto ainda bem jovem, mas que já observava os modos pelos quais os habitantes dos subúrbios usavam e davam significados às territorialidades urbanas.

As elaborações narrativas de Lima Barreto sobre os desfechos da implantação da República são sempre marcadas por esse tom crítico. Conforme observou Beatriz Resende, na obra *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos* (1993), o escritor carioca refletiu, ao longo dos diversos temas que envolvem suas crônicas, sobre as consequências negativas que os abusos de poder cometidos pelas novas elites dirigentes acarretavam para a realidade das classes populares. Assim, é interessante perceber que as descrições, quase fotográficas, que Lima traçou da periferia do Rio também fazem parte de sua contestação gigantesca da modernidade brasileira, pois o subúrbio “(...) é antes o espaço da constatação” (RESENDE, 1993, p. 101) da dimensão segregadora desse processo.

Ainda segundo Beatriz Resende (1993, p. 106), ao longo das crônicas de Lima prevalece uma “atitude sentimental” por parte do literato, sempre marcada por uma grande simpatia “pelo subúrbio com suas tradições do século passado”. Como bem ressalta a autora, os subúrbios cariocas dessa época eram – antes de tudo – um espaço esquecido pelas autoridades. Longe de oferecer o perigo dos morros localizados próximos ao centro da cidade e ocupados pelas camadas sociais mais miseráveis do Rio, os subúrbios possuíam uma

conotação quase que rural por estarem afastados da zona elegante e afrancesada da urbe. Lima Barreto transformou, frequentemente, os subúrbios em fonte de inspiração para seus escritos.

Enquanto a maior parte das crônicas do escritor sobre o centro do Rio de Janeiro enfocava o caráter autoritário que as reformas urbanas possuíam e criticava a futilidade das elites que desfilavam nesse cenário *à la* “Buenos Aires de tostão”, suas impressões sobre as fisionomias dos subúrbios possuíam uma riqueza de detalhes impressionante. Se Lima foi um cronista apaixonado pela sua cidade, inclusive pela área nobre, com suas praias e jardins projetados, preservou nas suas descrições sobre as áreas destinadas ao morar dos populares cariocas uma espécie de afetividade que demonstrava o que de mais humano poderia se encontrar nesses lugares.

Em um trecho do romance autobiográfico *O cemitério dos vivos*, espécie de livro de memórias que narram o percurso do escritor até os episódios que remetem as suas passagens pelo hospício, Lima Barreto tece uma profunda alusão a certo aspecto campesino que os subúrbios possuíam:

Uma tarde, tomei o trem dos subúrbios (...). Viajei despreocupado (...). O meu pensamento ia vagabundo para todos os lados, sem se deterem em coisa alguma. A observação mais demorada que fiz foi a da grotesca e imprópria edificação dos subúrbios, com as suas casas pretensiosas e palermas, ao jeito das dos bairros *chics*, a falta de jardins e árvores, realçadas pelos morros pelados, pedroucentos, que, de um lado, correm quase paralelamente ao leito da estrada e quase nele vem tocar. Não parecia aquilo subúrbios de uma grande e rica cidade; mas uma série de vilarejos pedantes, a querer imitar as grandes cidades do país. Totalmente lhes fazia falta de gracilidade e de frescor de meia roça.

(...) Por toda parte, jaqueiras, manguieiras, sebes de maricás, além das essências silvestres de que falei,

enfim, muita árvore e muita sombra doce e amiga. Se os arredores da estação tinham um ar pretensioso, de pretender-se um pequeno Rio de Janeiro, aquela rua longínqua, simplesmente esboçada, ensombrada de grande árvores, atapetada de capim e arbustos, tinha a aparência de uma estrada, ou antes, de um trilho de roça. (BARRETO, 2004, p. 141-2).

A imagem que temos ao realizar a leitura desse fragmento do *Cemitério dos vivos* é a de que realmente o Rio de Janeiro estava dividido em duas partes: de um lado, pode-se pensar em uma área enobrecida, submetida a constantes intervenções municipais em sua paisagem, porém cercada por morros habitados pelos que as autoridades denominavam “classes perigosas”. Em outra extremidade, estavam os subúrbios com seus cenários bucólicos e marcados por reminiscências coloniais. Porém, essa dicotomia elaborada por Lima Barreto entre centro e subúrbios, para Aureliano Portugal, não possuía esse caráter extremo. Segundo Aureliano, em um artigo publicado no *Jornal do Commercio* – em 1904 – era:

(...) impossível estabelecer limites entre as paróquias urbanas e as chamadas suburbanas (...). Estes subúrbios não têm existência própria, independente do Centro da cidade, pelo contrário, a sua vida é comum, as suas relações íntimas e frequentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade (...). (PORTUGAL, 1904, p.).

De fato, a implantação dos trilhos de ferro, a construção das estações ferroviárias e a chegada do trem, enquanto um dos grandes signos da modernidade, da tecnologia e do progresso no Rio de Janeiro, fazem parte de um rol de ações oficiais que buscavam integrar, pelo menos minimamente, esses espaços populares à parte *chic* da cidade, embora, como coloca Celi Freitas (2002, p. 72), em um

recenseamento datado de 1890, o Rio de Janeiro estivesse dividido entre “Freguesias Urbanas” e “Freguesias Rurais”. Segundo a autora, somente em um recenseamento de 1920 é que a cidade passa a ser dividida em “Freguesias Urbanas” e “Freguesias Suburbanas”.

O escritor carioca também se torna partidário das viagens proporcionadas pela locomotiva a vapor, que já eram celebradas e decantadas em verso e prosa por vários literatos do século XIX. O uso que fazia das viagens proporcionadas pelos trens era uma exigência de seu próprio emprego, que o obrigava a se deslocar cotidianamente do subúrbio de Todos os Santos para a Secretaria de Guerra no centro. Em um momento que parece ser bem posterior em relação às impressões que deixou no trecho citado d’*O cemitério dos vivos*, na crônica “A estação”, publicada primeiramente em 1921, Lima Barreto ressalta a importância das estações das estradas de ferro para os subúrbios cariocas chegando a taxá-las, inclusive, de eixos da vida nos subúrbios.

O escritor fala sobre as quatro principais estações que se situavam nas periferias urbanas do Rio, dando destaque para a estação do Méier e a intensa atividade comercial que se desenvolvia em torno desse local, já entusiasmado, a sua maneira, com a ideia de que “a modernidade não estava de todo ausente daquele espaço” (FREITAS, 2002, p. 75)

(...) é em torno da “estação” que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. (...)

Em certas, como as do Méier e de Cascadura, devido a serem elas ponto inicial de linhas secundárias de bondes, há uma vida e um movimento positivamente urbano.

É o Méier o orgulho dos subúrbios e dos suburbanos. Tem confeitarias decentes, botequins frequentados; tem padarias que fabricam pães, estimados e procurados, tem dois cinemas, um dos quais funciona em casa edificada adrede; tem um circo-teatro, tosco,

mas tem; tem casas de jogo patenteados e garantidas pela virtude, nunca posta em dúvida, do Estado, e tem boêmios, um tanto de segunda mão; e outras perfeições urbanas, quer honestas, quer desonestas. (BARRETO, 2004, p. 439).

Como adverti antes da citação, Lima Barreto esboçou um elogio às transformações econômicas causadas nos subúrbios pelo advento da implantação dos trilhos, da construção das estações de trem e pela chegada da eletricidade, necessária para o funcionamento dos cinemas. Porém, o lugar de intelectual militante que escolheu para falar não o permitiria se limitar a um tenro deslumbramento diante desses símbolos da modernidade que se insinuava naqueles lugares. Logo adiante, na mesma crônica, o autor inicia uma série de críticas aos comportamentos dos suburbanos que reafirmavam as “distinções entre o subúrbio e a *belle époque* tropical” (FREITAS, 2002, p. 75), ao procurarem reproduzir nos lócus suburbanos códigos de posturas adotados pelas elites. A continuação da crônica será analisada no próximo capítulo, por estar bastante ligada com a visão que o escritor tinha dos diversos tipos sociais que habitavam os subúrbios.

Outro elemento simbólico da modernidade que serve como ponto de partida para uma reflexão maior, por parte do escritor, sobre as transformações infligidas pela municipalidade – aliada com os interesses de empresas multinacionais – na paisagem suburbana é o bonde elétrico. Na crônica “De Cascadura ao Garnier”, publicada na *Careta* – em julho de 1922 –, Lima Barreto busca decifrar de que forma os mecanismos e as máquinas estavam modificando os aspectos coloniais da urbe carioca, traçando um diálogo entre suas impressões a partir do momento em que sobe no bonde, para se deslocar do subúrbio de Cascadura ao Centro, e as memórias que possuía de um passado recente, mas agonizante, que estava perdendo, simbolicamente, a disputa com os emblemas do progresso em torno dos quais a *Belle Époque* tropical se arvorava:

Embarco em Cascadura. É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores com os vestuários de todas as cores. Vou ocupar o banco da frente, junto ao motorneiro. (...)

(...) Ele percorre uma parte da cidade que até agora era completamente desconhecida. Em grande trecho, perluastra a velha Estrada Real de Santa Cruz que até bem pouco vivia esquecida. Entretanto, essa trilha lamacenta que, preguiçosamente, a Prefeitura Municipal vai melhorando viu carruagens de reis, de príncipes e imperadores. Veio a estrada de ferro e matou-a, como diz o povo. Assim aconteceu com Inhomirim, Estrela e outros “portos” do fundo da baía. A Light, porém, com seu bonde de “Cascadura”, descobriu-se de novo e hoje, por ela toda, há um sopro de renascimento, uma palpitação de vida urbana (...). (BARRETO, 2004, p. 540).

No começo do século xx, vários mecanismos modernos são dotados de uma carga simbólica considerável. A tecnologia se adapta à lógica industrial para ser “massificada”, pois seu potencial econômico é imenso. Como coloca Amara Silva Rocha, em *A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1996), invenções como:

(...) automóvel, eletricidade, avião, cinematógrafo, telégrafo, etc. integram um cenário de modificações em que o capitalismo se expande, tornando-se um sistema de dimensões mundiais, tendo como função primordial a busca da eficácia e do aperfeiçoamento progressivo. (ROCHA, 1996, p. 55).

Para a citada autora, compreender como ocorreu a implantação da energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro no contexto da *Belle Époque* é um dos meios de, no presente, termos uma noção de como a modernidade se instaura por meio de disparidades e interes-

ses sociais. Como sugere Amara Rocha (1996, p. 52), é uma forma de perceber como, desde o começo, “a extrema riqueza e miséria” convivem bem próximas, “numa pseudo-harmonia moderna”. A autora lança também seu recorte em torno da dimensão simbólica da modernidade, que pode ser apreendida em torno de estudos sobre o imaginário gestado na época analisada. Nesse sentido, “o início da eletrificação da cidade, ocorrido neste contexto, foi emblemático, revelando um imaginário rico em representações simbólicas”.

No caso do Rio de Janeiro, a eletricidade é uma das meninas dos olhos dos projetos de reformas urbanas. No tocante ao processo de eletrificação, Percival Farquhar expôs seus projetos ao presidente Rodrigues Alves e ao prefeito Pereira Passos, que, prontamente, apadrinharam a iniciativa, apoiando o grupo comercial que o capitalista norte-americano representava. A Light e a Guinle eram as duas empresas que disputavam o mercado da eletricidade no Rio da *Belle Époque*. Nessa atmosfera de competição que envolvia grandes interesses políticos e econômicos, a imprensa iria tomar partido, descaradamente, pelo grupo que mais investisse ou financiasse os grandes jornais da época. As campanhas publicitárias da Light firmaram a parceria com o empresário Assis Chateaubriand e buscaram manipular a opinião pública favoravelmente aos interesses dos empresários. Ainda explorando essa relação entre imprensa e eletrificação, Amara Rocha destaca a recepção desse processo nas crônicas que eram veiculadas nos jornais. Os cronistas dos grandes jornais decantavam o advento da eletrificação como um grande marco civilizador na trajetória da então capital brasileira. Construiu-se, assim, nas crônicas jornalísticas da imprensa oficial, uma cidade que gozava de todas as vantagens da modernidade, do progresso e da civilidade. No seu livro de memórias, intitulado *O Rio de Janeiro de meu tempo* – publicado inicialmente em trechos no *Correio da Manhã*, entre 1936 a 1937, o historiador Luiz Edmundo demonstra a empolgação que o advento do bonde elétrico causou, enquanto membro da elite letrada da *Belle Époque*:

O bonde elétrico, que é novo na terra, tem-se como estupenda conquista, um melhoramento capaz de colocar o Rio ao lado de Londres, de Paris ou de Nova Iorque e de Berlim. Os jornais publicam: *Porque os nossos excelentes bondes...* Ou: *Os nossos elétricos, que, sem o menor favor, são os melhores do mundo...* (EDMUNDO, 2003, p. 29).

Ainda acompanhando o pensamento de Amara Rocha e traçando um paralelo entre o depoimento de Luiz Edmundo e a crônica de Lima Barreto, pode-se notar que o escrito de Lima traduz uma sensação de que o contato das classes populares com a eletricidade não foi tão cercado de espetacularizações. Apesar de nutrirem grande respeito por esse novo dispositivo moderno, os populares sentiram negativamente os impactos da eletricidade, principalmente nos bondes elétricos que, apesar de confortáveis, eram palco de inúmeros acidentes cotidianos. A Light era responsabilizada pelos acidentes e por maus serviços, associados ao atraso dos transportes ou à alta velocidade com que trafegavam, propiciando um risco maior aos acidentes que, muitas vezes, terminavam em mutilações de braços e pernas dos usuários, quando não em mortes.

É interessante perceber como Lima Barreto, que dedicou quase toda sua breve vida a colaborar com o que hoje entenderíamos por imprensa alternativa,⁵ evoca a todo instante uma outra cidade: a dos excluídos desse processo que sucumbiam na pobreza ou na mediania. Fazendo uso das suas memórias e de alusões a um passado que estava sendo tido apenas como motivo de esquecimento, o escritor

[5]. Entre os jornais de pequena circulação com que Lima Barreto colaborou, estão os periódicos anarquistas *Não matará* e *A voz do trabalhador*. Porém, conforme sugere Anoar Aiex, em *As idéias sócio-literárias em Lima Barreto*: “Atraído pela promessa do anarquismo, Lima Barreto não participou dele como membro de sindicato nem como militante político. Seu proselitismo restringiu-se aos seus artigos, crônicas e ensaios” (AIEX, 1990, p. 14).

carioca remete sempre aos aspectos rurais que ainda eram possíveis de serem notados nos subúrbios, seja carregando nas tintas ou não, como se estivesse atirando pedras no intuito de estilhaçar a frágil redoma de vidro moderna em que as elites cariocas queriam se entrincheirar – como é possível perceber na continuação da crônica “De Cascadura ao Garnier”:

Mas... O bonde de Cascadura corre; “titio Arrelia” [o motorneiro do bonde], manejando o controle, vai deitando pilhérias, para a direita e para a esquerda; ele já não se contenta com o tímpano; assovia como os cocheiros dos tempos dos bondes de burro; (...) e penso no passado.

No passado! Mas... O passado é um veneno. Fujo dele, de pensar nele e o bonde entra com toda força na embocadura do Mangue. A usina de gás fica ali e olho aquelas chaminés, aqueles guindastes, aquele amontoado de carvão de pedra. Mais adiante, meus olhos rompem com medas de manganês... E o bonde corre, mas “titio Arrelia” não diz mais pilhérias, nem assovia. Limita-se muito civilizadamente a tanger o tímpano regulamentar. (...) Estamos no Largo de São Francisco. Desço. Penetro na Rua do Ouvidor. Onde ficou a Estrada Real, com seus bácoros, as suas cabras, os seus galos e os seus campizais? Não sei ou esqueci-me. (BARRETO, 2004, p. 540-1).

Lima Barreto consegue amalgamar rastros de um passado colonial a um presente já repleto de referências modernas. No entanto, o comportamento do operador do bonde, que é descrito pelo cronista, se torna uma espécie de termômetro que indica os lugares nos quais as reminiscências da colônia ainda resistiam, longe dos olhares policiadores e das intervenções dos poderes oficiais, e as fronteiras urbanas nas quais imperava o discurso civilizador das elites, que terminava por afetar não apenas a postura do motorneiro – que já não poderia mais “deitar pilhérias” aos pedestres na rua, conforme se

aproximava do centro da cidade – mas também a do próprio Lima que, envolvido pela atmosfera afrancesada da Rua do Ouvidor, ironicamente, alega que, assim que entrou no território nobre do Rio, esqueceu-se dos traços bucólicos que tinha contemplado há pouco pela estrada, durante a trajetória que fez no bonde.

Da íntima relação entre Lima Barreto e o Rio de Janeiro, em toda a sua extensão, brotam suas crônicas. Escritos dotados de uma alta sensibilidade e uma forte carga imagética, que representam a cidade desde as áreas mais opulentas até suas partes mais afastadas e rústicas. Em *A pátria que quisera ter era um mito* (2002), Denílson Botelho tece algumas reflexões interessantes em torno dessa relação de Lima com os subúrbios:

O carioca Afonso bem que podia gabar-se de conhecer como poucos a cidade em que vivia. Por vezes, saía do subúrbio de Todos os Santos, onde morava, tomava o trem até a Estação D. Pedro II, no centro, e dali embarcava num bonde rumo à zona sul, cruzando, assim, o Rio de Janeiro de um extremo a outro. Entretanto, a intimidade com a geografia e as ruas da cidade foi paulatinamente conquistada nas várias ocasiões em que cumpria este e outros percursos, não sobre os trilhos dos trens ou bondes, mas sim a pé.

Sem pressa, muitas vezes vagando pela noite adentro, suas caminhadas eram interrompidas para uma ou algumas doses de parati, tomadas nos bares ou numa vendinha suburbana qualquer.

O subúrbio, aliás, ele conhecia como a palma da mão. Desde 1902, quando a família se transferiu da Ilha do Governador para a Rua Vinte e Quatro de Maio, no Engenho Novo, Afonso foi ganhando mais e mais intimidade com aquelas bandas da cidade. Já no ano seguinte, tinha um novo endereço: Todos os Santos. Primeiro a Rua Boa Vista, e de 1913 em diante, a Rua Major Mascarenhas (...). (BOTELHO, 2002, p. 47-8).

Francisco de Assis Barbosa também já havia detectado, em *A vida de Lima Barreto* (1952), esse gosto por longas caminhadas na urbe como um traço peculiar do comportamento do escritor carioca. O biógrafo mais consagrado de Lima cita, inclusive, episódios curiosos ligados a essa mania do cronista, como uma vez em que saiu para um desses passeios com o então jovem escritor Luís da Câmara Cascudo. Segundo Barbosa, após horas e horas andando a pé sob o sol a pino, em uma verdadeira travessia pela cidade, Câmara Cascudo desistiu da excursão por sentir-se fatigado, com sede, aborrecido e muito suado, enquanto Lima prosseguiu. O autor também relata outra ocorrência curiosa, na qual, sob os efeitos da parati, Lima Barreto chega à casa do leal amigo Noronha Santos, tarde da noite, com o terno todo rasgado. O escritor havia percorrido, praticamente, todo um quarteirão pulando as cercas dos quintais das casas até chegar à residência do amigo, que, diante do estado inusitado das roupas de Lima Barreto, lhe deu um caro terno comprado em Paris.⁶

É através das suas próprias experiências cotidianas que Lima Barreto, como coloca Maria Cristina Machado (2002, p.154), “faz do tema do subúrbio uma constante em sua literatura”. A representação que tece das paisagens suburbanas é marcada por uma retórica que, exageros à parte, sempre fere a tecla da denúncia social. Nesse caso, o autor delimita as territorialidades cariocas através de fronteiras discursivas que servem para diferenciar a zona nobre das áreas popu-

[6]. Segundo Francisco de Assis Barbosa (1959, p. 216), “Lima Barreto desnorreava quase sempre os companheiros de farra. Não raro, desaparecia do grupo e ia beber sozinho. (...) É que sentia necessidade de andar, bebericando, aqui, ali, acolá, mais adiante, vencendo enormes distâncias a pé, até não mais poder”. Sobre o episódio que remete à chegada de Lima Barreto com o terno em frangalhos na casa de Noronha Santos, em 1910, assim descreve: “Vendo-o naquele estado, Santos deu-lhe um terno verde, novo, que trouxera da sua última viagem a Paris. Lima Barreto vesti-o. Mirou-se por todos os lados. E despediu-se com o seguinte comentário:—Fica muito melhor em mim do que em você”. O fato ligado à caminhada de Câmara Cascudo ao lado de Lima Barreto, da avenida Rio Branco a Gávea, foi narrado por Cascudo em um artigo publicado no *Diário de Notícias*, em 1938 (Cf. BARBOSA, 1959, p. 306-7).

lares. Por exemplo, Botafogo e Copacabana são representados por Lima como lugares habitados pelos novos ricos, pela burguesia urbana, pelos doutores e pelas mulheres *chics*, ao passo que Méier, Todos os Santos e Cascadura são os lócus por onde desfilam e moram tipos como o boêmio Ricardo Coração dos Outros ou o ingênuo Policarpo, do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, e mais ainda toda uma sorte de pequenos comerciantes, funcionários públicos de baixa patente, malandros, bêbados e trabalhadores. Os subúrbios, através das crônicas de Lima Barreto, são figurados como espaços repletos de formas de sociabilidades singulares que estão sendo ameaçadas pelas transformações vertiginosas proporcionadas pelo advento da modernidade.

Em *A héliade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca* (2006), Maurício Silva sugere que a abordagem literária realizada por Lima Barreto em torno do cotidiano nos subúrbios, longe de ser despropositada, é para a crítica uma das grandes características que podem conferir ao seu estilo o status de pré-moderno. Segundo o autor:

Na medida em que Lima Barreto eleva o subúrbio à categoria de cenário distinto (...), acaba promovendo um verdadeiro deslocamento estético na literatura brasileira produzida até então, em que todo um universo esquecido pela arte é colocado em primeiro plano. Além disso, com Lima Barreto, assiste-se ao que um crítico definiu como o “triunfo do meio ambiente como personagem”, destacando a importância da ambientação suburbana para sua produção ficcional. (SILVA, 2006, p. 70).

M. Silva envereda para o campo da análise discursiva e traça um paralelo entre a linguagem presente nos romances de Lima Barreto e a que está presente na obra de Coelho Neto. Sendo assim, é bastante típica da narrativa barretiana a construção de ambientações e perso-

nagens dotadas de grande profundidade psicológica, enquanto que nos escritos de Coelho Neto, encarado como um autor pertencente aos círculos literários oficiais, as descrições dos cenários urbanos, nos quais insere suas tramas, possuem uma dimensão bastante otimista que termina por conferir a seus romances uma densidade narrativa rala e superficial.⁷

Maurício Silva foca a sua análise em torno de romances como *Clara dos Anjos* e *Numa e a Ninfa*, para conseguir detectar o diferencial estilístico que possibilita ao leitor atual distinguir Lima Barreto dos literatos que lhe foram contemporâneos, mas que estavam imersos nas diretrizes de uma modalidade de literatura que deveria ser “o sorriso da sociedade”. A perspectiva de M. Silva ecoa neste estudo porque, sem dúvida, pode ser direcionada também para auxiliar a compreensão da literatura jornalística de Lima Barreto, que aborda a temática da vida e paisagem suburbana.

Régis de Moraes, em *Lima Barreto: o elogio da subversão* (1983), inspirado pelo mito de Sísifo, também traça algumas interessantes reflexões sobre a relação entre Lima Barreto e os subúrbios. O autor evoca a história de Sísifo, condenado pela eternidade, por Zeus, por ludibriar várias vezes a morte, a carregar um pesado rochedo de mármore nas costas até o alto de uma montanha, sendo que sempre que estava próximo de cumprir a árdua tarefa, através de uma força

inexpugnável, o rochedo soltava-se de suas mãos e rolava montanha abaixo obrigando Sísifo a recomeçar seu trabalho. A expressão “trabalho de Sísifo” passou a significar trabalho inútil. Qual a possível analogia entre o mito de Sísifo e a vida suburbana de Lima Barreto? Bom, antes de tudo, é preciso levar em conta as agruras biográficas que fazem parte da trajetória do escritor. Essas agruras correspondem a fatos que vão desde o enlouquecimento gradativo do seu pai até a negação do valor literário de suas obras pelos medalhões das letras, bem como aos motivos que o levaram ao alcoolismo e às internações forçadas no hospício. Para Régis de Moraes:

Lima Barreto é de uma curiosa estirpe que passa a vida sentido-se ralar em sucessivas derrotas e, no fim, triunfa. Ele não foi o herói que resultou de um chique nervoso interpretado como ato de coragem. Nada de cenas muito teatrais. Lima é o puro exemplo do herói do cotidiano. Eis porque não há razão para chorarmos o coitadinho do romancista infeliz. Cumpre-nos tentar mostrar tudo que há de épico, que há de verdadeiramente grandioso no drama aparentemente lento de uma vida parda de subúrbio. (MORAIS, 1983, p. 31).

A determinação com a qual o literato resolveu atacar os tentáculos invisíveis dos poderes oficiais remete mesmo a um tipo de heroísmo errante, daqueles que parece saltar diretamente das páginas de uma obra de Cervantes. Porém, como bem ressalta Régis de Moraes, a ironia e a grandiloquência com a qual Lima Barreto tratou todas as opressões que sofreu nos impedem de enxergá-lo como um coitado. O mito de Sísifo nos ajuda nesse exercício, pois a firmeza humana com a qual ele carrega a pedra montanha acima para depois vê-la rolar novamente para baixo e depois re-começar sua tarefa o torna mais forte que o rochedo. A atualidade da vasta obra de Lima Barreto, na qual está inserida sua produção cronística, foi o fator determinante

[7]. Para efeito de ilustração dessas premissas, Maurício Silva, em *A Hélade e o subúrbio* (2006), cita o seguinte trecho do romance *Numa e a Ninfa*, de Lima Barreto: “Lucrécio morava na Cidade Nova, naquela triste parte da cidade, de longas ruas quase retas, com uma edificação muito igual de velhas casas de rótula, portas e janela, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem, bairro quase no coração da cidade (...). A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era (...)” (BARRETO *apud* SILVA, 2006, p.71). Em seguida traz à tona a descrição de Coelho Neto da paisagem urbana em que se ambienta o romance *Turbilhão*: “(...) o parque era uma extensa massa de verdura onde o luar punha reflexos de prata. As casas abertas recebiam a brisa e exhalavam [*sic*] bafoes quentes de forno (...). Os rapazes refugiavam-se no mirante e, sob a doçura do céu azul, onde a luz esmaecia, fumavam, conversavam, dilatando os olhos por aquelles [*sic*] telhados vermelhos (...)” (COELHO NETO *apud* SILVA, 2006, p. 71).

que fez com que essa produção sobrevivesse às inúmeras tentativas de silenciamento impostas por uma crítica literária obcecada pelo preciosismo linguístico e partidária dos ditames de uma ordem política intolerante e segregadora.

As paisagens suburbanas que são representadas nas crônicas de Lima Barreto são o palco para a manifestação de diversos fenômenos sociais, desde os mais nobres, como a questão da solidariedade, que irmanava os pobres e os excluídos do processo de modernização do Rio, até os mais escusos, como o racismo e a discriminação de classe social.

Ambiente urbano no qual, para o escritor, a vida aflorava por todos os lados, o subúrbio é descrito por Lima Barreto como um local dotado de personalidade própria e de uma complexidade enigmática. Essa peculiaridade do subúrbio como tema literário urge da sua localização fronteira entre o centro da cidade–civilizado, cenário por onde desfilam as elites–e o universo rural, com suas tradições ligadas ao passado do Brasil colonial, nas quais imperavam as relações interpessoais e o paternalismo, que, para Lima Barreto, a modernidade estava suprimindo.

Ao transformar em tema de reflexão a paisagem urbana na qual vivenciou diversas glórias e também muitos dissabores, Lima Barreto terminou por dotar, pelo viés do olhar crítico e contestador, de uma áurea de testemunho histórico suas crônicas jornalísticas. A profundidade com a qual buscou descrever a cidade do Rio de Janeiro, inclusive, os lugares mais desprezados pela Administração Municipal, o torna, por excelência, um intérprete de uma outra faceta da modernidade carioca. Tecidas essas considerações sobre a relação visceral entre Lima Barreto e os subúrbios, cabe agora direcionar essa análise para depreender como se deu a representação do fluxo social que se movia em meio a esse cenário urbano nas crônicas do escritor carioca.

REFERÊNCIAS

AIEX, Anoar. **As ideias sócio-literárias em Lima Barreto**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto (1881-1922)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos: memórias**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: FTD, 1991.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo: memórias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

EDMUNDO, Luís (1880-1961). **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

FREITAS, Celi Silva. **Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado

CAPÍTULO 4

em História Política)—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.

MORAIS, Régis de. **Lima Barreto**: o elogio da subversão. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PORTUGAL. Aureliano. **Jornal do Commercio**, 20/06/1904.

RESENDE, Beatriz. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos**: memórias. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p. 09-15.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1993.

ROCHA, Amara Silva de Souza. A sedução da luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da Belle Époque. **Revista de História Regional**, Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1996.

SAES, Guillaume. **A República e a espada**: a primeira década republicana e o florianoismo. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Maurício. **A hélide e o subúrbio**: confrontos literários na Belle Époque carioca. São Paulo: Editora da USP, 2006.

AS CIDADES COMO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO INTELLECTUAL: RELATOS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE GILBERTO AMADO EM RECIFE E NO RIO DE JANEIRO

MARIA CLAUDIA CAVALCANTE¹

Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria era o primeiro de quatorze filhos de Ana de Lima Azevedo de Sousa Ferreira e Melchisedech de Sousa Amado. Nasceu em Sergipe, em 7 de maio de 1887, e morreu no Rio de Janeiro, em 1969. Meu primeiro contato com Gilberto Amado foi por meio do livro *Minha formação no Recife*. Naquela leitura, me chamou a atenção o fato de o autor afirmar que não se sentia e não se apercebia ligado a gente e a imagens vivas, e sim a textos, fossem eles lidos ou escritos. Segundo ele, fora dos textos sua existência esbatia-se numa tonalidade muda, num fundo surdo (AMADO, 1958, p. 106).

Parafrazeando Amado, podemos dizer que fora dos textos o autor perdia duas faculdades vitais: ele nem falava nem escutava. To-

[1]. Licenciada em História e mestre em História pela UFCG. Doutora em História pela UFPE.

mando como ponto de partida tal afirmação, este artigo tem como finalidade problematizar a formação intelectual de Amado a partir de sua memorialística em torno de sua formação intelectual em Recife e no Rio de Janeiro, atentando para as estratégias narrativas utilizadas pelo autor na composição de sua imagem como intelectual. Tais cidades aparecem na narrativa de Amado como espaços da desordem característica das grandes cidades no início do século xx e, ao mesmo tempo, como lócus potencial de experiências de leituras e vivências que atuaram na sua construção como intelectual.

A princípio, cabe problematizar a ideia de formação. Essa noção visa à educação integral da criança: corpo e mente disciplinados. A ideia de formação é também uma ideia de disciplinarização do exótico, do selvagem que nos habita. É uma ideia de aprimoramento da razão. Ao longo deste artigo, perceberemos como a noção de formação em Gilberto Amado está intrinsecamente relacionada à disciplina dos corpos e das cidades, e como as cidades aparecem como lócus de construção de redes de sociabilidades que propiciaram as suas experiências como intelectual e político no início do século xx.

Assim, é de fundamental importância para este texto o trabalho com a noção de rede de sociabilidade, que, assim como Gomes (1993, p.), entendo como um conjunto de formas de convivência com os pares, “como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória”. Apoiando-se em Maurice Agulhon (1968), Gomes (1993) compreende que a rede de sociabilidade é constituída por “grupos permanentes ou temporários, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolhe participar. Nessa perspectiva, a rede de sociabilidade é construída pelo que a literatura chama de “microclimas”, os “pequenos mundos” em particular. Assim os espaços de sociabilidades são “geográficos” e “afetivos”, neles se recortando relações de amizade, cumplicidade, hostilidade, rivalidade. A rede de sociabilidade seria a marca de uma sensibilidade produzida e sedimentada por um evento, personalidade ou grupos especiais. Veremos, nas

próximas páginas, como Gilberto Amado se construiu em meios a essas redes de sociabilidade, tomando como ponto de partida a narrativa de suas experiências na cidade de Recife e no Rio de Janeiro.

RECIFE, ESPELHOS E UM “BANDO DE IDEIAS NOVAS”

Quando chegou ao Recife, no ano de 1905,² para se matricular na Faculdade de Direito daquela cidade, Amado deparou-se com o fato que, nas suas palavras, marcou seu espírito pela repercussão psicológica que teve. Pela primeira vez, o autor, ao entrar no Hotel de França para esperar a chuva que caía passar, se vê diante de grandes espelhos que o mostram por completo. Até então, o escritor só tinha se visto em espelho pequeno, que reproduzia só o rosto, mas desta vez se via por inteiro e como se assustara consigo.

Achei-me, pela primeira vez, diante de uma coisa que eu nunca tinha visto: enormes espelhos, descendo ao longo da parede até o soalho, espelhos de que só tinha conhecimento pela descrição de romances. No que estava na frente, meu olhar começou a navegar como um mar siberiano, numa cinza líquida carregada de mistério (...) Recife e espelhos... eis a primeira imagem (...) Eu não tirava os olhos de mim mesmo. Pela primeira vez me via de corpo inteiro. Até então só tinha me olhado em espelho pequeno, de parede ou pequeníssimo, de bolso, reproduzindo só rosto, gravata, pescoço. Jamais assim... todo paletó, calças, sapatos. Tive um choque. Aí que tomei conhecimento da minha fealdade. Experimentei uma espécie de recuo diante de mim próprio. Eu era “aquilo”? Mentiria se especificasse impressões ou nuances de sentimento. Do que recordo é do estremeção recebido. Esse choque iria repetir-se a vida toda. Era ver-me em

[2]. Amado fica em Recife até o ano de 1910, ano de conclusão da faculdade de Direito.

espelho, grande, de frente, e sobretudo de perfil, era ser abalado por uma sensação brusca, quase diria de susto, diante de mim mesmo, ao me ver tal qual “a natureza em mim próprio me resolvia”. (...). Sensação de mal-estar, quase diria de inimizade com o meu físico. A cabeça, grossa e pesada, se me enterrava nos ombros, formando com o torço empinado em ângulo agudo. A queixada aproava num arremesso antipático. (...) Por isso não gosto de me olhar em espelho, tenho medo de me indispor comigo mesmo. (AMADO, 1958a, p. 4-7).

Amado tinha indisposição com seu corpo. Talvez por este motivo o corpo daquele homem foi construído em sua narrativa para ser um instrumento de sua intelectualidade. A indisposição com seu físico fez com que o autor transferisse o motivo de sua satisfação para os estudos. Ver-se no espelho por completo lhe causava susto. A forma como a “natureza o revolvia” lhe causava mal-estar, por isso ele recorre à escrita memorialista para maquiagem aquele corpo e vesti-lo com novas vestimentas. Vestimentas que ajudem na sua confecção e identificação enquanto um intelectual, dotado de razão, disciplina mental e corporal.

Para Philippe Artières (1997), “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social à imagem íntima de si próprio, e, nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”. Os espelhos para Amado parecem só ter efeitos positivos no âmbito de sua narrativa sobre sua prática intelectual. De volta ao Recife, para dar a sua primeira aula como professor substituto, Amado se deleita ao narrar sua experiência. Dessa vez, se vê numa espécie de espelho íntimo que lhe causa alegria, tendo em vista o sucesso da sua explanação. Nada era mais excitante para o autor do que o divertimento interior em que se servia de espelho para si mesmo, “vendo o que se passa dentro de nós como espectadores da nossa própria operação intelectual” (AMADO, 1956, p. 156).

Em Recife, na época de estudante, com poucos recursos, Amado é obrigado a viver numa pensão, onde ele diz não suportar o barulho, o furdunço, a cabrocha de seios frouxos, arrastando os pés descalços, moscas, tantas e tão pegadiças. O quarto que dava para o pátio, onde se amontoava o lixo que chegava a fermentar, causava engulhos e frequentes vontades de vomitar. Tudo isso tornava a permanência em casa quase um suplício. O jovem Amado buscava refúgio daquela situação na Livraria Nogueira (AMADO, 1958, p. 9).

Segundo Paulo César Garcez Martins (1998), a dinâmica de capitais republicanas – que como Recife abrigava uma grande quantidade de ex-escravos e um considerável contingente de imigrantes nos primeiros anos da República – foi marcada por duas características centrais: o tumulto e a desordem. Surgia, naquele momento, a massa de cidadãos que representavam o entrave para as elites, as quais almejavam implementar a higienização e a disciplinarização dos espaços daquelas cidades. Junto com a massa de cidadãos excluídos, emergiam também suas moradas – as casas térreas, de estalagens e cortiços. A superpopulação e as más condições de moradia facilitavam o aparecimento de surtos de cólera-morbo, febre amarela, varíola, malária e tuberculose, ambiente que figura na narrativa de Amado como algo repugnante à sua sensibilidade de intelectual.

Sendo assim, em vez do ambiente insalubre da pousada onde passava seus primeiros dias de estudante em Recife, Amado destacou em suas memórias a preferência pela Livraria Nogueira, local por excelência da ordem dos livros, local do cultivo do conhecimento e, portanto, da intelectualidade.

O que fica nas memórias de Amado em seus primeiros anos de estudante em Recife é, justamente, a dicotomia que separa a ordem da desordem. O mundo da ordem, representado pela livraria Nogueira, e o da desordem, simbolizado pela pensão que Amado não suporta por suas más condições sanitárias e os tipos que por ali cir-

culavam. O fato de Amado remeter a estas lembranças, localizando sua preferência ao lugar da ordem, demarca, mais uma vez, a necessidade deste autor em se qualificar como um corpo intelectualizado que, como tal, também é um corpo higienizado, que não suporta o barulho, o furdunço, a cabrocha de seios frouxos, o pátio sujo. A este ambiente insalubre, Amado diz preferir a biblioteca, local onde os livros estão disponibilizados em ordem, prontos para serem devorados por aquele estudante que se dizia faminto por filosofia.

Na Livraria Nogueira, Amado começou a ter seus primeiros contatos com as leituras de Sílvio Romero, Augusto Comte, Spencer, Tobias Barreto, dentre tantos outros. Começara Amado a sua formação no Recife, a qual deixaria fortes marcas em suas memórias. Em suas leituras, interessava ao jovem Gilberto Amado, quando na sua chegada ao Recife, em 1905, os estudos de filosofia e das teorias científicas que se intensificaram na Europa do século XIX:

Eu quis, nas minhas leituras, formar ideias sobre os problemas, sobre os fundamentos, como se constituía o universo, o que era o homem, de onde via e para onde ia, o que era matéria ou espírito. Tinha procurado informar-me sobre o que os gregos haviam pensado, o que a Idade Média admitira, o que o século XVIII compendiará, em que posição o nosso século estava às questões essenciais. (AMADO, 1958, p. 33).

“Questões essenciais”. Eis o que permeia os interesses de Amado ao se debruçar em suas leituras. Nada mal para um calouro em Direito do início do século XX no Brasil. Afinal, como bem nos lembra Nicolau Sevcenko (1998), quando jovem Amado viveu os primeiros anos da República, época em que os ideais positivistas de procura por uma verdade vigoravam como principais meios de se construir uma identidade para a nação que tentava se emancipar de tudo que era considerado velho, isto é, as marcas da Colônia e do Império,

e abrir-se aos ideais estrangeiros, principalmente aos franceses: as ideias, as modas, os comportamentos, etc.

Segundo o autor, a presença de Comte é latente em sua formação. O que interessava àquele jovem leitor era o Augusto Comte responsável pela elevação da sociologia enquanto ciência que tem por objeto próprio o estudo dos fenômenos sociais, tais quais os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos.

Grande impacto parece causar também, num primeiro momento, as leituras de Friedrich Nietzsche.

(...) considero indispensável frisar, antes de tudo, o papel estimulante que em um jovem como eu, que começava a enveredar pelos caminhos do conhecimento, Nietzsche exerceu. Nenhum tônico mais vivificante do espírito, mais multiplicador de forças. Droga poderosa que aguça a vista faz ouvir mais, quebra os limites da vida neutra e nos transporta a um plano que o impossível se torna possível. Substância mágica que abre ao espírito auroras imprevisíveis e estende entre as coisas claridades inesperadas. Com o mundo interroga de novo. (AMADO, 1958, p. 113).

No entanto, mais à frente, o autor comenta: “Por me ter forrado de positivismo é que acaso escapei à ‘crise’ a que outros contemporâneos não puderam escapar” (AMADO, 1958a, p. 113). Parece que o positivismo de Augusto Comte oferece a Amado as “certezas” que não lhe permitem a desterritorialização que a filosofia nietzschiana incita. Daí também a recusa de Amado a muitas das ideias de Nietzsche: a hipótese do Super-Homem, pela “Eterna Volta”,³ pelo anticristianismo, pela “moral dos senhores” oposta à “moral dos escravos” e pelas doutrinas raciais. Ideia a que o autor teve acesso nas

[3]. “Eterna Volta” é a denominação que aparece em Amado para o princípio do Eterno Retorno de Nietzsche.

leituras de *Aurora, de humano, humano demais e das considerações inatuais, da gaia ciência, de Zarathustra* (AMADO, 1958a, p. 110).

Amado, como homem formado em bases positivistas, recusa-se a sair do prumo que a sociologia de Comte e toda a metafísica do século XIX lhe concediam. Para ele, o importante não era, como na filosofia de Nietzsche, perguntar quem diz algo e por que o pronuncia sob o estatuto de verdade. E sim: o que é tal coisa, o que é a verdade essencial das coisas, o que eu sou? A leitura de Nietzsche vai, exatamente, na contramão da intenção de Amado em construir e sedimentar uma verdade para si. Verdade esta balizada pelos ditames da razão que permeia a sua construção enquanto intelectual. Foi em busca de questões essenciais que Amado se voltou para a filosofia do século XIX. E foi em busca de questões essenciais que Amado escreveu suas memórias

A alteridade entre razão e desterritorialização, representada respectivamente por Auguste Comte e Friedrich Nietzsche, indica também a sua relação com os espaços das cidades. À desordem da emergente modernidade na cidade de Recife, com seus subúrbios, suas pensões insalubres, sua população pobre circulando pelos becos da cidade, Gilberto Amado, homem formado por bases científicas, preferiu a ordem comtiana. Ordem que, além de lema da Proclamação da República, expressava também um processo autoritário e higienista de configuração das cidades, espaços vetados à cabrocha de seios frouxos e à sífilis que contaminava seus colegas de faculdade. Após formado, Amado se transferiu para o Rio de Janeiro: que experiências a então capital do Brasil traria para o jovem sergipano?

RIO DE JANEIRO: *BELLE ÉPOQUE* SOCIABILIDADES E CONFLITOS

Quando chega ao Rio de Janeiro, Gilberto Amado vai morar perto da praia, na rua Almirante de Tamandaré, com o tio Augusto,

um vermelhão magro, já passado dos quarenta e florianista. Augusto era guarda-livros na casa de fazendas por atacado Vieira Soares e Cia., que ficava na rua Quitanda. Amado dormia numa sala que dava para rua, num sofá largo e comprido. Mais uma vez, o cotidiano de pensões o acompanhara. Gilberto fazia as refeições numa pensão para empregados do comércio no andar de cima (AMADO, 1956, p. 13).

Em sua narrativa sobre seus primeiros momentos no Rio de Janeiro, Amado qualifica a convivência nas primeiras décadas republicanas, regada a “costumes suaves característicos da grande liberdade e tolerância vigentes no Brasil” naquele período (AMADO, 1956, p. 13). Gilberto Amado parece esquecer de suas memórias de infância, que testemunharam um Brasil violento, autoritário e nada tolerante. O menino Gilberto chegou a conviver e hospedar toda a oficialidade da expedição de Canudos em sua casa por dez dias. Neste momento, Amado se contradiz, pois seus próprios relatos de infância destacaram a convivência com o caráter antagônico da República que, para civilizar-se, precisou fazer uso de uma selvageria militarizada, a qual, no final do conflito, como o de Canudos, exterminou centenas de sertanejos.

Cada cheia do Vaza Barris era uma ilustração aos nossos olhos da guerra de Canudos. Apanhavam-se em Itaporanga destroços que o rio carreava. Tudo que li depois em Euclides da Cunha, em frases alcandoradas, passou aos olhos das crianças de Itaporanga. (AMADO, 1954, p. 154).

Voltando às memórias dos primeiros momentos de Amado no Rio de Janeiro, no intuito de percorrer a teia de relações que permitiu ao autor visibilidade intelectual, Amado aponta como ponto de chegada ao mundo literário da capital seu artigo sobre Luís Delfino para a *Revista Americana*. O artigo teria alçado o sergipano à cate-

goria de “literato”. Amado chegou à *Revista* por meio de Mateus de Albuquerque, ex-cronista do jornal *A Província*, em Recife. Albuquerque figura nas memórias de Amado como homem que tinha contato direto com o Barão de Rio Branco, o que propiciou a entrada de Gilberto para a *Revista Americana* (AMADO, 1956, p. 19-20).

É na República que o mundo das letras ganha maior fôlego no Brasil, isso porque muitos autores atuaram na construção da imagem de um Brasil ilustre e elevado, merecedor incondicional da atenção e do crédito europeu. É nesse período que o Barão de Rio Branco procura lotar as dependências do Itamaraty de escritores respeitáveis (SEVCENKO, 2003, p. 36-94).

De acordo como Eliana de Freitas Dutra (2005), inicialmente articulados em torno da Escola do Recife, encontramos, na virada do século, boa parte dos intelectuais da geração de 1870 ao lado de vários outros que se juntam a eles no Rio de Janeiro em atuação na Academia Brasileira de Letras, no Colégio Pedro II, orbitando em torno de Barão do Rio Branco. É interessante observar o movimento estratégico de Amado: do contato com os mestres de Recife para o contato com a “inteligência” carioca. O percurso trilhado por Amado nos dá indícios de uma rede de sociabilidade que foi comum a muitos homens de letras da época.

Logo Amado passa a escrever e assinar por Alcindo Guanabara, dono do jornal *A Imprensa*, que, em período de descrença política, raramente ia à redação e mandava artigo de fundo. O dinheiro desses artigos permitiu a Gilberto mudar-se para uma pensão na rua Correia Dutra (AMADO, 1956, p. 28).

O Rio de Janeiro, possivelmente, trouxe Amado para uma realidade distinta da suposta rotina de abnegação do autor em Recife. Já na pensão da rua Correia Dutra, Gilberto Amado teve um relacionamento com a filha da dona da pensão, segundo o autor, “uma solteirona de aspecto macho, mas açucarada de modos” (AMADO, 1956, p. 28). Figuram também nas memórias de sua passagem pelo Rio de Ja-

neiro o desfile de prostitutas misturadas às moças de família que iam ao cinema Odeon. Acrescentam-se à massa os políticos e literatos que viviam no que Amado denominou de “facilidade de costumes e intenso tráfico carnal”, que dava a esta rede de sociabilidade “o caráter regular de um negócio lícito de absoluta normalidade” (AMADO, 1956, p. 20-21). Mesmo com todas essas facilidades e usufruindo da companhia dos literatos e das moças da moda nos restaurantes, casas de chá e na confeitaria Colombo, peças francesas e óperas italianas, Amado afirma que as facilidades sociais constituíam problema “para quem nascera com instinto de durar e de não se gastar inutilmente” (AMADO, 1956, p. 83).

Segundo Sevcenko (2003), no século XX, o Rio de Janeiro experienciou um cosmopolitismo agressivo, alavancado por seu papel estratégico na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país. A capital carioca acumulou vastos recursos no comércio e nas finanças. A mudança na natureza das atividades econômicas no Rio transformou-o no maior centro cosmopolita da jovem nação, colocando-o “em íntimo contato com a produção e o comércio americanos e europeus, absorvendo e irradiando para todo o país” (SEVCENKO, 2003, p. 40).

O crescimento do mercado leva a cidade ao consumo de hábitos sociais como os narrados por Amado. Emerge na imprensa carioca, segundo Sevcenko (2003, p. 52), “forte aroma panglossiano, as crônicas da grande imprensa transbordavam a embriaguez da felicidade com loas ‘à satisfação geral, ao abarrotamento de satisfação que enche a vida’”. Os relatos de Gilberto Amado estavam, pois, sintonizados com a tônica da *Belle Époque* carioca. Em abril de 1910, Amado passa a colaborar para o jornal *O Paiz* no lugar de Carmem Dolores.

O contato com o filão de letrados de sucesso, que tem no arri- vismo político um dos principais financiadores de suas literaturas, faz de Gilberto Amado um intelectual anatoliano, segundo a denominação de Sérgio Miceli:

Intelectual profissional, assalariado ou pequeno produtor independente, vivendo de rendimentos que lhe propiciam as diversas modalidades de produção, desde a assessoria jurídica, as conferências, passando pela colaboração na imprensa até a participação nos acontecimentos mundanos e nas campanhas de mobilização em favor do serviço militar, da alfabetização, do ensino obrigatório, etc. (MICELI, ano *apud* AZEVEDO, p. 112).

Voltando à trajetória de Gilberto Amado, após ocupar o cobiçado cargo de Carmem Dolores, o sergipano começa vida nova. Agora, Amado encontrava-se rodeado de amigos dentro da vida literária e social. Enquanto multiplicavam-se as amizades, as desafeições também aumentavam:

Em grande parte, culpa minha. Faltava-me de toda a capacidade de conviver mentindo. Dava minhas opiniões com franqueza. Não temia ferir a suscetibilidade da gens irritável por excelência – a literária. Eu não sabia que devia pagar em admiração ao ‘autor’ as gentilezas que recebia do anfitrião. (...) Na minha falta absoluta de cabotinismo – não me sentia bem com a comédia que muitos dos literatos representavam, chamando-se irmãos, beijando-se na face, abraçando-se entre lágrimas. (...) Com um dos literatos que me tratava com carinho quando estive doente, que me deu banhos (era tratamento da moda para febres), pratiquei uma ingratidão atroz... não lhe retribuí um elogio aos versos, os serviços que prestara, de médico. No entanto, meu coração lhe pertencia. Teria feito por ele tudo que me pedisse no quadro dos favores possíveis. Mas... gostar dos seus poemas – isso realmente eu não podia. (AMADO, 1956, p. 48-49).

Um dos literatos que recebeu o autor sergipano em sua casa e que, possivelmente, atuou na inserção do autor sergipano no meio

intelectual carioca foi Coelho Neto. Coelho Neto foi um dos mais assíduos colaboradores da imprensa carioca, mestre de cerimônias de festas oficiais e semioficiais, e conferencista de sucesso garantido; atingiu a marca de onze livros editados em 1898 e, ainda em 1924, com setenta anos, publicou nove livros. Para Sevcenko, Coelho Neto fazia parte do grupo dos “vencedores”, o filão letrado que produzia uma literatura ao estilo impessoal e anódino da *Belle Époque*. O segredo de seu sucesso estava, exatamente, em atender o gosto da burguesia carioca, “daí suas temáticas sedijas e sua linguagem aparatosa repontada de retórica” (SEVCENKO, 2003, p. 130).

Amado e Coelho Neto desenvolveram uma relação de amizade quando o autor sergipano chegou ao Rio de Janeiro. Gilberto Amado passou a frequentar as rodas literárias na casa de Coelho Neto, que também arranhou um emprego para o sergipano junto a Pinheiro Machado.⁴ Porém, certo tempo depois, soube-se que, ao sair dali, Gilberto andava pelas esquinas a fazer críticas aos que conviviam nas rodas literárias na casa do literato maranhense (LEE, 2006, p. 33).

O comportamento ambíguo de Gilberto Amado rendeu o episódio que Amado não queria narrar na sua obra memorialística e que, supomos, seja a grande ferida na trajetória do autor: o assassinato do poeta Annibal Theophilo, em junho de 1915, à época, secretário do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Em depoimento publicado para o jornal *A Província*, de 20 de junho de 1915, Coelho Neto atestou que, logo que soube que Amado fazia comentários desagradáveis sobre o grupo que frequentava sua casa, os literatos expulsaram Gilberto de seu convívio; e entre os amigos mais revoltados, estava Annibal Theophilo, que cortou rela-

[4]. Gilberto Amado desenvolveu uma relação de intimidade com Pinheiro Machado. O líder do Partido Conservador, na época, viabilizou a eleição de Amado como deputado federal pelo Sergipe. De acordo com os relatos memorialísticos de Amado, foi Jorge Lage que mediou a relação entre ambos, pois Pinheiro tinha verdadeira admiração pelas crônicas do sergipano (AMADO, 1956, p. 109-131).

ções com Gilberto Amado. Naquele mesmo ano, o sergipano havia sido eleito deputado federal pelo seu estado.

Amado foi apontado pela imprensa carioca como o “deputado criminoso” (cf. CAVALCANTE, 2009). O periódico que atuou com mais veemência na acusação ao autor foi, sem dúvidas, a revista *O Malho*: “(...) ninguém no Rio-literário, político, mundano ou não – desconhecia o caráter baixo, a pequenez moral e os processos ignóbeis usados pelo criminoso, visando tão só galgar uma posição commoda, e decorativa sobretudo para facilmente viver a vida...”⁵

Segundo depoimento de Gilberto Amado publicado no jornal *O País*, de 21 de junho de 1915, “não havia motivo para o ódio do malogrado escritor”. Amado atribuía tal sentimento ao fato de o sergipano ter atacado literariamente alguns amigos de Annibal Theophilo e de ter sido irreverente com o escritor Coelho Neto, quando tratou “aliás com elogio do seu livro *Relíquias*”. Segundo Roberto Ventura (1991), era comum naquele Brasil de início do século que as desavenças literárias resultassem em morte. Em uma de suas muitas críticas ao trabalho de Coelho Neto, Amado afirmava:

Recebi por mãos deles, e com as mais penhorantes dedicatórias, os seus livros. Mas, ao lê-los, foi a minha impressão ante a volumosa nulidade literária, tão prestigiosamente impingida ao público ingênuo, que a minha serenidade e o meu bom gosto se revoltaram. É demais!... Simples espíritos medíocres incapazes de um esforço para além da mediana... (AMADO, ano *apud* LEE, 2006, p. 178).

O assassinato do poeta Annibal Theophilo pode ser interpretado como o evento que atua na dissolução da rede de sociabilidade que enredou Amado ao filão de letrados arrivistas da *Belle Époque* carioca. Os espaços de sociabilidades também são espaços “afetivo[s]”,

[5]. Revista *O Malho*, Rio de Janeiro, RJ, junho de 1915.

onde “amores, ódios, ideais e ilusões perdidas se chocam, fazendo parte da organização da vida relacional” (GOMES, 1993, p. 65). O homicídio cometido por Amado afastou este autor da rede que sustentava sua possível projeção na cena literária da época.

A imprensa teve papel fundamental na acusação de Gilberto Amado (cf. CAVALCANTE, 2009). Afinal, o tiro de Amado atingira a fina flor da *Belle Époque* carioca: “a gens literária”. O crime, aliás, aconteceu na inauguração da Sociedade Brasileira de Letras no salão do *Journal do Commercio*. A Sociedade era uma tentativa de reproduzir a *Société des Gens de Lettres*, fundada em Paris com o objetivo de defender os direitos autorais dos escritores. Constituíam-se numa reação contra a Academia Brasileira de Letras, acusada de permitir o ingresso não pela expressão que se tinha na literatura, mas pela projeção social – os chamados expoentes (LEE, 2006).

A contenda entre escritores que acabou com a morte de Annibal Theophilo foi alvo privilegiado daquela imprensa sedenta por notícias. Uma imprensa, em grande parte, constituída por homens de letras que experimentavam a banalização de estilo em suas escritas, fazendo uma literatura também cosmopolita, em que imperavam os clichês do amor e a preocupação com rimas e formas. A literatura deixa de ser atributo de aristocratas de gostos refinados e se torna um meio de se conquistar status que conferia a garantia de uma existência segura com poucos recursos ou até mesmo um meio de angariar cargos políticos, como era o caso de Amado (SEVCENKO, 2003, p. 122-129).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa memorialística de Gilberto Amado em torno de suas experiências intelectuais em Recife e no Rio de Janeiro, além de trazer vestígios do desenvolvimento de distintas cidades brasileiras no início do século xx, indica também que as cidades são espaços

pulsantes de vivências e redes de sociabilidade que permitem a visibilidade ou invisibilidade intelectual. Sugere também que a modernidade higienista da época objetivava disciplinar. A construção de tal disciplina esteve presente nos relatos memorialísticos de Gilberto Amado que, assim como desejava um corpo disciplinado como fundante de si, também ansiava espaços disciplinados higiênicos, espaços de ordem. Nada mal para um intelectual conservador, gestado no início de século xx no Brasil republicano, que teimava em negar sua origem colonial e escravista e que considerava higiene e educação apanágios elitistas da ordem e do autoritarismo, impregnados na construção do ideal de nação brasileira.

REFERÊNCIAS

AMADO, Gilberto. **História da minha infância**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

AMADO, Gilberto. **Minha formação no Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

AMADO, Gilberto. **Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

A PROVÍNCIA, Recife, PE, 20 jun. 1915.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. FGV, nov. 1997, p. 01-30.

CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e decompondo cacos de si**: intelectualidade e memória em Gilberto Amado. Campina Grande, 2009. 125f.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 21-28.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEE, Anna. **O sorriso da sociedade**: o crime que matou um tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

O MALHO, Rio de Janeiro, RJ, jun. 1915.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo; Rio de Janeiro, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polémicas literárias no Brasil: 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 207p.

CAPÍTULO 5

CENAS DE MODERNIZAÇÃO URBANA: A CONSTRUÇÃO DA AVENIDA ORLANDO OLIVEIRA PIRES (JACOBINA – BAHIA 1955-1959)

EDSON SILVA¹

Entre as realizações da administração municipal de Orlando Oliveira Pires, a construção de uma grande avenida, logo batizada com o nome do prefeito, talvez tenha sido a grande obra de intervenção urbanística de modernização da cidade—uma via de circulação que transformou a paisagem da cidade e a vida urbana. Quanto à mudança de nome da Av. Beira Rio para Av. Orlando Oliveira Pires, ela foi proposta através do Projeto de Lei nº 89, de 1955, de autoria do vereador Joaquim Bispo dos Santos. Em discussão feita na Câmara de Vereadores, na sessão do dia 20 de outubro de 1955, o vereador Ubaldino Mesquita Passos manifestou-se contra argumentando que o prefeito não era digno de tal merecimento. O projeto acabou sendo aprovado em última discussão na sessão do dia 26 de outubro de 1955, com dois vo-

[1]. Licenciado em História pela UNEB. Mestre em História pela UFCG.

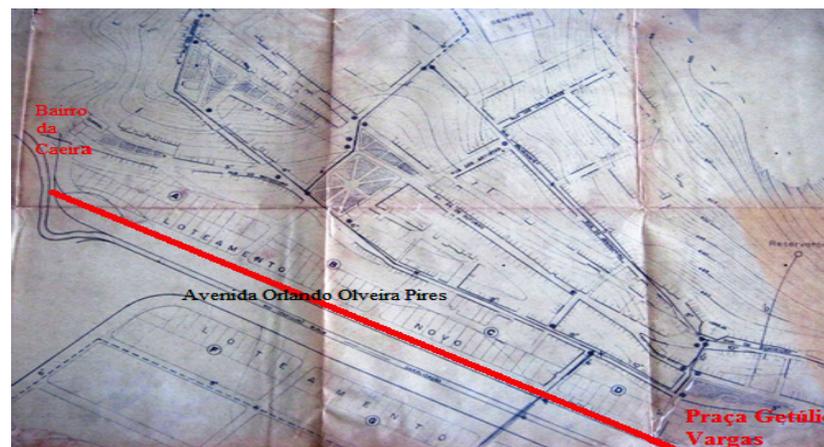
tos contrários, dos vereadores Nilson Valois Coutinho e Ubaldino Mesquita Passos.²

Em Jacobina, pelo que sabemos, na construção da Avenida Orlando Oliveira Pires, não houve um bota-abixo de casarões antigos, como nas reformas urbanas de Paris, Rio de Janeiro e Salvador (OLIVEIRA, 2009, p. 42). Em 1954, uma lei de autoria do prefeito municipal, João Batista Freitas de Matos, previa a desapropriação de terrenos e imóveis, assim como a suspensão dos contratos de aforamento e a aprovação do Plano de Loteamento da Avenida Beira Rio. Estipulava ainda que as novas construções deveriam seguir os regulamentos do Código de Posturas e as leis urbanísticas do município.³ O Código de Posturas da cidade, por sua vez, definia que as ruas que fossem abertas ou passadas por melhoramentos deveriam ter o mínimo de 12 metros de largura, e as travessas, 8 metros.⁴ Já as casas não poderiam ter degraus, escadas ou demais obstáculos que pudessem prejudicar o trânsito e a estética, sob pena de multa.⁵ Era ainda proibido varandas nas casas que prejudicassem a estética da cidade, também sob pena de multa.⁶

No ano seguinte, na gestão de Orlando Oliveira Pires, foi publicado o edital de rescisão dos antigos contratos de aforamento na região, tendo em vista a execução do plano de urbanismo da

cidade.⁷ A via urbana interligava o centro da cidade, começando na região próxima à Praça Getúlio Vargas, espaço da feira livre, e avançando em linha reta até o incipiente bairro da Caieira. Vejamos adiante uma planta da cidade da época, em que aparece o trecho da avenida com a área do loteamento à sua margem:

IMAGEM I – PLANTA DO PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ENCANADA DA CIDADE – SET. 1954.



Fonte: Acervo: Poder Executivo. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Habitação e Urbanismo. Datas-limites:1975-1993. Notação: Plantas Diversas. Caixa: 707. APMJ.. As adaptações do mapa foram feitas pelo autor do trabalho.

Ainda em 1955, começou a ser feito o oferecimento público dos terrenos para construções à margem da futura avenida.⁸ Através do Decreto nº 42, o prefeito fazia uma série de exigências para se cons-

[2]. Livro de Atas nº 2 da Câmara de Vereadores de Jacobina. De 05/12/1948 a 24/11/1955. p. 194-197. APMJ. Lei nº 53-55, de 26 de outubro de 1955—A Câmara Municipal de Vereadores de Jacobina – DECRETA: Art. 1º. Denominar-se-a avenida Dr. Orlando Oliveira Pires a atual avenida Beira Rio. (...).Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.2. APMJ.

[3]. Lei nº 80, de 12 de abril de 1954. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Caixa: 81. APMJ.

[4]. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 92. p. II.

[5]. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 93. p. II.

[6]. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 94. p. II.

[7]. Prefeitura Municipal de Jacobina. Edital. 24. Vanguarda, 21/08/1955. Nº306. p. 3.

[8]. Sobre a oferta de aforamento dos terrenos à margem da avenida Beira Rio, ver Edital nº 24 e as notas da Prefeitura Municipal de Jacobina publicadas no jornal *Vanguarda*, respectivamente nas edições de 21/08/1955. nº 306. p. 3; 16/10/1955. nº 314. p. 4; e 12/12/1955. nº 323. p. 4.

truir na região e dava vantagens para os antigos foreiros. Entre as determinações do referido decreto para as construções e aquisição dos terrenos, havia a estipulação do valor do metro quadrado do lote (Cr\$ 10,00 por metro quadrado); o prazo para construção (3 meses a partir da data do contrato do aforamento), sendo quebrado o contrato do foro caso não fossem iniciadas as obras nesse prazo, em prejuízo do foreiro; a forma de pagamento, que devia ser feito em duas parcelas iguais, a primeira quando do contrato firmado e a segunda até o último dia daquele exercício.⁹ Essas condições, de certa forma, anunciavam o perfil dos usuários dos terrenos que iriam construir imóveis à margem da nova avenida. A forma de pagamento e o prazo para construção eram exigências que limitavam a aquisição e a execução das obras, condições que favoreciam a quem tinha capital para construir em tão pouco tempo.

Com isso, alguns indícios apontam para uma estratégia de valorização do espaço urbano em torno da nova avenida, com investimento em infraestrutura e embelezamento. Uma das primeiras medidas acerca da avenida, tomadas pelo prefeito, se deu no sentido de arborizá-la. Em nota do jornal *Vanguarda*, publicada na primeira página, era apresentada a novidade:

A avenida Beira-Rio será arborizada com acácia

A Prefeitura Municipal vai arborizar a futura avenida Beira-Rio com Acácia.

Para êste (*sic*) fim foram adquiridos e já se encontram aqui várias mudas daquela bonita planta.¹⁰

[9]. Prefeitura Municipal de Jacobina—Decreto nº 42. *Vanguarda*, 21/08/1955. nº 306. p.3. Esse aspecto do tempo determinado para conclusão das obras para os adquirentes dos terrenos foi observado pelo memorialista Amado Honorato de Oliveira. Este, na sua série de textos chamados de “Reminiscências Administrativas”, escreveu sobre a administração de Orlando Oliveira Pires: “Executou o Projeto Beira-Rio, (hoje Orlando Oliveira Pires) dinamizando-o rapidamente, pois os interessados tiveram que aceitar um tempo pré-determinado para o início e o término de suas construções” (Cf. OLIVEIRA, s.d.).

[10]. *VANGUARDA*, 21/08/1955. nº 306. p. 1.

As árvores plantadas em torno da avenida Orlando Oliveira Pires assinalavam a preocupação com a presença do verde na cidade, proporcionando um ar puro, ou seja, que funcionasse como pulmões urbanos. A arborização acompanhava, nesse sentido, o movimento de purificação e limpeza das vias urbanas, desejava-se cada vez mais um ambiente urbano saneado e limpo. Por outro lado, a criação de uma área verde cumpria também uma função estética: o embelezamento da avenida. Desse modo, o prefeito desenvolvia em torno do empreendimento uma estratégia de valorização daquele espaço, pois, estruturando e embelezando a artéria urbana, ele enobrecia a região. Eram benfeitorias que estimulavam os terrenos do loteamento e as novas edificações, privilegiando os proprietários.

Outro aspecto concernente ao melhoramento e, conseqüentemente, à valorização do espaço de construção da avenida Orlando Oliveira Pires era a edificação do cais de proteção do rio Itapicuru-Mirim, que margeava o trecho da nova artéria urbana. Os trabalhos de construção do cais foram iniciados no começo do ano de 1955¹¹ pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. No entanto, foram paralisados no ano seguinte. Em nota, o jornal *Vanguarda* informou a seus leitores que, por conta da alta do salário mínimo, os trabalhos tinham sido interrompidos pelo engenheiro responsável pela obra.¹²

Em virtude da paralisação das obras do cais, os representantes políticos locais buscaram junto a instituições federais, de diversas formas, recursos financeiros para a sua continuação e término.¹³ Em dezembro de 1957, na primeira página da edição 422, o *Vanguarda* noticiava:

[11]. *VANGUARDA*, 24/04/1955. nº.289. p. 4.

[12]. *VANGUARDA*, 10/11/1956. nº.369. p. 1.

[13]. Ver as edições do jornal *Vanguarda* de 29/10/1955. nº 316. p.1 (O trabalho do Dep. Manuel Novais em prol de Jacobina) e 08/12/1956. nº. 373. p. 1 (Seis milhões de cruzeiros para a ponte e os cais dos rios Itapicuru e do Ouro).

Reiniciadas as obras do cais de proteção do Rio Itapicuru

Foram reiniciadas, no dia 9 deste mês, as obras do cais de proteção do Rio Itapicuru-Mirim, nesta cidade, que, há mais de um ano, se encontravam paralizadas. (*sic*) Desta feita, os trabalhos de construção do cais estão sendo feitos pela empresa Construtora Sudoeste Ltda., sediada na capital do Estado, sob a responsabilidade técnica do eng^o. Gabriel Barreto de Almeida, e administrados pelo sr. Humberto Fraga Barreto.¹⁴

A busca pela conclusão da citada obra devia-se, entre os motivos, ser um melhoramento estratégico no conjunto das obras à margem da avenida, que valorizariam ainda mais o espaço. Não era apenas uma obra de engenharia urbana que, de ordem prática, protegeriam as novas residências contra as enchentes do Rio Itapicuru-Mirim. Depois de concluído, ao lado do cais foi feita uma calçada, que podia servir de espaço de observação à margem do rio. Talvez um ambiente de passeios e momentos de lazer.

De acordo com texto publicado no *Vanguarda*, a empresa responsável pela construção do cais do Rio Itapicuru entregou a obra pronta em maio de 1958. O texto anunciava ainda que a empresa construtora (construtora Sudoeste Ltda.) iniciava a edificação de outro cais na cidade:

Já deu início à escavação do leito do Rio do Ouro para a construção do novo cais, que terá mais um metro de profundidade, evitando, deste modo, os seus periódicos transbordamentos e emprestando mais beleza à Praça Castro Alves, que lhe fica à margem esquerda.¹⁵

[14]. VANGUARDA, 14/12/1957. n^o 422 p. 1.

[15]. A conclusão do cais do Rio Itapicuru e o início da construção dos cais do Rio do Ouro. *Vanguarda*, 24/05/1958. n^o 445. p. 1.

Contudo, a transformação da paisagem daquele espaço, que seria o mais novo logradouro da urbe, não ficava restrita a esse aspecto, pois a retificação do leito do rio Itapicuru-Mirim, que tinha o percurso sinuoso, também fora feita naqueles anos. De tal modo, modificava-se a geografia do rio, transformado em canais retilíneos – a topografia natural não era bem vista pelo gestor, para a imagem de cidade que desejava para Jacobina.¹⁶

O fotógrafo Osmar Micucci, em 1956, registrou pela objetiva de sua câmera fotográfica as obras de construção da avenida Orlando Oliveira Pires, das novas residências e do cais. Vejamos a fotografia abaixo:

IMAGEM 2 – AVENIDA ORLANDO OLIVEIRA PIRES EM CONSTRUÇÃO EM 1956



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci (Acervo: Osmar Micucci/NECC/UNEB – CAMPUS IV).

[16]. Cf. Decreto n^o 42. *Vanguarda*, 21/08/1955. n^o 306. p. 3.

Na cena registrada, há poucas nuvens no céu e não há trabalhadores nas obras da avenida e nem do cais (provavelmente paralisadas nesta data). Num primeiro olhar, destaca-se o ângulo da imagem, a abertura configurada pelo fotógrafo produziu um efeito de grandiosidade da avenida. A fotografia nos apresenta um espaço em construção, com as obras do novo logradouro, do cais e das novas residências. Temos uma visão de que o trajeto da avenida tornou-se um canteiro de obras.

Pelo distanciamento da cena registrada, o fotógrafo ajustou a máquina visando produzir uma imagem em perspectiva. A escolha do foco, longe de ser uma relação objetiva de registro do espaço, está situada no campo da subjetividade. Nesse sentido, concordamos com Susan Sontag quando destacou a questão da subjetividade na produção do registro fotográfico:

Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência. (...) Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exploração a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos. (2004, p. 16-17).

Podemos acrescentar ainda, além do argumento da subjetividade do fotógrafo na codificação de uma cena em imagem fotográfica, que o aparelho utilizado também influi na qualidade da imagem, nas possibilidades de enquadramento e no registro de um determinado cenário. Desse modo, considerando esses fatores, rompe-se com o entendimento inocente de que a fotografia reflete a realidade ou traz uma verdade. Tanto o olhar do fotógrafo no instante do clique

como a escolha para exposição depois da revelação e publicação são elementos a serem levados em consideração na análise desse registro como fonte. O trabalho de Washington Drummond, em que analisa o percurso fotográfico de Pierre Verger e a codificação de uma imagem da cidade de Salvador, nos apresenta o processo de seleção das fotografias para compor os álbuns da cidade, que foram publicados em livro pelo fotógrafo francês. Verger tinha a preocupação de escolher a dedo as fotografias e sua ordenação (sequência) no interior dos livros, inclusive tomando cuidado quanto a possíveis modificações em edições posteriores das obras. Inquietação que correspondia à imagem de cidade que o fotógrafo buscava construir, evidenciando o espetáculo das ruas soteropolitanas entre os anos 1940 e 1950 (DRUMMOND, 2009).

Como mencionado acima, o aparelho empregado pelo fotógrafo também determina a configuração da imagem. A situação citada por Giorgio Agambem (2007) no texto “O dia do juízo”, da famosa fotografia de Louis Daguerre, do *Boulevard du Temple*, em Paris (1839), que capturou a imagem de um homem, pode ser utilizada para exemplificar como o aparelho determina o registro de uma cena em imagem fotográfica. A cena em questão só foi possível porque o homem que aparece na imagem estava parado. As máquinas da época não conseguiam registrar pessoas e objetos em movimento. Por conta do tempo de exposição para o registro e fixação da cena, não era possível fotografar pessoas e coisas em movimento; no caso de registro de ambientes urbanos, as pessoas geralmente desapareciam. Nos estúdios fotográficos, foram desenvolvidos diversos mecanismos para deixar os indivíduos parados a fim de serem fotografados. O que queremos deixar claro é que o equipamento empregado pelo fotógrafo, produto da tecnologia de uma época, influiu na configuração da imagem fotográfica. A respeito do aparelho, Osmar Micucci empregou nesse período câmeras com negativos de

formato 6x6cm, sendo alguns outros 6x9cm e também 4x4cm. Filmes utilizados em modelos de câmeras modernas, de características diminutas e leves, facilitavam o descolamento e a captura de cenas em movimento.

Desse modo, ainda citando Susan Sontag, considerava a autora que as fotografias, assim como as artes plásticas e a imprensa, são interpretações do mundo. “Enquanto uma pintura ou uma descrição em prosa jamais podem ser outra coisa se não uma interpretação seletiva, pode-se tratar uma foto como uma transparência estritamente seletiva”. Logo, passíveis de manipulação e ficção como os textos. “As fotos, que brincam com a escala do mundo, são também reduzidas, ampliadas, recortadas, retocadas, adaptadas, adulteradas”. No entanto, seguindo ainda o argumento da citada estudiosa da fotografia, mesmo sendo manipulável, distorcida e recortada, a fotografia mostra algo que existe ou existiu. As fotografias fornecem um testemunho. “Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer, mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem” (2004, p. 16).

Pontuado esse aspecto da imagem, vejamos o que podemos extrair como indício do processo de modernização urbana em estudo na fotografia de Osmar Micucci. Nela, sobressaiu a visão da dimensão da avenida e o alinhamento. A linha reta demarcava uma nova gramática urbana para a cidade. Por um lado, o cais em construção, os canteiros com as árvores plantadas, seguindo o traçado alinhado; do outro lado, as residências em construção, os postes de energia elétrica e o meio-fio de paralelo, do mesmo modo. Em outras palavras, a nova via assinalava a emergência de uma configuração e paisagem urbana ditadas pelo traçado geométrico e pelo emprego de determinados materiais. Predominava o reto, o uso de pedras, de tijolos de alvenaria, do cimento e do concreto. As novas

casas construídas seguiam assim todas alinhadas, de acordo com a disposição circunscrita pela avenida. Além disso, utilizavam materiais como a alvenaria e o já mencionado cimento, itens que não deixavam de demarcar, por sua vez, uma maneira de distinção social das edificações à margem da avenida. No conjunto das residências em construção, não identificamos blocos de adobe, material de barro pisado, artefato comum na construção de habitações populares. Aliás, materiais que possivelmente seriam interditos pela legislação sanitária vigente, que se buscava cumprir à risca nesses anos. Dessa forma, sobre as obras em torno da avenida, prevaleciam os preceitos urbanísticos modernos, junto com as exigências dos novos materiais nas edificações.

Além da exigência desses materiais para as edificações urbanas, que garantiam uma padronização das construções de acordo com as normas sanitárias e urbanísticas, alguns indícios nos sugerem informações acerca do perfil dos adquirentes dos terrenos para as edificações de casas e instituições. A começar pelo jornal *Vanguarda*, que, em 1956, transferiu suas oficinas e direção para a nova via e assim comunicava, nas suas páginas, ao público leitor: “A Direção de *Vanguarda* avisa aos seus fregueses e ao público em geral que transferiu as oficinas gráficas e a redação deste semanário para a Av. Dr. Orlando Pires (Av. Beira-Rio), onde se encontra, desde o dia 27 de agosto, à disposição de todos”.¹⁷

Em 1957, a Câmara Municipal autorizava o prefeito a doar uma área do terreno do loteamento à margem da avenida Orlando Oliveira Pires para a Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense. O terreno doado compreendia uma área de 737,73 m², sendo designada de

[17]. O periódico antes tinha sua redação e oficina tipográfica funcionando na Praça Rui Barbosa. Cf. *Vanguarda*, 22/05/1955. n.º 293. p. 2. Nota sobre a transferência conferir a seguinte edição. *Vanguarda*, 01/9/1956. n.º 359. p. 4; *Tem Livros a Encadernar?*—*Vanguarda*, 27/07/1957. n.402. p. 3.

acordo com o texto da lei de doação para a edificação de um prédio no qual funcionaria uma escola que a citada instituição mantinha, privilegiando-a ainda com a isenção do pagamento de aforamento. No entanto, mantinha a exigência de a construção ser feita dentro do prazo estipulado de licenciamento para as construções urbanas.¹⁸ No ano seguinte, era doado outro terreno no trecho da avenida, este, por sua vez, oferecido à Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro para a construção de uma nova sede do clube social. Um terreno de dimensão bastante extensa, com 3.868 m². Também isento de pagamento das taxas de aforamento.¹⁹ Em 1959, o prédio escolar era inaugurado, sendo definido pelo *Vanguarda* como uma edificação de arquitetura moderna.²⁰

À margem da nova avenida, edificavam-se uma instituição escolar e a nova sede de um prestigiado clube social, que tinha frequentadores selecionados, no caso, os associados. Estes, por sua vez, pertencentes a segmentos e famílias abastadas da cidade. Nos termos utilizados num anúncio do *Vanguarda*²¹ acerca da festa de Micareta de 1956, a ser realizada na citada instituição, esperavam-se “seus associados, dignas famílias e pessoas gradas”.

[18]. Lei nº 89-57, de 5 de junho de 1957. Autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terra à Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p. 23 e 24. APMJ.

[19]. Lei nº 115-58, de 4 de junho de 1958. Autoriza a Prefeitura Municipal a doar uma área de terra à Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p. 34. APMJ.

[20]. Inaugurado o Prédio Escolar Fraternidade Jacobinense –*Vanguarda*, 15/08/1959. nº.490. p. 1.

[21]. SOCIEDADE FILARMÔNICA 2 DE JANEIRO—A postos foliões para a grande micareta de 1956!—*Vanguarda*, 07/04/1958. nº 338.p. 4.

No texto da lei de doação do terreno para a Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro, era citado que este limitava-se com os lotes pertencentes aos sujeitos Anibal Macêdo e Petrônio Fachinetti.²² Este segundo era empresário, trabalhando como comerciante, em 1958, veio a inaugurar uma sala de cinema na cidade, o Cine Trianon.²³ Nos anos de 1960, construiu e colocou em funcionamento uma rinha de galo e uma casa de prostituição de luxo na cidade, conhecida por Galeão.²⁴

Em 1962, o fotógrafo Tibor Jablonsky, a serviço dos trabalhos de pesquisa de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),²⁵ registrou diversos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e culturais da cidade. O objetivo das imagens era servir de registro das excursões e ilustrar os artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*. Na mesma perspectiva da fotografia anterior de Osmar Micucci, Tibor Jablonsky clicou o trecho da avenida já construída.²⁶ Observemos:

[22]. No jornal *Vanguarda*, foi publicado o edital em que o senhor Petrônio Fachinetti manifestava o interesse em adquirir um terreno no loteamento à margem da avenida Orlando Oliveira Pires (lote 14, quadra A). Ele ofertou o valor de Cr\$ 2.281,20 (cruzeiros) para o primeiro foro, à razão de Cr\$ 10,00 por metro quadrado. Edital N.102—*Vanguarda*, 01/09/1956. nº 359. p. 3.

[23]. A Inauguração do Cine Trianon - *Vanguarda*, 26/07/ 1958. nº 454. p. 01.

[24]. Para uma breve trajetória de Petrônio Fachinetti em Jacobina nesses anos, ver: BATISTA, Ricardo dos Santos. 2010, 100-109.

[25]. Cf. ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais na construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). *Anais: Usos do Passado* — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vera%20Lucia%20Cortes%20Abrantes.pdf>.

[26]. ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonsky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20,n. 1,jan./mar. 2013, p. 289-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/15.pdf>.

IMAGEM 3 – AVENIDA ORLANDO OLIVEIRA PIRES EM 1962



Fonte: Fotografia de Tibor Jablonsky . Acervo: Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/BAI2322.jpg>.

O registro fotográfico do funcionário do IBGE evidenciava também a dimensão da obra, sua largura e extensão. O ângulo da imagem apresentava uma visão monumental da avenida. Como assinalamos, as fotografias mesmo como interpretações do mundo, construções subjetivas dos fotógrafos, que definem ângulos e temáticas, podem nos apresentar o indício material do que foi registrado.²⁷ Roland Barthes, no livro *a Câmera Clara*, também chama atenção para esse aspecto peculiar da fotografia. Para o autor, o referente adere a sua representação, faz parte dela.

[27]. SONTAG, Susan. 2004. p. 16.

Diríamos que a fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no ângulo do mundo em movimento: estão colados um ao outro, membro por membro, como condenado acorrentado a um cadáver em certos suplícios. (SONTAG, 2004, p. 16).

Interessa-nos, aqui, destacar os aspectos urbanísticos e as formas arquitetônicas que passaram a configurar na nova paisagem urbana emergente na cidade. A larga avenida apresentava-se assim constituída, de pavimentação a paralelo, com postes de eletricidade, possivelmente para ligação privada e iluminação pública, com árvores frondosas ao longo do trajeto e proteção do cais, ao longo do qual foi construída uma calçada. Quanto ao perfil das residências construídas à margem da avenida, nota-se que as fachadas e a configuração arquitetônica dos imóveis apresentavam os mesmos padrões de edificação, as casas com varandas, jardins na frente e uma amurada, demarcando a propriedade privada. Inaugurava-se um novo aspecto configurativo de residências na cidade.

A construção da avenida, logo denominada, como já foi dito, Orlando Oliveira Pires, expressava de maneira condensada a vontade da transformação dos espaços urbanos pelo grupo gestor da cidade. Como se percebe na fotografia de Jablonsky, a construção da artéria urbana, seguindo o traçado geométrico da linha reta, cumpria os preceitos funcionais do urbanismo, de circulação, de higiene, com as árvores à margem (ar limpo) e lazer, com passeio à margem do cais. Sem desprezar o estético, o conjugado da obra embelezou essa parte da cidade. No entanto, a obra emblemática da gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires demarcava, por sua vez, um novo espaço urbano privilegiado para moradia na cidade, caracterizado pelo conjunto de melhorias urbanas acima apontadas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais na construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). **Anais: Usos do Passado'** — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vera%20Lucia%20Cortes%20Abrantes.pdf>. Acesso em:

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino. **História, Ciências, Saúde – Manuais**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, jan./mar. 2013, p.289-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/15.pdf>. Acesso em:

AGAMBEN, Giorgio. O dia do juízo. **Profanações**. Tradução Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 27-30.

BARTHES, Roland. **A câmera clara**: nota sobre a fotografia. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. Edição. v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-107. (Obras escolhidas).

DRUMMOND, Washington Luis Lima. **Pierre Verger**: retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urba-

nismo)–Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, Salvador, 2009.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. **Culturas urbanas na Bahia**: estudos sobre Jacobina e região. Salvador. Eduneb, 2009.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Tradução Eveline BouteillerKavarama. **Revista Projeto História**. PUC-SP. p. 107-113.

OLIVEIRA, Amado Honorato de. Um administrador inatacável – (Reminiscências administrativas). *In*: OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Contos e crônicas*. s.n.t., s.d (Impresso encadernado). .

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. **Revelando a cidade**: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina 1955-1963). Dissertação (Mestrado em) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007.

SILVA, Edson. **Modernização, sanitário e cotidiano** (Jacobina 1955-1959). Dissertação (Mestrado em) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAPÍTULO 6

O BAIRRO JOSÉ PINHEIRO: MEMÓRIAS, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

SILVIA TAVARES DA SILVA¹

INTRODUÇÃO

Nosso texto tem como objetivo maior construir uma história social/cultural do bairro José Pinheiro. Para tanto, privilegiamos os relatos orais dos seus moradores mais antigos por entendermos que são eles os guardiões de um tempo ao qual só podemos ter acesso através de suas lembranças e reminiscências. Não seria outro o motivo desta narrativa se não dar voz aos verdadeiros protagonistas, não de uma única história local, mas de várias histórias de homens e mulheres simples que integram aquele espaço urbano.

A nossa intenção é reelaborar uma história local a partir das vozes dissonantes que, muitas vezes, são silenciadas pela historiografia

[1]. Licenciado em História pela UFCG e em Comunicação Social pela UEPB. Mestre em História pela UFCG.

tradicional, que privilegia os “grandes” homens e seus feitos. Através das histórias dos mais diversos personagens, procuramos reproduzir imagens de um tempo que se mostra permeado pelas mais diversas experiências cotidianas. Um tecido de retalhos costurado por alegrias, tristezas, conflitos, dores, conquistas, ou seja, pelas mais variadas possibilidades de laços afetivos que criaram lugares de pertencimento e distanciamento, mas que estabeleceram regras e práticas de “vivência”, “convivência” e “conveniência”. Sendo assim, a espacialidade desta análise se volta para “o local, a aldeia, o bairro, o círculo de vizinhança, até mesmo a casa...” (VAINFAS, 2002, p. 136). Foram os relatos de pessoas comuns que nos deram outra possibilidade de perceber as múltiplas relações estabelecidas entre os moradores do bairro José Pinheiro.

Optamos aqui por uma história do cotidiano em que pessoas comuns relatam suas experiências de vida dentro de um espaço – o bairro – com o qual se sentem identificados ou não, sendo assim sujeitos históricos com grande capacidade de criar e reinventar o seu espaço.

O bairro José Pinheiro, localizado na zona leste da cidade de Campina Grande-PB, é considerado um dos mais violentos da cidade e essa sua imagem é legitimada todos os dias nos discursos jornalísticos e policiais, o que cria certa desconfiança e aversão por parte dos moradores dos demais bairros da cidade. Mesmo com a veiculação, por parte da imprensa em geral, sobre o alto índice de violência local, percebemos, ao conversar com seus moradores, que há outros discursos, pois muitos dizem ter orgulho de morar no bairro. Quais os códigos de sociabilidade estabelecidos entre os moradores locais que os levam a defender e perpetuar outras representações e não só aquela associada ao da violência?²

[2]. Percebemos nos discursos dos moradores mais antigos, quando perguntados sobre a violência local, que esta se deve às favelas que foram surgindo ao redor do bairro e acaba, segundo eles, por denegrir toda a zona leste, associada logo ao José Pinheiro por ser o bairro mais conhecido e agregar tais favelas. São consideradas favelas o Vulcão, a Cachoeira, e o Monte Castelo.

Aquele espaço urbano, também conhecido como “Zepa”, é tomado de formas diferenciadas pelos mais diversos grupos sociais, tanto pelos moradores locais quanto pelos frequentadores, moradores de outros bairros da cidade. O termo “Zepa”, para os moradores de outros bairros da cidade, é associado quase sempre a uma referência pejorativa, por estar sempre relacionado à ideia de marginalidade. Para o Sr. Jeová Pedrosa (vavá), morador antigo do bairro, esse termo seria uma forma carinhosa de se referir ao bairro, não seria outro o motivo que levou a escola de samba Bambas do Ritmo, presidida por ele, a homenagear o bairro com o samba-enredo “Ontem, hoje, sempre Zepa” no Carnaval 2004. Assim como Vavá, Marcelino, morador jovem do bairro, também atribui outro sentido para o termo, diferentemente daquele associado à violência. Para Marcelino, que é chargista e desenvolve um trabalho bastante original no bairro – todos os meses faz uma charge no muro da sua casa, geralmente de crítica social – ao assinar os seus desenhos e se identificar como “Zepa”, acredita ser uma forma de resistir ao preconceito associado a tal termo e relata: “É o bairro onde eu moro e que eu gosto dele e *tão* usando de preconceito contra o bairro, então eu vou adotar esse nome que me colocaram”.

Mesmo com essas diferentes concepções a respeito do termo, todos os moradores entrevistados por nós declararam a sua satisfação em morar no bairro José Pinheiro, satisfação essa associada às experiências vivenciadas naquele espaço urbano. Através das suas reminiscências, percebemos um carinho e emoção por parte desses moradores que, ao falarem do bairro, deixaram fluir a simplicidade e ao mesmo tempo a riqueza das suas vidas, que se entrelaçam formando uma teia de relações que constrói e reinventa a cada dia aquele espaço comum a todos.

Ao percorrer as próximas linhas, o leitor terá contato com a nossa tentativa de reconstruir outra imagem ou outras imagens do bairro José Pinheiro. Dividiremos com os leitores as impressões e os

registros que nos foram confidenciais, as múltiplas experiências vivenciadas pelos nossos colaboradores que, gentilmente, se prestaram à realização deste trabalho.

Através das várias histórias dos populares, buscamos perceber o que faz daquele bairro ser tão singular em relação aos demais bairros da cidade. Sendo então a nossa intenção entender os códigos que estabeleceram as representações, as formas de “consumir” o bairro, as suas sensações de pertencimento, de participação e até mesmo de distanciamento dos diversos grupos que ali moraram ou moram.

O texto está dividido em dois tópicos, nos quais procuraremos discutir as múltiplas imagens do “ser” morador do bairro José Pinheiro, a partir de algumas manifestações culturais e sociais do local. No primeiro tópico, “A arte de fazer, a arte de viver”, tentamos discutir um pouco da nossa impressão a respeito daquele local – o qual conhecemos só de passagem, por não pertencermos àquele território –, bem como buscamos entender a construção da identidade do bairro com o popular morador José Pinheiro, antigo membro do bairro que empresta seu nome àquele espaço urbano. No segundo tópico, intitulado “Histórias de um bairro re(visitando) memórias”, trabalhamos os seus ritos de diversão e a inventividade dos seus moradores. Direcionamo-nos para as relações culturais e sociais do bairro, estabelecidas a partir de festividades como desfiles carnavalescos, os antigos pastoris e forrós, a primeira difusora do bairro. A partir desses tópicos, tentaremos perceber como os moradores se apropriaram daquele espaço urbano e o moldaram para que tais “tradições” ainda hoje estejam tão presentes na memória local.

“ARTES DE FAZER, ARTES DE VIVER”: A “INVENÇÃO” DO LUGAR

O bairro, espaço físico que abriga experiências, práticas de vários grupos sociais, relações interpessoais, convivências diárias, tro-

cas de informações, confidências, intrigas, alegrias, lutas, despedidas, perdas... Seria o cenário das histórias de pessoas quase anônimas se não fosse o reconhecimento dos seus pares, moradores, vizinhos que, muitas vezes, dividiram anos e anos de vivências, participando, inventando, conquistando, construindo o seu espaço quase imperceptível diante de valores que suplantam experiências mais “simples”, mas não menos criativas na arte de viver. No bairro, o sujeito passa a ser identificado pelo nome e, por que não, pelo apelido carinhoso, ou por um gesto íntimo, informal de cortesia que denota uma sensação de pertencimento, de um lugar comum para aqueles que frequentam e consomem os mais diferentes lugares daquele espaço urbano (mercado, açougue, correios, praças, escolas, postos de saúde, etc.). Segundo Certeau:

(...) o corpo na rua vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo cujo código é mais ou menos, mais suficientemente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: a conveniência. (CERTEAU, 1997, p. 48).

São essas sensações e sensibilidades que estabelecem tais códigos que buscamos perceber entre os moradores do bairro José Pinheiro.

A PRIMEIRA IMPRESSÃO SOBRE O BAIRRO

Ao adentrarmos o bairro José Pinheiro, sentido centro/bairro do Mirante, nos deparamos com um movimento bastante dinâmico e peculiar na rua Campos Sales. A sensação que temos é que estamos em pleno centro da cidade devido, principalmente, às relações comerciais que se estabelecem naquela rua. A Campos Sales, segundo alguns memorialistas, foi a primeira rua do bairro, pois teria se for-

mado ali a partir da aglomeração de habitações simples, e já surgiu com a “tradição” comercial, pois seus primeiros moradores tinham como principal atividade o comércio de hortifrutigranjeiro, obtido através do próprio cultivo e criação desenvolvidos nos quintais de suas casas (GURJÃO, 1999). Mas o nosso interesse primordial aqui não é a provável origem daquela artéria e, sim, como é que ela foi sendo apropriada pelos moradores locais como a principal rua do bairro.

Para o Sr. Agripino, o José Pinheiro é “uma cidade dentro da cidade”. Seguindo esse raciocínio, a rua Campos Sales seria o “centro” dessa outra “cidade”, nada mais justo, pois lá acontecem as mais variadas relações comerciais que tornam o bairro independente no que diz respeito a serviços que, em sua maioria, estão localizados no centro da cidade. “Zé Pinheiro é uma cidade, tem tudo que você quiser... tem mercadinhos bons, padaria de primeira grandeza, tem hospital, tem farmácia; você pode construir sem sair do José Pinheiro, o povo é bom... [sic]”.

Seguindo pela linha de raciocínio do Sr. Agripino, tentaremos descrever o que seria a convergência das relações comerciais do bairro.

Assim como as pessoas dos bairros periféricos se referem ao centro como a “cidade”, dando a entender que só aquela parte central representa a urbe, no referido bairro, as pessoas nos passam a mesma sensação, a rua Campos Sales atende a essa mesma lógica em relação ao bairro como um todo. É frequente escutarmos moradores locais falarem “vou a José Pinheiro” se referindo à rua Campos Sales quando saem de outros locais do bairro para desfrutar de alguns serviços encontrados, exclusivamente, naquela via.

Mas o que nos mostra um diferencial do centro comercial da cidade para o “centro comercial do bairro” são as relações estabelecidas entre as pessoas que integram a dinâmica local. O comércio, no bairro, apresenta códigos diferenciados daqueles do centro da cidade, essa última se assemelha mais à multidão formada por pessoas anônimas. No bairro, notamos que a “encenação” é outra. As pessoas

caminham mais tranquilas, ficam mais à vontade pela proximidade e pela comodidade de conhecer não só o espaço físico, como também os transeuntes que trafegam nas mesmas ruas e que possivelmente são pessoas bastante “familiares”, quando não, amigos, parentes, vizinhos. Muitas vezes, são essas mesmas pessoas que desenvolvem as funções de atendente das mais diversas casas comerciais, deixando essas relações mais cômodas. O encontro com velhos amigos, geralmente, torna-se uma agradável surpresa; outras, pelo contrário, gera certo desconforto. A proximidade com as pessoas permite uma troca de confidências, de informação, de um comentário sem muita pressa, afinal a sua residência é logo ali, no máximo, a dois quarteirões.

Além desses aspectos, mais diretamente ligados ao comércio, a rua Campos Sales é sempre lembrada como o cenário de vários acontecimentos culturais, religiosos e políticos. Ela está presente na memória dos seus moradores mais antigos que, ao nos falarem das suas reminiscências, fizeram várias vezes referências àquela rua, como lembra o Sr. Agripino quando se refere às festividades do bairro. Segundo ele, “todas elas sempre foram realizadas na rua Campos Sales... daqui da Igreja de São José até chegar embaixo na feira de trocas, *pra cá...*”. Os passeios de domingo embalados pelas músicas executadas pela difusora de Gaúcho também aconteciam na Campos Sales, bem como as retretas, os flertes mais ousados, os shows de calouros, as quermesses promovidas pela Paróquia São José. A rua Campos Sales seria o cenário dos sonhos, das lembranças de senhoras e senhoras que outrora brincavam, se divertiam e se enamoravam naquelas imediações.

A INVENÇÃO DE UM PERSONAGEM

Nossa intenção aqui não é ensaiar uma biografia de José Pinheiro, antigo morador, mas sim traçar um perfil desse personagem a

partir dos relatos de quem conviveu com ele e que, de certa forma, o conheceu. Assim, buscaremos perceber como se foi construindo a identificação do homem José Pinheiro com aquele espaço urbano que, não por acaso, identifica-se pelo seu nome.

O Sr. José Pinheiro chegou a Campina Grande, vindo de Alagoa Grande, na década de 1930 e se estabeleceu onde é hoje a rua Campos Sales. Segundo sua sobrinha Iaponira Santos Morais, de 63 anos, seu tio foi o fundador do bairro. Ela nos relatou algumas histórias que sua avó, mãe do nosso personagem, contava sobre o que levou o Sr. José Pinheiro a sair de Alagoa Grande. Segundo ela, “Zé Pinheiro arrancou uma botija e veio para cá, tinha que se mudar da cidade, do local, então ele veio para cá e aqui se estabeleceu no ano de 1930, veio com a família dele”.

O Sr. José Pinheiro não era um homem de posses, nem possuía uma cultura letrada, mas era dono de uma sabedoria popular, tinha vasto conhecimento a respeito de ervas curativas. Além disso, mostrou-se como um grande empreendedor, pois foi o responsável por desenvolver no bairro alguns movimentos festivos como forrós e pastoris, realizados em sua própria residência. Algumas falas fazem referência ao Sr. José Pinheiro a partir desses dois aspectos, a exemplo da fala do Sr. Agripino:

O pastoril de José Pinheiro, naquela época, era uma diversão porque tinha nos sábados e domingos, de tarde e de noite, e o povo gostava muito e tinha o pastoril que tinha o cordão azul e encarnado e o povo se reunia... gostava daquilo ali, era bonito as meninas cantando e aquilo dava um incentivo [...].

Ainda o Sr. Jeová, ao recordar do Sr. José Pinheiro, relata: “Ele era curandeiro. Ele fazia remédio para dar ao povo, *pra* curar o povo... ele tinha uma mercearia que vendia cachaça, agora ele se dava muito bem com o povo”.

A Sra. Iaponira nos confidencia que, naquela época, “o povo dava muito valor a remédio de homeopatia, então a casa do meu tio era cheia. Ele tinha mercearia, mas ele passava muito remédio caseiro”.

A partir dessas falas, percebemos que o Sr. José Pinheiro prestava seus serviços a um número muito grande de populares, que sempre recorriam aos seus conhecimentos para algum tipo de cura. Segundo nos relata a Sra. Iaponira, seu tio teria sido “enfermeiro” do quartel no período em que foi reservista e, quando saiu do quartel, continuou prestando seus serviços como enfermeiro: “[...] minha avó falava que ele era ‘enfermeiro’ lá no quartel e então depois permaneceu fazendo consultas *pro* povo. No sábado, dias de feira, a casa dele era cheia de pessoas que vinham do sítio pra ele passar medicamentos”.

Há nesse sentido uma busca, por parte da família do popular José Pinheiro, em atribuir-lhe uma profissão legitimada pela sociedade. Enquanto para os moradores ele era um curandeiro, para os seus parentes, mesmo que reconhecendo a sua falta de estudo e a sua sabedoria em relação às ervas curativas, o que ele desenvolvia era a prática da “enfermagem”. Talvez a tentativa de legitimar a atividade do Sr. José Pinheiro esteja ligada à recusa ao curandeirismo, atividade vista ainda com muito preconceito. Não só na fala da Sra. Iaponira sentimos um pouco de preconceito, como também na fala do Sr. Agripino, quando remete à questão do nome do bairro estar relacionada a esse popular, que oferecia ao povo saúde e alegria. Para o Sr. Agripino, o Sr. José Pinheiro se sobressaiu aos outros moradores que, segundo ele, foram tão importantes quanto o nosso personagem, e indaga:

[...] quem primeiro morou aqui no José Pinheiro foi Marinheira Agra,³ mas talvez não quiseram, não

[3]. A família Agra é considerada uma das famílias “tradicionais” do bairro e, em alguns livros de memória, é colocada como sua fundadora.

procuraram que o nome crescesse e Zé Pinheiro se sobressaiu. Quando Zé Pinheiro chegou, Marinheira Agra já estava no bairro, Zé Pinheiro chegou com a estrela na testa (risos). Zé Pinheiro veio com a estrela na testa, quer dizer com uma intuição, foi uma dádiva de Deus para que ele viesse para José Pinheiro que o bairro ia se chamar José Pinheiro e o povo ia se dedicar muito a ele. Eu toda a vida me dei bem com José Pinheiro, sempre conversava com ele [...].

E completa:

(...) e eu tenho hoje uma satisfação em dizer que existe uma rua aí chamada Marinheira Agra que foi na época que eu era vereador e Zé Everaldo Agra pediu a mim para eu apresentar esse projeto em 1967 [...] nós nos dávamos muito bem, eu e Zé Everaldo, preparei (*sic*) o projeto e apresentei e hoje tem a rua Marinheira Agra...

Ainda segundo a Sra. Iaponira:

Eu não sei nem explicar, até porque tinham outras pessoas como Pedro da Costa Agra, tinha José Roberto, mas ele chegou e... como se diz hoje as pessoas *pra* receber o nome de uma rua, de um bairro é depois de falecido; e ele, na época, logo que se estabeleceu pronto! Por José Pinheiro e por isso ficou.

A identificação do nome do Sr. José Pinheiro com o local, pelo que podemos perceber, está relacionada com a sua popularidade, com seu assistencialismo e com os seus empreendimentos festivos. As pessoas tinham como principal referência do local, nas décadas de 1940 e 1950, a sua “farmácia” (bodega, mercearia) e o seu “salão” de festas, localizado em sua residência na rua Campos Sales. Além dos

serviços prestados à comunidade, ele também é lembrado como um homem cordial, simpático, como relata o Sr. Jeová, “ele só vivia na janela... era bom dia, boa tarde, boa noite, todo mundo que passava ele falava”. Para De Certeau (1997, p. 50), “o terreno do simbólico é equivalente ao da regra cultural, da regulação interna dos comportamentos como efeito de uma herança (afetiva, política, econômica)”.

Nesse sentido, o nome do bairro está atrelado ao seu passado, tecido pelas experiências de pessoas comuns, populares, que em suas vivências diárias produziram sensibilidades até hoje presentes na memória dos moradores daquela comunidade, pelo menos dos mais velhos, que mesmo sem perceber as reproduzem cotidianamente. A memória atribuída ao Sr. José Pinheiro é um dos exemplos: ela se confunde com a própria história do bairro, que, por sua vez, carrega em seu nome a “fama” de um homem simples, porém detentor de uma grande sabedoria na arte de viver e conviver.

HISTÓRIA DE UM BAIRRO: (RE)VISITANDO MEMÓRIAS

O bairro José Pinheiro é citado em várias músicas de compositores locais e aparece nessas composições como um bairro de grande tradição festiva. Essa mesma “tradição” é lembrada por seus moradores, que, ao falarem das suas vivências no bairro, fazem sempre referência aos símbolos de diversão que proporcionavam uma maior interação entre os próprios moradores do bairro, como também com os moradores de outros locais da cidade que se deslocavam dos seus bairros para participar dos entretenimentos que aconteciam no bairro José Pinheiro. Segundo o Sr. Agripino, morador do bairro desde 1957, o José Pinheiro “durante toda a vida foi um bairro de movimento, tinha pastoril, tinha festa de rua, tinha escola de samba...”. São algumas dessas representações que contribuem para a formação

de um sentimento de pertencimento, sobre as quais discorreremos neste tópico, tentando perceber como os moradores, através das festividades, reinventam lugares e práticas que passam a fazer parte do seu cotidiano.

BAMBAS DO RITMO: “A ARTE NO CONTEXTO DA VIDA”⁴

A Escola Bambas do Ritmo foi fundada em 1º de janeiro de 1967 e teve como principais fundadores os senhores Arlindo Nóbrega, Aécio Alves, Luís (Lula), Antônio Tomaz (Brega), José Valdomiro (zezé), Josa, Maurício, Funga e Zé da Pinta.⁵ Sua primeira sede localizava-se na rua Joana D’Arc, onde permaneceu até 2001, passando a funcionar a partir de 2002 na rua Campos Sales até os dias atuais. Seu primeiro presidente foi o Sr. Arlindo Nóbrega, que ficou no cargo durante três anos, de 1967 a 1969; a partir de 1970, assumiu a presidência o Sr. José Matias, que dirigiu a escola de 1970 a 1976; e em 1977, assumiu o Sr. Jeová Pedrosa (vavá),⁶ que preside a escola até hoje e que foi responsável por nos confidenciar suas memórias sobre a agremiação. Todos eles moradores locais.

O Sr. Jeová Pedrosa dos Santos, mais conhecido como Vavá, nasceu no dia 22 de junho de 1937, na cidade de Campina Grande,

[4]. Título do samba-enredo do Carnaval de 2006, adotamos como subtítulo por acharmos expressivo para denotar a trajetória dessa escola de samba que, entre conflitos e alegrias, faz da arte sua principal fonte de resistência.

[5]. Os nomes dos fundadores constam no livro *Histórico e Livro Ata do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Bambas do Ritmo*. Todos esses moradores do bairro e muitos ainda fazem parte da agremiação.

[6]. O Sr. Vavá deixou a presidência em 1984, assumindo Ignácio Amador, mas mesmo assim ele continuou colaborando com a Escola. Mas, em 1985, Vavá assumiu mais uma vez a presidência da Escola Bambas do Ritmo. Informação colhida no livro *Histórico e Livro Ata da Escola*.

e sempre foi morador do bairro José Pinheiro. Sapateiro de profissão e carnavalesco de paixão, desde 1977 tem contribuído para a organização e realização dos desfiles da Escola de Samba Bambas do Ritmo. Através da fala do Sr. Jeová, buscaremos relatar a importância da agremiação para alguns grupos daquela comunidade, da mesma forma que traçaremos um pouco da trajetória do carnaval de rua vivenciado por essa escola e por nosso personagem principal.

A Escola de Samba Bambas do Ritmo foi uma das primeiras a serem fundadas na cidade de Campina Grande, por isso é considerada uma escola de “tradição”, por ter perpetuado a prática de brincar o Carnaval a partir dos desfiles de rua.

Ao lembrar como eram os desfiles de carnavais nas primeiras décadas de que a Escola Bambas do Ritmo participou, o Sr. Jeová traça uma imagem que nos remete a um processo de mudanças que interferiram diretamente nas formas de se brincar Carnaval em Campina Grande.

Naquela época, era mais animado, o povo gostava mais, participava mais. Não tinha esse negócio do povo ir para João Pessoa, para as praias... mas não tem mais condição de voltar ao que era antes não, eu penso que não, *né?* É muito violento... a cabeça do povo, hoje, é tudo diferente, só vai *pros canto* para *brigarem*... antigamente você brincava, chegava em casa no outro dia, era um Carnaval sadio... era bom demais, agora é tudo diferente!

O Sr. Jeová refere-se àquela época em que os desfiles eram uma das únicas opções de se brincar o Carnaval na cidade. Os primeiros desfiles aconteciam na rua Maciel Pinheiro, depois mudou-se para a rua Venâncio Neiva, novamente transferiu-se para a rua Maciel Pinheiro, onde permaneceu até 2001. Alguns dos desfiles ocorreram também na rua João Pessoa, todas ruas centrais de Campina Grande;

hoje os desfiles acontecem na rua Sebastião Donato. Nesse sentido, tivemos também uma mudança espacial. A rua Sebastião Donato é uma rua mais à margem do perímetro central da cidade, diferentemente das outras citadas.⁷

A diretoria trabalha esforçadamente para arrecadar fundos com a finalidade de levar a Escola a se destacar na avenida e perpetuar a sua tradição. Segundo o Sr. Jeová, os recursos da Prefeitura são muito poucos e a diretoria tem sempre que promover bingos, sorteios para a Escola desfilar e se destacar. “A gente monta uma escola com 350, 400 pessoas na rua com R\$3.500,00 que ele (prefeito) dá. Muito pouco, muito pouco! Mas se a gente não fizer um bingo ou qualquer coisa pra arrumar o dinheiro...”.

Ele deixa uma interrogação no ar que demonstra a dificuldade que é preparar um desfile carnavalesco em que não se tem investimentos por parte dos poderes públicos. Seria então a garra da comunidade que faz a Escola Bambas do Ritmo mostrar o seu trabalho todos os anos. No ano de 1988, a Escola, dona de muitos títulos, passou para o grupo B devido à grande dificuldade financeira que abalou toda a organização do desfile, mesmo assim não deixou de se apresentar demonstrando a sua garra e força de vontade, como relata a Sra. Graziela Emerenciano, colunista social do *Diário da Borborema* e madrinha da Bambas do Ritmo.

A tradicional escola Bambas do Ritmo, que detém 11 títulos de campeã e 8 de vice, ano passado por falta de meios financeiros, apresentou-se modestamente e, por isso, passou para o grupo B. Não desanimou e lutou com a garra de sempre; com denodo e sacrifício,

[7]. O carnaval de rua de Campina Grande passou alguns anos sem ser realizado, sendo revitalizado em 1999 pelo então vereador Damião Feliciano, a quem deu o nome de “Carnaval dos que ficam”, que acontecia na rua Maciel Pinheiro. Em 2002, já transferidos os desfiles para a rua Sebastião Nonato, o nome do projeto passou a ser “Carnaval de Campina Grande”.

conseguiu se soerguer e foi classificada mais uma vez. Homenageou Jackson do Pandeiro, que foi um dos colaboradores dos Bambas, e se apresentou com postura e garbo de sempre, muito aplaudida pelo povo. Bom samba-enredo, bateria e alegoria, tudo bonito.⁸

Em 1985, a Escola, em reunião com a diretoria presidida pelo Sr. Vavá, que acabava de assumir novamente o cargo, decidiu que não sairia no Carnaval de 1986, pois a Escola estava com uma sede sem infraestrutura que lhe desse suporte para a construção dos seus carros alegóricos. Na mesma reunião, ficaram acertadas algumas medidas para levantar recursos em prol da construção de uma nova sede, como a venda de um Jeep, patrimônio da escola, e a adaptação da velha sede para uma danceteria para a realização de eventos, com a finalidade de angariar fundos para a própria escola e para a aquisição de novos instrumentos.

O ano de 1986 foi, para a Escola, de muito trabalho e esforço, mas encarado pela maioria da diretoria como um ano de renovação. Houve nesse período alguns conflitos internos, mas que não abalaram a participação da Escola no Carnaval do ano seguinte. Tiveram uma participação restrita da maioria dos seus integrantes, bem como uma disputa que envolveu a escolha do samba-enredo que abrihantaria o desfile da Escola no Carnaval do ano seguinte. Desafios e perseverança marcaram o ano de 1985 da Bambas do Ritmo;

Para esse Carnaval, a Escola estava com um trabalho de renovação – era como se fôssemos construir uma nova escola – pois vínhamos (...) de um ano de ausência... Apesar desse trabalho de renovação, repito, através da força de vontade de um pequeno número de diretores, pois a maior parte se ausentou

[8]. D.B 20.02.1988 – não consegui identificar a página, pois o material está em forma de recorte no arquivo pessoal de Vavá.

nesse ano... a Escola de Samba participou do referido Carnaval com um samba-enredo homenageando um dos seus componentes de destaque, responsável por muitas de suas conquistas, o Sr. Antônio José (roinheiro figurinista), cujo título foi “Sim, nós temos Toinho”, de autoria do Sr. Rivaldo Trindade. Vale destacar que houve uma concorrência entre dois sambas-enredo, o do Sr. José Matias e o do Rivaldo, prevalecendo o do último.⁹

Geralmente os sambas-enredos são escolhidos em reunião com toda a diretoria e a escolha é feita a partir do consenso; escolhido o tema, o compositor elabora a letra. A maioria das composições foi feita por pessoas da própria comunidade, ligadas diretamente à Escola, pessoas que faziam parte da diretoria e, muitas vezes, os próprios fundadores da agremiação, como Arlindo Nóbrega, José Matias, Antônio Tomaz, Aécio, só para citar alguns. Nos últimos anos, as composições passaram a ser elaboradas por nomes conhecidos do meio artístico campinense, como Henrique do Vale e Biliu de Campina, que atuam não só como compositores, mas também como puxadores.

Desde o início da sua trajetória, a Escola Bambas do Ritmo levou para avenida vários temas que fizeram referência à cultura e à história da cidade. Destacamos aqui alguns desses sambas-enredos: “Campina, tu és bela”, de 1977; “Carnavais dos anos 30”, de 1983; “Um artista que se foi – homenagem a Jackson do Pandeiro”, de 1990; “Campina Grande – Rainha da Borborema”, de 1989; “Ontem, hoje, sempre Zepa”, de 2004. Cada letra procurou dar destaque para alguns aspectos da história da cidade, bem como homenagear nomes que tiveram uma grande representatividade para a cultura local.

A história do bairro ganhou destaque exclusivo no samba-enredo “Ontem, hoje, sempre Zepa”:

Sempre foi o palco da alegria/ De encontros e felicitades
De muito talento e euforia/ A cidade dentro da cidade
Com carinho chamado de Zepa/ De Zé Pinheiro e velhos carnavais
Do Pastoril e do palhaço Parafuso/ E dos movimentos culturais
Desde a difusora de Gaúcho/ Marchinhas e quadrilhas de São João
Do Flamengo e do Campinense/ Cleber eternamente campeão
Os bailes, forrós e gafeiras/ As lembranças de tempos atrás
Zé Pinheiro sempre pioneiro/ Esquecer jamais
Com Bambas do Ritmo, eu vou/ Ontem, hoje, sempre Zepa, eu sou.

A letra do samba faz referências não só ao bairro em sua representação espacial físico, destacando as características que o fazem ser uma localidade diferente dos demais bairros da cidade, como também ao popular José Pinheiro, que, para os moradores, foi o precursor e idealizador de algumas festividades bastante representativas para o local (pastoris e forrós).

Com todas as dificuldades, a Escola Bambas do Ritmo, através do esforço da diretoria e dos poucos colaboradores, conseguiu desfilar praticamente em todos os anos,¹⁰ representando o bairro na avenida.

No dia oficial do desfile, a Escola já sai desfilando desde o bairro, transformando aquele espaço em uma espécie de apoteose. O afeto e os aplausos da comunidade acabam dando uma dose de entusiasmo e satisfação para o trabalho realizado ao longo do ano, com

[9]. HISTÓRICO e de Ata da Escola de Samba Bambas do Ritmo. p. 11-12.

[10]. A Escola só não participou do carnaval de 1986 por que a sua sede não se encontrava em condições de abrigar a estrutura da Escola.

tanto empenho e também dificuldades, por parte dos poucos participantes que estão sempre na linha de frente na confecção de tudo, porém, gerando, quase sempre, ao final, o resultado mais desejado: a vitória.¹¹

A DIFUSORA DE “GAÚCHO”: UM COMUNICADOR POPULAR

Em meados dos anos de 1950/1951,¹² nasceu no bairro do José Pinheiro um serviço de som. Seu idealizador chama-se Jovelino Farias, popularmente conhecido como “seu Gaúcho”. A partir desse serviço, o bairro passou a ser um espaço de maior interação entre seus moradores, bem como de diversão e entretenimento. O bairro José Pinheiro não seria mais o mesmo, sua dinâmica social e cultural foi alterada e os seus códigos de sociabilidade redefinidos.

Quem nos auxiliou nessa investida foi o Sr. Pedro Farias, filho do nosso personagem principal. O Sr. Pedro Farias, mais conhecido como Pepeu, tem 65 anos, e ainda hoje é morador do seu bairro de origem, o José Pinheiro. Foi através de seus relatos de memória que tivemos acesso à trajetória daquele serviço de som idealizado pelo Sr. Jovelino Faria. Mas quem foi esse homem que ousou inovar e pôr em prática uma ideia bastante original para a época na cidade de Campina Grande?

Segundo o Sr. Pedro Farias, seu pai chegou a Campina Grande por volta do ano de 1935. Ele veio ao chamado de umas pessoas que estavam abrindo uma casa de jogos na cidade. Na época, Gaúcho era

embarcador e prestava serviço a uma empresa de navios costeiros. Dono de uma voz grave, acabou atraindo a atenção das pessoas que o viram numa apresentação em um desses navios costeiros que estava atracado no Recife e o acharam perfeito para inaugurar a tal casa de jogos, na época chamada de Rambol [*sic*]. Em Campina Grande, conheceu aquela que seria a sua esposa e, em menos de um ano, já estava casado e morando definitivamente na cidade. Residente em Campina Grande, Gaúcho, que nasceu na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, escolheu sua nova cidade para montar o que seria a primeira difusora de Campina Grande:

(...) em 1938, ele botou a primeira difusora aqui em Campina Grande, ali mais ou menos nas proximidades do antigo edifício Esial, que hoje é a Casa do Colegial. Agora houve uma época que ele se desligou desse serviço de som porque ele ajudou uma pessoa que chegou aqui, aí, quando foi com um tempo, essa pessoa colocou um serviço de som aqui também, ele não gostou! Por conta disso, ele tirou o serviço de som e partiu para outra atividade, montou uma casa de dança, ali na Cardoso Vieira.

O Sr. Pedro não recorda o nome da escola, mas segundo ele, a casa contava com uma orquestra que tocava para as pessoas dançarem; as que não sabiam tinham o auxílio dos mais experientes, inclusive do próprio Gaúcho. Ainda relata com orgulho que o seu pai, um homem viajado, foi o precursor do tango e do bolero na cidade e, devido a essa desenvoltura com a dança, muita gente o tivera como professor. Mas a casa de dança não teve longevidade, pois passou a ser alvo de perseguição devido aos apelos dos discursos da moral e dos bons costumes da época. “Acharam que era como se fosse uma espécie de cabaré e, como era no centro da cidade, inclusive até o padre da época... eu sei que ele falou muito sobre isso, aí papai teve que acabar com essa escola de dança”.

[11]. A Escola Bambas do Ritmo continua integrando a comunidade do bairro e vem ao longo dos anos acumulando títulos. Foi campeã nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Em 2018 perdeu para a Unidos da Liberdade.

[12]. O Sr. Pedro não soube informar o ano exato da instalação da difusora do seu pai no bairro José Pinheiro.

Com o fechamento da escola de dança, Gaúcho passou a trabalhar como anunciante de porta de loja. Nas lojas Paulistas e nas Pernambucanas, prestou os seus serviços de locução. Homem desenvolvido, o Sr. Jovelino “Gaúcho” Farias chegou a desenvolver várias funções na cidade de Campina Grande, seu porte físico e sua voz grave, bem como sua criatividade, o tornaram uma espécie de *showman*, ou ainda, para usar um termo mais contemporâneo, um artista multimídia, como relata Antônio Clarindo ao se referir às funções exercidas por Gaúcho: “Além de locutor, foi ‘chamador das pedras de loto’, cabaretier, cantor, baterista e dançarino de tango” (SOUZA, 2002, p. 292).

“A VOZ DO BAIRRO JOSÉ PINHEIRO”: UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO POPULAR

O Sr. Gaúcho, ao se mudar para o bairro José Pinheiro, antes morava num bairro vizinho, no Santo Antônio, mais precisamente na rua Vigário Virgínio, colocou em prática novamente a sua ideia do serviço de som, agora no seu “território”, seu bairro, seu lugar de vivência. O serviço de som instalado naquele bairro tinha como intuito prestar serviço à comunidade local. No início da década de 1950, Gaúcho colocou um projetor de som na rua principal do bairro, a Campos Sales, nascendo assim “A voz do bairro José Pinheiro”, experiência que mudaria não só a maneira de se “consumir” o bairro, já que a difusora local se constituiu em um novo “produto” a ser apreciado por seus moradores, mas também as relações sociais, que passaram a ter outro espaço de experiências coletivas.

Para o Sr. Pedro Farias, o serviço de som de seu pai tornou-se uma espécie de marco para aquele bairro, pois aquele espaço urbano passou a ser um dos únicos detentores de um dos símbolos do “progresso”. “A voz do bairro José Pinheiro” inaugurou uma nova

referência para o local e possibilitou a transformação da paisagem ao redor das instalações daquele novo empreendimento, como nos relata nosso depoente:

(...) o serviço de som de papai era bem no centro de José Pinheiro, não tinha aquele abrigo e tinha por aqui muitos currais de gado, então as casas eram muito pequenas, como aquelas casas de pau-a-pique. Daí quando ele inaugurou esse serviço de som, aqui foi modificando-se porque o bairro foi crescendo, evoluindo e aí tornou-se um bairro bem melhor *pra* época, tornou-se bem melhor por conta disso.

O serviço de som de Gaúcho ganhou a aceitação da comunidade local e passou a ser referência na cidade. Além da sua originalidade para a época, esse serviço também tinha um caráter popular e democrático.¹³ Todos tinham acesso às programações que, em grande parte, eram de entretenimento e que, para a maioria dos moradores locais, era a única forma de divertimento, especialmente para as camadas sociais menos favorecidas.

A difusora de Gaúcho desenvolvia serviços de utilidade pública, como anúncios de perda de animais, de documentos, de crianças. Mas o que dava maior visibilidade em “A voz do bairro José Pinheiro” eram os programas de calouros e as festas de rua promovidas por Gaúcho. A difusora possuía uma espécie de estúdio¹⁴ e auditório, e contava com seus próprios músicos, todos moradores do bairro, a exemplo de Jair Seixas, que tocava o piano; Sevi, o violão; e Sambinha, o cavaquinho. Os programas de calouros contavam com o pa-

[13]. Este podia ser ouvido por todos, sem que as pessoas precisassem adquirir nenhum tipo de aparelho, já que havia alto-falantes nos quatro cantos do bairro.

[14]. O serviço de som de Gaúcho, depois de ter sido montado em vários lugares (centro da cidade, próximo ao abrigo já no José Pinheiro), ficou na sua própria casa, na rua José Adelino de Melo, nº 33, na lateral da Igreja de São José. O estúdio e toda a estrutura da difusora ficavam no andar de cima da sua residência, onde funcionou até 1985.

trocínio de algumas casas comerciais, como Café Aurora, São Braz, Lojas Paulistas, Pernambucanas, Armazém Ouro Branco. As pessoas se divertiam com esses programas que, muitas vezes, eram realizados ao ar livre, adquirindo o aspecto de espetáculo e chamando mais ainda a atenção das pessoas, que se aglomeravam nas imediações da difusora para assistirem não só aos concorrentes do concurso musical, mas também aos shows de cantores conhecidos que já faziam sucesso na época, muitos ainda, no início da carreira artística. Nomes como Genival Lacerda, Nelson Gonçalves e Luiz Gonzaga chegaram a participar daqueles programas quando patrocinados pelas casas comerciais. De acordo com o Sr. Pedro Farias, essa era a única diversão dos populares da época, já que ainda não havia rádio em Campina Grande.

Eram constantes as festas de rua promovidas pelo serviço de som de Gaúcho, as quais atraíam muita gente, inclusive pessoas de outros bairros. Independentemente de sexo, idade, classe social, todos participavam e se divertiam. Segundo o Sr. Pedro Farias, mesmo os que tinham um padrão de vida melhor não deixavam de prestigiar tais festas. As chamadas retretas, nome dado àquelas festas ao ar livre em que moças e rapazes aproveitavam os momentos de descontração para flertar, eram embaladas pelo serviço de som de Gaúcho, por isso era constante sair, desses passeios, namoros e até casamentos, movidos por esse entusiasmo. Vários rapazes saíam dos seus bairros de origem para frequentar o José Pinheiro. Nomes, hoje conhecidos dos campinenses, participaram dessas festas, como Enivaldo Ribeiro, Nilton Rique, Everaldo Agra, Naldo Dantas, entre outros, e esses, segundo nosso depoente, vinham para as festas atraídos pelos possíveis flertes: “(...) as moças do José Pinheiro eram moças muito bonitas e eles vinham para namorar, aquilo ali já era uma maneira, um atrativo a mais para as pessoas frequentarem o bairro”.

Nas festas e passeios da época, era comum o oferecimento de músicas, os chamados “postais sonoros”, uma forma de conquista

bastante utilizada pelas moças e rapazes que frequentavam aqueles espaços. Algumas vezes, os postais sonoros transformavam-se numa forma de vingança e acabavam provocando situações hilariantes para as pessoas presentes, como lembra o Sr. Pedro: “Às vezes, um casal brigava e tinha uma música que se chamava ‘Égua Branca’, aí então eles passavam, o rapaz passava *pra* moça e a moça passava para o rapaz uma música chamada ‘Sapo Cururu’... e a gente achava aquilo ali engraçado (...)”.

O serviço estava sempre em funcionamento e tinha uma escala de horários que seguiu sem alteração durante anos. Todos os dias, a programação estava no ar nos seus respectivos horários. O Sr. Pedro Farias não se recorda de nenhum dia em que a difusora não foi ao ar. Lembra ele que, nos casos de falecimento de um dos moradores, apenas o “projeto” [*sic*] que se encontrava perto do local do óbito era desligado, os outros continuavam funcionando normalmente. Na época da ditadura civil-militar, o serviço de som continuou com suas atividades, mesmo que fossem exigidas as informações das músicas que viriam a ser executadas.

O ritmo das programações só foi quebrado e sofreu sua primeira alteração com o aparecimento de outro meio de entretenimento: a televisão. Com o surgimento dos primeiros aparelhos de televisão no bairro, houve uma redefinição dos códigos de sociabilidade dos seus moradores, o que influenciou diretamente as atividades exercidas há muito tempo por Gaúcho. Este precisou fazer algumas adaptações na questão dos horários. Antes a programação era colocada no ar nos seguintes horários: manhã, das 10h às 11h; à noite, a programação tinha início a partir das 19h e ficava funcionando até as 21h. Com o novo atrativo – a televisão –, o horário da noite foi deslocado para a tarde, com início às 16h e término às 18h. “Nós mudamos o horário da noite para a tarde porque tinha muita gente que já possuía televisão, queria ver novela, aí então esse tipo de atrativo foi tornando-se obsoleto...”. O entretenimento das pessoas, que antes era num espa-

ço público, foi aos poucos sendo transferido para o privado com a chegada da televisão.

O empenho de Gaúcho e sua dedicação ao seu serviço de som o fizeram o precursor das primeiras experiências de radiodifusão na cidade e, mais que isso, o tornaram um homem bastante popular no seu bairro pelos serviços prestados àquela comunidade, principalmente pela diversão que os alto-falantes do seu serviço de som proporcionavam aos moradores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar algumas das práticas e relações instituídas, reelaboradas, reinventadas e até forjadas dentro deste espaço público – o bairro José Pinheiro – se apresentou, para nós, como um lugar de discussão em que pudemos observar como vai sendo elaborado o seu traçado urbano e quais lutas e conflitos delinearão e estabeleceram a vida de homens e mulheres comuns que o habitam. Nesse sentido, assim como para De Certeau, nos interessou, aqui neste texto, o dia a dia do homem “ordinário”, que, segundo ele, cria práticas cotidianas como uma forma de resistência. Através de astúcias, defende ele, homens e mulheres comuns ou ordinários procuram burlar os códigos de enquadramento e instituem outros códigos que se apresentam de forma minuciosa e representam as resistências e lutas dos mais diversos grupos sociais.

O bairro José Pinheiro nos apresentou uma gama de possibilidades para realizarmos nossa pesquisa, seguindo por essa perspectiva apontada por De Certeau. Assim, a partir de múltiplos indícios, foi possível fazermos uma análise das mais diversas práticas experienciadas pelos seus moradores mais antigos, bem como uma construção coletiva de representações do “ser” morador do bairro José Pinheiro.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

GURJÃO, Eliete Queiroz (org.). **Bairro de José Pinheiro: ontem e hoje**. Secretaria da Educação e Cultura, João Pessoa, 1999.

LACERDA FILHO, Mozart. **Nova história cultural e micro-história: uma breve reflexão de suas origens**. Disponível em: <http://www.revelacaoonline.uniube.br>. Acesso em: 22 maio 2005.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). 2002. 292f. Tese (Doutorado em História Social)–Universidade Federal de Pernambuco.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Depoimentos orais:

FARIAS, Pedro. Entrevista concedida em 16/01/2006.

OLIVEIRA, Agripino Batista. Entrevista concedida em 11/01/2006.

MORAIS, Iaponira Santos. Entrevista concedida em 24/03/2006.

SANTOS, Jeová Pedrosa. Entrevista concedida em 14/03/2006.

SILVA, Marcelino Valdevino da. Entrevista concedida em 04/04/2006.

CAPÍTULO 7

“AQUI RENASCE A ESPERANÇA”: A CIDADE DOS LEPROSOS

FERNANDA KAROLINE MARTINS LIRA ALVES VIRGOLINO¹

TENHO ALGUMA DOENÇA – O QUE É ISSO QUE EU TENHO?

A frase vem do diagnóstico. Do diagnóstico que João Batista recebeu naquela quarta-feira, dia 12 de janeiro do ano de 1955. Eram dez horas da manhã quando a voz rouca e arrastada da enfermeira soou na grande sala de espera do Posto de Saúde Municipal, localizado na avenida João Machado, no bairro do centro, João Pessoa.² Era a mesma voz que, duas horas atrás, se

[1]. Licenciada em História e mestre em História pela UFCG. Doutora em História pela UFPE.

[2]. De acordo com a legislação em vigor no período da internação de João Batista, a Lei nº 610, de 13 de janeiro de 1949, o paciente teria direito ao sigilo sobre sua notificação, conforme previa em seu art. 1º §1 “O Serviço de Profilaxia da Lepra manterá sigilo sobre a internação do doente e a executará com a maior discrição possível”. No entanto, não era isso que ocorria na prática, geralmente os doentes eram expostos à comunidade. Nas entrevistas realizadas, nossos colaboradores relatam que os agentes envolvidos não agiam com discrição, mas pelo contrário, na maioria das vezes, agiam de forma arbitrária e policial para intimidar os doentes, expondo sua situação como se quisessem que todos ficassem sabendo que, naquele lugar, havia um doente.

dirigira ao menino e sua mãe, dona Maria Antonia da Conceição, para solicitar que aguardassem o resultado do exame ali mesmo. Mas agora a dona da voz tinha a revelação que mudaria o curso de suas vidas. João Batista Dumont. Resultado positivo. Está com Lepra.

A declaração não atingiu apenas João e sua mãe, ela ressoou como um alerta de perigo eminente, provocando pânico entre as pessoas que aguardavam atendimento. Significava que, no meio deles, havia um leproso.³ Sobressaltados todos saíram correndo. Havia um temor muito grande entre as pessoas em contrair uma doença cujos tratamento e cura se apresentavam envoltos em mistérios e incertezas, resultando assim em comportamentos e atitudes muitas vezes cruéis com aqueles acometidos pela lepra e levando-os a esquecerem de fazer perguntas que iluminariam os mistérios da doença (FARREL, 2002, p. 98).

E, por se tratar de uma doença milenar e que perpassa toda a história da humanidade, por vezes deixando marcas estigmatizantes nos corpos daqueles que foram por ela acometidos, a lepra era uma doença marcada por uma continuidade discursiva que colocava o doente como um “ser estranho”, que mereceu da sociedade, em diferentes épocas, atitudes de compaixão; ou no outro extremo de repulsa, isolamento e exclusão, terminando por instituir corpos estranhos com os quais não se estabeleciam reciprocidade e cumplicidade.

No meio daquela confusão, mais de cem corpos distanciados. Um único corpo permaneceu ao seu lado, sua mãe. Encostados à parede, ela abraçou fortemente o corpo do seu filho, apertando-lhe os braços contra si e, trazendo a sua cabeça para seu ombro, criou um pequeno embalo, como se faz a quem chora e se quer consolar. “Vai ficar tudo bem, vai dar tudo certo”. Mas antes que João pudesse se sentir envolvido por aquele aconchego, ele foi arrancado de seus

[3]. Essa era a palavra usada para designar o portado do mal de Hansen, hoje denominada hanseníase e, na época, conhecida como lepra.

braços pelos guardas sanitários.⁴ Aquele seria um dos distanciamentos mais dolorosos da vida de João e, naquele momento, a dor não veio da doença, mas sim do afastamento da sua mãe.

Dali seguiria o mais rápido possível para o Asilo-Colônia Gétúlio Vargas, uma vez que a orientação do ponto de vista profilático ainda era o isolamento compulsório dos doentes.⁵ Sendo assim, João partiria sem se despedir, sem ter tempo de se preparar. Se houvesse uma despedida, talvez fosse mais triste, “talvez tenha sido melhor assim”,⁶ despedir-se naquela situação seria mais doloroso. Antes, porém, ainda teve tempo de ver mais uma vez sua mãe, que correu em direção à calçada, chorando, para mandar-lhe um beijo.

Logo o carro partiu e enveredou-se pelos primeiros desfiladeiros de prédios. Embora a ambulância atravessasse rapidamente a cidade em busca de seu destino – apenas 20 km separavam a capital paraibana das terras do Rio do Meio, onde se localizava o asilo-colônia – o trajeto lhe parecia tão infinito quanto o horizonte. Pela janela lateral, o pequeno João não conseguia ver muito além do borrão dos prédios que rapidamente desapareciam de sua vista, sem que ele pudesse reconhecer algum lugar. “Para onde estou indo?”. O incessante barulho da sirene ligada desde que saíram do posto se somava às ideias confusas que gritavam na mente dele, sem que encontrasse resposta para o que estava acontecendo.

A partir daquele momento, a cidade se fechava para João Batista, mas não só para ele como também para tantos outros doentes de

[4]. Os guardas sanitários tinham poder de polícia. Quando recebiam alguma denúncia, entravam nas residências e prendiam os supostos doentes como criminosos. No caso de João, como a doença tinha sido confirmada pelo diagnóstico técnico, a ordem era prender, mesmo que à força, e levar para a Colônia.

[5]. A esse respeito, consultar o trabalho de: CUNHA, Vivian da Silva. *O isolamento compulsório em questão*. Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação (Mestrado em) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

[6]. Entrevista de João Batista concedida à autora em março de 2013 (p. 01).

lepra que viveram até meados do século xx na cidade de João Pessoa, uma cidade que, assim como as demais cidades brasileiras, conviveu com as críticas aos modelos de urbanidade e se deparou com inúmeras tentativas de equilíbrio, de organização de seus espaços, fossem eles públicos ou privados, de construção de espaços habitáveis, de saneamento, entre outras intervenções necessárias para se tornar uma cidade moderna, aprazível para os seus moradores, especialmente as elites, bem como para seus visitantes.

Na perspectiva do discurso sanitário, o isolamento como uma forma eficaz de cuidado e controle para a lepra já vinha sendo discutido desde a metade do século XIX (MACIEL, 2007). Na I Conferência Internacional de Lepra, realizada na cidade de Berlim, na Alemanha, o modelo implantado na Noruega pelo médico Gerard Amauer Hansen foi amplamente divulgado como um caso de sucesso e como única medida capaz de conter o avanço do número de doentes, tendo em vista que, naquele momento, como afirma o leprologista brasileiro Orestes Diniz, a doença era reconhecida como “(...) incurável e causadora dos mais pesados danos individuais e sociais, e por isso mesmo, o isolamento foi aconselhado como medida salvadora, à semelhança do que acontecera na Noruega” (DINIZ, 1960, p. 25).

No Brasil, essa discussão ganhou mais força a partir da década de 1910, quando o combate à doença passou a ser um dos alvos da ação dos médicos sanitários, que a viam como um dos grandes “flagelos nacionais”, que manchava a raça brasileira, incapacitava o homem para o trabalho e impedia o progresso necessário à nação, conforme as palavras do médico sanitário Belisário Penna.

Quanto mais crescemos em população, quanto mais progredimos em viação, em melhoramentos urbanos em meios de transportes, mais se alastra a lepra, que attingiu uma cifra alarmante, absolutamente incompatível com os foros de civilização que pretendemos possuir. (...). É, pois, verdadeiramente apavorante a

situação do Brasil, em relação à lepra, demandando medidas urgentes e promptas, tendentes a deter a marcha vertiginosa do terrível flagello que mancham nossas cidades. (s.D. p. 2-3).

Numa sociedade então que se pretendia moderna, civilizada, que pregava um ritmo acelerado, primado pela produtividade, em que corpos doentes eram desqualificados como improdutivos, imprestáveis para acompanhar o progresso urbano e a economia capitalista, sendo conseqüentemente descartados, a política isolacionista foi vista com bons olhos pela comunidade médica brasileira que identificava no cerceamento do doente a forma mais eficaz, senão a única, de combater a propagação da doença, a qual estava explícita nos corpos daqueles que “manchavam os centros urbanos”, agredindo assim seus ilustres e sãos moradores. No entanto, é importante ressaltar que o modelo isolacionista não foi uma unanimidade entre a comunidade médica. Não apenas nas Conferências Internacionais, como também nas discussões na Academia Brasileira de Medicina, as visões sempre foram heterogêneas.

Um dos grandes defensores da política isolacionista foi o médico Oswaldo Cruz, que, no início do século xx, escreveu vários artigos, um deles publicado no jornal *O Imparcial*, de 3 de julho de 1913, no qual ele acreditava ser a segregação uma medida de higiene social urgente para o país. Embora admitindo que os conhecimentos científicos acerca do contágio e da profilaxia da moléstia eram incompletos e insuficientes, tinha como certeza o fato de serem os “leprosos, um dos depósitos do vírus (...). Dahi a necessidade de isolal-o da comunidade”.⁷ O médico defendia o isolamento em colônias que seriam estruturadas no modelo de:

Uma pequena cidade com sua existência própria onde se encontram os elementos de vida necessários, onde

[7]. *O Imparcial*, 03 de julho de 1913, n. 211. Fundo Oswaldo Cruz.

cada qual pode exercer livremente sua profissão, onde não faltam elementos de distrações, onde o leproso não vive perseguido pela ideia única do mal que o tortura.

Oswaldo Cruz defendia, portanto, a implementação de colônias, que seriam pequenas cidades construídas às margens da cidade saneada, salubre, e que deveria contar com escolas, oficinas, bibliotecas, casas, fábricas, casas de diversão, que promovessem o sustento dos enfermos e, ao mesmo tempo, lhes proporcionassem conforto, mantendo-os assim segregados da cidade, “evitando o mal que se está alastrando insidiosa, gradual e progressivamente e, que em futuro não muito remoto, virá trazer-nos grandes dissabores”.⁸ No entanto, apesar de tantas discussões empreendidas acerca da urgência no isolamento dos doentes como medida profilática de combate à doença, só a partir da década de 1930 que as ações governamentais nesse sentido tornaram-se efetivas com a execução do Plano Nacional de Combate à Lepra, ou simplesmente, o Plano de Construções, levado a cabo após 1935 com a construção de vários hospitais colônias em todo o país, a exemplo da Colônia Getúlio Vargas, na Paraíba.

No estado da Paraíba, a Colônia Getúlio Vargas teve suas obras iniciadas no ano de 1937, nas terras do Rio do Meio,⁹ no município de Bayeux. No entanto, a discussão sobre a necessidade de construir um leprosário na Paraíba já vinha ocorrendo desde a década de 1920, em concomitância com os discursos difundidos no Brasil naquele período sobre a necessidade de conter a lepra, vista como uma marca de atraso e inferioridade de um povo. De modo que as elites, os letrados, os médicos e os políticos paraibanos, incorporando ideias higienistas às políticas urbanas, empreenderam todos os esforços para a concretização da estrutura profilática no estado.

[8]. *Ibid.*

[9]. A União, 13 de julho de 1941, p. 01.

Foi, portanto, na tarde do sábado, dia 12 de julho de 1941, a inauguração do Asilo-Colônia Getúlio Vargas. Uma comitiva, formada por médicos, políticos, jornalistas, representantes do governo federal, militares e damas da sociedade, partiu da capital paraibana para Bayeux para prestigiar a solenidade de inauguração daquele leprosário. Entre os presentes, estavam o interventor do estado Ruy Carneiro, que, em seu discurso, ressaltou a importância do “esforço generoso do benemérito Chefe da Nação”,¹⁰ Getúlio Vargas, que havia custeado, juntamente com o estado da Paraíba, as instalações do asilo-colônia naquela região.

O interventor do estado entregou a direção da instituição aos cuidados profissionais do médico dermatologista Edson de Almeida, em quem depositava a confiança e o desejo de que este “velasse pela sorte dos conterrâneos que aqui vierem procurar abrigo na sua desdita”.¹¹ Aliadas importantes na divulgação dos serviços de saúde prestados pelo Estado através da Colônia Getúlio Vargas para os doentes de lepra foram as propagandas empreendidas pelas autoridades da saúde pública no estado, comunidade médica e imprensa. Era preciso haver uma identificação da população com a Colônia de modo que a reconhecesse como o lugar em que “encontrariam o tratamento da ciência moderna e o conforto da solidariedade cristã”.¹²

Foi com o intuito de gerar essa identificação da população, especialmente dos doentes, que, ainda em seu discurso no lançamento da pedra fundamental da Colônia no ano de 1936, o Dr. Octávio de Oliveira ressaltou que aquela obra se apresentava para os doentes como um “suave milagre bíblico ao proporcionar a graça que só em sonhos se lhes afigurava possível: um pouso onde eles não sejam de-

[10]. A União, 13 de julho de 1941, p. 0.5

[11]. *Ibid.*

[12]. A União, 10 de agosto de 1941, p. 01.

mais; uma sociedade onde eles não se constituem uma repugnância; um ambiente onde eles não se sintam uns reprobos”.¹³

Esse mesmo tom seria utilizado sete anos mais tarde pelo então diretor da Saúde Pública da Paraíba, o Sr. Janduhy Carneiro, em seu discurso no dia da inauguração da colônia para atrair o interesse da população e dos doentes que para lá seriam transferidos. Em seu discurso, procurou desfazer a lenda segundo a qual o leprosário seria simples casa de detenção de enfermos, “combatendo o pavor excessivo e desarrasado de uma internação que se tem implantado nos lázaros”.¹⁴ Para isso, o diretor finalizou seu discurso afirmando que o Asilo-Colônia Getúlio Vargas:

Longe de ser um cárcere de doentes, é a casa da Fé, da Esperança e da Felicidade: Fé em Deus e na ciência médica; Esperança na cura do terrível mal, e Felicidade, no conforto moral que terá neste estabelecimento cada enfermo que nele se abrigar como hóspede atraído e desejado.¹⁵

Estando a Colônia em funcionamento e com capacidade para atender a 300 pacientes, era preciso identificar os doentes e, por mais intenso que fosse o trabalho da Inspetoria de Saúde Pública, os médicos e sua equipe não conseguiam chegar a todos eles. A propaganda deveria convencer a população, sobretudo os doentes, dos benefícios do tratamento e do perigo do contágio. Desse modo, a propaganda poderia dissipar o temor excessivo da doença e criar uma identificação dos doentes com o asilo, de modo a mantê-los longe dos sãos. Era, na realidade, uma preocupação com a população sã, que seria preservada da doença, uma vez que, com a inauguração da colônia, seria evitado

[13]. A União, 25 de agosto de 1935, p. 03.

[14]. A União, 13 de julho de 1941, p. 05.

[15]. *Ibid.*

“o contágio nos lares e na promiscuidade diária, donde resultará que, por falta de transmissores acabar-se-a a lepra entre nós”.¹⁶

Uma das propagandas mais entusiasmadas foi feita pelo médico Higino Costa Brito ao escrever um artigo no jornal *A União* para divulgar à sociedade paraibana as boas impressões que tivera ao visitar o asilo-colônia nas vésperas de sua inauguração na companhia do colega Edson de Almeida e Simeão Leal. Aproveitou para convocar a todos os paraibanos a fazerem o mesmo, pois:

(...) a futura morada do doente de lepra do Estado é uma dessas obras que se gravam no espírito da gente, que falam de perto ao coração, (...) Sente-se ali a preocupação do homem pelo homem. O interesse humaníssimo pelos que vieram à vida com o desígnio tristíssimo de não vivê-la, de não senti-la. (...) O doente de lepra vai ter sua morada. Higiénica, confortável, tranquila. Sobretudo sua. Onde tem a certeza de que não é motivo de nojo. Onde ninguém se afastará à sua passagem. Onde todos se apertam as mãos sem receio de um contágio trágico. Onde finalmente ‘todos são iguais’ porque todos trazem um estigma doloroso.¹⁷

O médico se refere à colônia como o lar do doente e dimensiona de forma bastante precisa o medo que as pessoas tinham do contágio da doença, ao mesmo tempo em que nos informa sobre a humilhação a que eram submetidos os doentes. Para ele, essas humilhações dificultavam a vida desses sujeitos enfermos numa sociedade que os desprezava. De modo que a colônia seria um refúgio onde poderia reconstruir suas vidas com dignidade, pois, além de estarem entre iguais, a colônia contava com uma estrutura física que em nada se

[16]. A União, 16 de julho de 1941, p. 08.

[17]. A União, 11 de julho de 1941.

assemelhava às longas enfermarias brancas e monótonas dos hospitais convencionais, ao contrário, era um lugar “alegre, saudável, onde os pavilhões ‘Carville’ e demais dependências tomam um aspecto de vilarejo florescente, iluminado pelo sol e pela eletricidade”.¹⁸

A colônia havia sido projetada com a finalidade de oferecer todos os meios necessários para convencer o doente de que ali era o melhor lugar para ele viver. Pois, na colônia, teria mais conforto, não precisaria se esconder em lugares hostis e insalubres, mas poderia conviver em sociedade com outros doentes, além de desenvolver alguma atividade para a qual tivesse habilidade, ou seja, teria uma vida diferente daquela caso ficasse mendigando a compaixão dos sãos pelas ruas da cidade ou isolado em hospitais. Há, portanto, uma tentativa do autor do artigo de convencer os doentes e a sociedade em geral de que isolar seria a única forma de conter o avanço da doença.

A área do complexo da Colônia Getúlio Vargas contava, na sua inauguração, com doze casas para os internos casados e cinco pavilhões para abrigar os demais pacientes, separados por sexo, além de um prédio com dois andares para a administração, um refeitório, a cadeia, o parlatório, um ambulatório médico, um viveiro de peixe, um forno de lixo e um pavilhão de dois andares, onde posteriormente seriam instalados o cinema, o bar, a biblioteca, a sinuca, a barbearia e a alfaiataria. Essa estrutura, no entanto, iria sofrer alterações na medida em que passou a ser habitada pelos pacientes, os quais foram desenvolvendo atividades agrárias de subsistência, como a criação de animais (vacas, galinhas, porcos) e o cultivo de frutas e hortaliças, bem como a construção da Igreja de Nossa Senhora das Graças, local de celebrações das missas semanais e dos vários casamentos realizados entre os internos. Desde a sua inauguração em 1941 até o ano 2000, foram internados 407 pacientes.

[18]. *Ibid.*

Alguns passaram poucos anos, outros viveram quase toda a vida nessa “cidade dos doentes”, como João Batista costumava se referir à colônia, em seus relatos de memória. Muitos casaram, construíram famílias e envelheceram no lugar que lhes conduziram ao processo de (re)construção de uma nova vida, a partir da inserção desses doentes em um novo contexto, que, por sua vez, possibilitou novas formas de se relacionar com seus corpos, com os outros e com o mundo.

O ENCONTRO COM A COLÔNIA: UMA NOVA EXPERIÊNCIA

Já eram quase onze horas da manhã quando a ambulância que transportava João Batista cruzou o portão do Asilo-Colônia Getúlio Vargas. A primeira coisa que ele deve ter visto ao entrar foi o dístico colocado em seu pórtico: *Aqui renasce a esperança*. Aquela mensagem com objetivo de levar conforto às almas aflitas e angustiadas dos infelizes que ali chegavam só ganharia sentido para João algumas horas depois de sua entrada, quando o diretor do asilo, o médico Alberto Fernandes Cartaxo, percebendo que ele não sabia ler, informou seu significado. E foi com essa esperança que João suportou seu longo e doloroso tratamento e se permitiu viver o que ele nomeou de “anos felizes” de sua vida.

O (re)nascido para dentro daquela vida, para dentro daquela “cidade”, o transformar-se em cidadão daquele mundo representava para todos os doentes, um fora de rotina, não só para aqueles que estavam chegando como para aqueles que só observavam ou recepcionavam. Após ser retirado da ambulância, João lembra que seu trajeto pelo pátio central, seguindo pelo pavilhão masculino para chegar à enfermaria, foi feito sob o olhar atento dos demais pacientes que por ali transitavam. Todos paravam, por alguns minutos, o que estavam fazendo para olhar o novo hóspede.

Por mais que as chegadas dos doentes fossem algo ordinário, do cotidiano da colônia, a chegada de mais um doente atraía um quê de curiosidade, atraindo atenções e interesses dos demais sujeitos que viviam naquele lugar. Todos pareciam querer saber como aquele doente estava, de onde tinha vindo, qual o tipo da sua doença, se tinha família, se estava precisando de algo, etc. Pelas narrativas dos nossos colaboradores, percebemos que o momento envolvia a curiosidade, mas também solidariedade e acolhimento, queriam de alguma forma fazer com que aquele novo integrante se sentisse pertencente àquele lugar e àquela vida. O que nem sempre era possível, pelo menos no início.

João Batista descreve o início de sua vivência na colônia como algo positivo. Esta, no entanto, é uma elaboração posterior ao vivido. Talvez a saudade que sentia da família, que ele mesmo relatou ao diretor nos primeiros dias de internamento, não tenha sido tão facilmente superada. Embora que, no caso de João Batista, tenhamos que considerar a situação de uma pessoa que esteve internada na colônia durante praticamente toda sua vida—de seus 70 anos, 45 foram vividos na colônia⁻¹⁹ e que sentiu de forma muito agressiva a rejeição da sociedade quando foi diagnosticado com a doença. Há, portanto, o desejo de dar sentido, coerência, de extrair uma razão para sua experiência. Nesse percurso, como enfoca Michael Pollak, a memória se configura então como:

Elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

[19]. Está incluído aqui o período que João permaneceu na colônia após o fim do isolamento compulsório.

No caso de João Batista, percebemos essa tentativa quando ele descreve a mudança na sua vida a partir da internação: “Mudei muito, aprendi a ser uma pessoa melhor, eu era danado demais, ruim mesmo, mas o sofrimento e a disciplina que tinha aqui me fizeram uma pessoa mais calma, melhor mesmo”.²⁰ Hoje ele diz que, apesar do sofrimento, a colônia sempre foi seu lar, que foi na colônia onde construiu as melhores amizades, onde casou e envelheceu; acredita, portanto, que não teria chegado aos 70 anos se não estivesse ali. Esse é o lugar de onde João Batista fala e é a partir desta perspectiva que ele procura construir a narrativa de sua história de vida.

João já havia vivenciado o rompimento de seus laços familiares – segundo sua narrativa, seu pai, José Antonio, tinha ido embora quando ele tinha sete anos, deixando ele, sua mãe e sua irmã sem muitas notícias – no entanto, a separação ocorrida naquele posto de saúde teve um outro significado para o menino. A partir daquele momento, se ausentaria da convivência com a família e da vida que ele conhecia como sua, significava a morte de uma vida cotidiana. Aquele seria um ponto específico que constituiu uma fissura na quase continuidade que João imaginaria se estabelecer na sua vida. Desse modo, elege aquele evento como definidor dos rumos que sua vida tomaria daquele dia em diante.

Acredito que esteja aí a razão de, tantos anos depois, nas situações em que me narrou sua história, sempre elege esse episódio como ponto de partida da sua narrativa quando se referia à sua relação com a doença e a família. A maneira como sempre narrava a situação vivenciada naquele posto, carregada de detalhes, que ele foi construindo e reconstruindo ao longo de sua trajetória, permitiu também que a cada momento de sua vida relevesse aquela experiência de outras formas. Ao revisitar as suas impressões, lembrando e esquecendo, rompendo com alguns significados e estabelecendo outros,

[20]. *Ibid.*

construiu vários sentidos para sua relação com a colônia ao longo de sua vida.

E, assim como João Batista, todos que ali chegavam reiniciaram uma vida na colônia. A partir do momento que atravessavam os portões, deixavam uma vida para trás e passavam a construir uma nova vida, que não se daria sem dificuldades e frustrações, visto que invariavelmente, as narrativas sobre os primeiros contatos com aquele novo mundo eram marcadas pelas dificuldades de adaptação e aceitação de sua nova realidade, sendo identificada por todos como uma mudança difícil. Embora, é claro, que alguns tivessem apresentado maior dificuldade do que outros em aceitar e se adaptar à nova vida.

Analisando o depoimento de João Batista e outros doentes que foram isolados, não restam dúvidas de que os doentes tiveram que carregar o estigma, a condenação social e a solidão imposta pelo isolamento. No entanto, concordamos com a historiadora Keila Carvalho (2012) quando defende em sua tese que, para além de um discurso de vitimização, há um complexo processo de construção dessas memórias, saturadas de ambiguidades, ajustes, astúcias, adaptações, angústias e dores, que expõe as várias articulações feitas por essas pessoas. Ignorá-las seria o mesmo que negar sua condição de sujeitos ativos da história.

Ou seja, ao lançarmos questionamentos como: o isolamento era a única alternativa? Os doentes precisavam passar por essa experiência? Como reparar os “traumas” sofridos por esses pacientes? Talvez a resposta mais rápida e fácil fosse condenar todo o aparato profilático, as políticas públicas, os governantes, os médicos e a própria sociedade que, amedrontada diante de uma doença que não se sabia ao certo como transmitia e nem como curava, permitiu o isolamento daqueles doentes. Sendo assim, ao divulgar as estruturas de isolamento e conscientizar a população de sua ineficácia, acreditava-se que o problema estaria resolvido.

No entanto, as relações entre os sujeitos doentes, a própria doença, a sociedade e as instâncias promotoras da saúde pública são muito mais complexas. E, enquanto historiadores, não podemos deixar de considerar que, para além da funcionalidade do aparato profilático ou do interesse na construção da memória sobre determinado evento, existe a experiência individual dos sujeitos, que não se reduz às concepções coletivas. Trata-se antes de estabelecer limites entre os níveis propriamente sociais e individuais e considerá-los um campo aberto onde se trava o diálogo entre o enfermo, sua enfermidade e o mundo que o cerca.

Superando o drama do processo de exclusão social a que foram submetidos e, para além do sofrimento vivenciado, é preciso alcançar outras histórias que fazem parte da experiência dos sujeitos na construção de si próprios. Insistir somente nessas histórias que vitimizam é superficializar a experiência dessas pessoas, é tirar a força do sujeito ativo e negligenciar muitas outras histórias que compõem essa trama. Pois é evidente que a vida das pessoas acometidas pela lepra, especialmente no período do isolamento compulsório, é marcada pela dor e estigma, mas há outras histórias que não são sobre dores, e é igualmente importante escrever sobre elas, até porque os sujeitos internados que participaram dessa pesquisa, em sua maioria, buscaram narrar suas memórias resignificando seu sofrimento e apresentando-se como sujeitos que, mesmo na adversidade do isolamento, tentaram viver seguindo, como eles sempre falavam, “o ritmo da vida normal”, exercendo suas funções para a manutenção da colônia, comemorando a vida.

Nesse sentido, concordo com a historiadora Keila Carvalho (2012) quando compreende a colônia como um lugar que:

Embora representasse a perda da liberdade do indivíduo e de seu direito sobre o seu próprio corpo, proporcionava uma espécie de retomada da trajetória

de vida interrompida pelo isolamento. Por isso, é possível afirmar que a maioria dos indivíduos segregados reaprendeu a viver dentro do contexto da colônia. Esse “reaprender” significava, muitas vezes, reproduzir determinados padrões, comportamentos e ações do mundo exterior, daquele espaço do qual foram retirados e ou expulsos. (CARVALHO, 2012, p. 73).

As práticas sociais conferiam normalidade e intimidades àquele novo mundo em que estavam, fosse um casamento, o domínio com os amigos, uma sessão de cinema, a missa aos domingos, as comemorações em datas como São João, os bailes de Carnaval, os festejos de final de ano e outras formas de socialização, que servem justamente ao propósito de repensarmos essa visão unilateral, maniqueísta do isolamento exclusivamente como o lugar do sofrimento, da tristeza, ou do “depósito de humanos”, mas ao contrário nos serve para questionarmos esse discurso e visualizarmos outras possibilidades encontradas por aqueles indivíduos que tiveram seus destinos mudados pela doença, mas elaboraram estratégias de existência e reconstruíram suas trajetórias de vidas.

Ficou bastante claro pelas narrativas que, mesmo tendo sido afastados da família e de tudo que compunha seu mundo, esses sujeitos encontravam na Colônia alternativas para refazer suas vidas e criar novos laços afetivos. As atitudes e discursos dos doentes diante de sua internação sofrem deslocamentos no decorrer de sua vida, pois os sentimentos são múltiplos, mutáveis, ambivalentes e, muitas vezes, conflitantes. Ao longo do tempo, um discurso de negação daquela nova condição de vida vai se transformando em aceitação. Mas, apesar de demonstrarem que passaram a gostar de estar ali, que aquele é seu “mundo”, algumas narrativas são marcadas por lamentos, às vezes sutis, às vezes de forma mais agressiva, pelo fato de terem sido separados da família ou, em outros casos, pelo fato de a própria família tê-los abandonado, de os amigos os marginalizarem.

Essa sensação de abandono familiar, de marginalização social está presente em quase todas as narrativas. Com o passar do tempo, seus parentes paravam de visitá-los, talvez desestimulados pela própria forma de visitação, os parentes se sentiam cada vez mais distantes dos doentes, visto que, ao visitá-los, eram separados por uma parede de vidro que não permitia contatos mais próximos, como um abraço, um beijo, ou seja, eles apenas expressavam seus sentimentos com um olhar, com uma mão colada no vidro gelado que parecia querer afagar um filho, um irmão ou uma esposa. Esse distanciamento físico, com o tempo, proporcionava um distanciamento afetivo, uma desidentificação com aquela vida do outro lado, e os próprios doentes iam estabelecendo novos vínculos afetivos com a convivência diária com os internos, que, por sua vez, duraria toda uma vida.

A sociedade se tornou seu algoz, e a colônia seu porto seguro, sua salvação material e simbólica. Neste sentido, são recorrentes afirmações do tipo: “a sociedade nos rejeitou”, “o preconceito lá fora era muito grande”, “ninguém queria a gente perto não”, “com essa doença, não tinha como viver lá fora, não”. A recorrência ao não é fundamental nessas narrativas para expressar o sentimento de lamento pela rejeição social e familiar e, ao mesmo tempo, para contrapor a ideia de abrigo e acolhimento que tiveram na Colônia. Dessa forma, os discursos sobre a Colônia têm uma espessura de ambivalência, que vislumbra abandono e abrigo ao mesmo tempo.

Embora a vida isolada na Colônia apareça no discurso daqueles que hoje lutam pelos direitos dos hansenianos e pela conscientização da sociedade como algo desumano, cruel e intolerável, para muitos pacientes, sobretudo, para aqueles que sofreram de forma mais contundente a perseguição e o desprezo das pessoas sadias após a descoberta do diagnóstico, impedindo-as de compartilhar dos mesmos espaços, o isolamento representou um refúgio, um recomeço. A julgar pelas narrativas dos sujeitos da nossa pesquisa e das fontes pesquisadas, temos uma percepção do que era ser esse “outro” rejeitado

e estigmatizado pela sociedade. Segue abaixo um trecho da palestra proferida pelo Dr. Octávio de Oliveira, diretor da Saúde Pública do Estado, no qual agradece a intervenção dos Governos Federal e Estadual para a construção do leprosário. Seu agradecimento se dá não porque, ele como médico, acreditasse que a instituição traria algum benefício para o doente e para a doença, mas porque traria “alívio” para a sociedade, que não mais teria que conviver com:

O aspecto hediondo das deformações morphéticas, que os seus olhos por vezes deparavam. Não mais o risco de contágio com que os instintivos reclamamos de sua saúde ameaçada tanto se arrepiavam. Não mais a indizível e repugnante perspectiva de se ver no bonde, no ônibus, no trem, nos cinemas, nos cafés, nos restaurantes, lado a lado com quem lhe infectaria o ambiente e lhe povoaria de pavores e de trépidas apprehensões o espírito que tão amavelmente sahira à rua na prelibação das boas horas aprazíveis e amenas. Que bom!... Quanta tranquilidade restituída ao coração. Até que enfim a sociedade se sentirá protegida e amparada nos seus anseios de viver sem feias coisas horripilantes que lhe estragavam o lindo panorama da vida, liberta finalmente do fantasma lívido da lepra tão nefasta, tão repelente.²¹

As “feias coisas horripilantes” às quais o médico se refere eram pessoas que tiveram a infelicidade de serem acometidas por uma enfermidade incurável até aquele momento e que lhes deixava marcas em seus corpos, as quais mais do que agredir os seletos olhares dos sadios, feriam sua alma, pois aquelas marcas eram o carimbo que autorizariam a sociedade a rejeitá-los, marginalizá-los, estigmatizá-los, tratá-los como párias. Portanto, não é de desconsiderar que as narrativas desses sujeitos nos mostrem que, a partir do momento da inter-

nação, o doente passava a ver a exclusão como algo que era externo à Colônia, ou seja, no leprosário não eram vistos como indesejáveis pelos outros e sim tornavam-se membros de uma comunidade, ligados por sentimentos de identificação e reciprocidade. Desse modo, é possível afirmar que os internos construíam, a partir desta oposição entre exterior/interior, um sentimento de identidade e pertencimento à Colônia.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)**. Tese (Doutorado em História)—Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

CUNHA, Vivian da Silva. **O isolamento compulsório em questão. Políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941)**. Dissertação (Mestrado em)—Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

CURI, Luciano Marcos. O corpo e a doença na História: confluências sobre a lepra. **Revista Alpha**, Ano 9, n. 9, p. 82-99, nov. 2008.

DINIZ, Orestes. Suicídio na lepra. **Boletim do Serviço Nacional de Lepra**. Ano XXIV, n. 1-4, Rio de Janeiro, 1965, p. 47-74.

MACIEL, Laurinda Rosa. **Em defesa dos sãos perde o lázaro a liberdade: uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil (1941-1962)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.

[21]. A União, 18 de março de 1936, p. 03.

CAPÍTULO 8

MEMÓRIAS DE UM “MAU LUGAR” ENTRE PALAVRAS, LEMBRANÇAS, TENTATIVAS DE ESQUECIMENTO E HIGIENIZAÇÃO

YAGO FELIPE CAMPELO DE LIMA¹

“Essa artéria [a rua Almirante Barroso], que já estava condenada ao desprezo da cidade, retoma a sua posição de ovelha branca, graças à ação destemida do delegado Veras que, qual novo Jesus, concedeu-lhe a redenção, purificando-a, livrando-a do fogo do inferno, do pecado e da maldição.”

(VANGUARDA, 12 de agosto de 1973)

“Jesus lhes disse: digo a verdade: os publicanos e as prostitutas estão entrando antes de vocês no Reino de Deus.”

(Mateus, 21: 31)

PENNA, Belisário. O problema brasileiro **da lepra**: o município da Redempção. Fundo Pessoal Belisário Penna, série Produção Intelectual, subsérie Trabalhos Intelectuais. BP/PI/TP/19310519. (Departamento de Arquivo e Documentação – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz). s.d. p. 2-3.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, 1992, p. 200-212.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Do que falamos quando empregamos o termo ‘subjetividade’ na prática da história oral?” *In*: LAVERDI, Robson *et al.* **História oral, desigualdades e diferenças**. Santa Catarina: Editora da UFSC; Recife: Editora da UFPE, 2012. p. 83-96.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

[1]. Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru-FAFICA. Mestre em História pela UFPE.

Na definição do dicionário de língua portuguesa *Aurélio*, uma rua é uma “via pública para circulação urbana, total ou parcialmente ladeada de casas”. Para nós, ela extrapola esse limite do físico, do estrutural, da descrição, da definição proposta pelo glossário. A rua está para além dessa significação em termos culturais, pois comporta os elementos do sensível, que estão longe de qualquer redução e simplificação, como temos defendido até aqui. Há, nas ruas, representações e sensibilidades, palavras e lágrimas, amor e ódio.

A tão famosa e decantada rua Almirante Barroso² era mais que um simples espaço para circulação humana, ou um amontoado de casas congregadas em um determinado espaço, ela era a síntese de uma série de questões sociais, culturais, econômicas, portanto, históricas, era um lugar de representação, um lugar marcado no imaginário social e individual de muitos habitantes da urbe.

Entendemos aqui por imaginário “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2012, p. 43). É por meio das representações que compõem o imaginário, que os humanos leem o mundo, às coisas, e (re)interpretam fatos, vivências e experiências e dão sentido a suas existências.

A Almirante Barroso, além de ser uma das ruas a compor a cidade, era um espaço marginal dentro dos limites da “boa” sociedade caruaruense. O lugar de um grupo de mulheres literalmente marginais, no sentido de estarem à parte de algo, às margens de uma

[2]. A mais importante rua de nossa dissertação, lugar onde estavam localizados os principais cabarés da cidade de Caruaru- PE à época de nossa pesquisa (1960/70) e suas mais diversas práticas de prostituição, dignas de “combate” e alvo de uma enxurrada discursiva, que discutimos e problematizamos ao longo do fazer dissertativo. A referida rua, hoje, chama-se Benjamin Larena.

série de coisas dentro da urbe que habitavam, aquela era uma rua de mulheres destoantes de uma “ordem” cristalizada e pretendida, de práticas condenáveis.

Era um lugar de exclusão, o território de mulheres que detinham condutas não condizentes com a vontade moral de uma certa elite cidadina, juntamente com a vontade moral religiosa hegemônica, sendo assim o “comportamento desses grupos não se identifica com o das classes dominantes. Nítido é o divórcio”, e, portanto, “digno” o combate entre o que se chama de grupos marginais e os civilizados, os bem-nascidos da urbe, pois acredita-se que tais seres “não apenas ameaçam a estabilidade social, mas também começam a subverter o equilíbrio da cultura dominante” (PEREIRA, 1968, p. 22).

Lá, na rua Almirante, naquele espaço de prostituição, estava a autêntica prostituta, vinculada indissociavelmente ao seu meio marginal. De lá do meio marginal, seja de espaços aqui em Caruaru ou de qualquer outro do mundo “raramente escapa. De lá, quase sempre se origina. Lá permanece, em simbiose com o prostituidor [...] Quando de lá não provém, para lá caminha” (PEREIRA, 1968, p. 27).

Um lugar marginal, porém, com suas regras e códigos, difíceis de serem apreendidos em sua totalidade e multiplicidade, impossíveis também de serem demonstrados na sua completude nesta escrita. A rua era um espaço de sociabilidades entre as próprias meretrizes e as donas das “pensões cabarés”, muitas vezes chamadas de madrinhas, como nos conta Aleixo Leite Filho em uma de suas matérias no *Império do Sexo* e como nos contou algumas senhoras caruaruenses que se lembram muito bem da antiga rua da “zona”. Madrinhas que acolhiam pobres moças, que não eram mais virgens, nessa sociedade que supervalorizava a “honra” da mulher e, por algum outro motivo, que as fizeram trilhar pelos caminhos da prostituição e do meretrício.

Essa rua “maldita”—usando a expressão da historiadora Sandra Jatahy Pesavento -, era o antigo lugar das “mulheres da noite”, das mulheres “da vida”. Era o lugar de histórias múltiplas e complexas.

Um lugar de desigualdades, uma vez que a grande maioria, se não todas as prostitutas ali residentes, vinha fugindo da “pobreza em que se encontravam”, advinda, como vimos no percurso do estudo, das regiões mais pobres circunvizinhas a Caruaru; aquela rua era um lugar de precariedades, faltas, tristezas e incertezas. A Almirante Barroso era a síntese de tantos fluxos, andanças e permanências.

Foi o lugar dos enunciados, dos discursos calcados em uma moral única de exclusão, de não aceitação, era um dos lócus de produção de estigmas e preconceitos na cidade de Caruaru acerca da figura da prostituta. Era o lugar que ocupou inúmeras matérias jornalísticas no *Vanguarda* e no *A Defesa*³ durante toda década de 1960/70, aquela rua não era apenas um espaço, ela era sobretudo um lugar, com dinâmicas e histórias próprias, peculiares por demais, era um lugar de prostituição.

Era a rua das “confusões e brigas”, dos “vícios”, “do pecado e da maldição”. Era o lugar que ganhava espaço nas páginas de literatas caruaruenses, a exemplo de José Condé e Nelson Barbalho. Era um dos lugares de trabalho e residência das prostitutas da cidade, era o lugar das conversas nos puteiros para muitos homens, era o lugar do sexo “fácil” e pago. Um território que servia de “mau exemplo” às moças de família, o lugar de onde emanava a “podridão moral” da sociedade à época, o lugar que concentrava as práticas dignas de condenação, como lembrou o bispo Dom Augusto de Carvalho em alguns de seus escritos sobre a prostituição na cidade através do jornal *A Defesa*.

Era o lugar do “Império do sexo”, o lugar da “Mansão do Pecado”, do Nighth Club (um conhecidíssimo cabaré), lugar “decaído” de uma sociedade com aspirações à grandeza, realidade que se tornou notícia e objeto de análise nas manchetes escritas pelo escritor Aleixo Leite Filho no jornal *A Defesa*, do qual podemos, através das investigações históricas, tentar compreender como o autor pensava a prostituta e a prostituição em Caruaru nas décadas de 1960/70.

[3]. Jornais caruaruenses utilizados como fonte para a realização de nossa pesquisa.

A rua Almirante Barroso não era uma rua como outra qualquer, pertencente aos territórios da cidade “Princesa do Agreste”, ela não era uma rua “saudável”, era a rua “da zona”, como diziam os escritores dos jornais que aqui tomamos como fonte, a rua da “lascívia”, da “imundície”, da barbárie, que não combinava com uma cidade como esta. Era uma rua adjetivada, uma rua condenada. A rua da qual emanava prazer para uns, vergonha e amargura para outros, era uma rua distinta. As muitas práticas de prostituição a faziam distinta.

Era uma rua como a Geni, personagem prostituta da música “Geni e o Zepelim”, do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, “digna” de condenação por ser o que era. Assim como a Geni, as mulheres prostitutas da rua do Almirante davam-se a qualquer um que as procurasse, “de tudo que é nego torto... ela já foi namorada, o seu corpo é dos errantes, dos cegos, dos retirantes, é de quem não tem mais nada”, aquela rua dava-se “assim desde menina”, sem pudor, sem restrições.

Ela [a rua decaída], na medida em que era um “um poço de bondade”, para alguns de seus frequentadores, era para outros um de perdição, de decadência dos tempos modernos da “Princesa do Agreste” pernambucano, como diziam, por exemplo, os jornais aqui tomados como fontes, e é por isso que a cidade vivia sempre a repetir palavras de condenação, segregação.

A “prostituta”, juntamente como suas meretrizes, tão procurada e visitada, por homens tão simples e também nobres, “tão cheirando a brilho e a cobre”, era a mesma rua dos escárnios, das avacalhações, da difamação de suas prostitutas, muitas vezes por aqueles mesmos que as usavam e as procuravam com frequência para satisfazerem seus “desejos masculinos” que, incontroláveis, precisavam ser descarregados no puteiro por um preço acertado.

Assim como a Geni, a rua Almirante Barroso era incessantemente atacada discursivamente, como temos demonstrado ao longo do texto, num grande conjunto municipal, pela imprensa, pelos

políticos, com a delegacia, com tudo, estavam sempre a condená-la com seu desprezo e “esquecimento”.

Era uma rua conhecida, possível de muitas leituras e interpretações, variando de acordo com quem e como a olhavam. Como um caleidoscópio que, na medida em que é movimentado por quem o olha, permite-nos vislumbrar imagens diversas, imagens totalmente diferentes a partir do ângulo observado, imagens que se cruzam em algum momento, se replicam, se pluralizam, se condensam, se dão de diferentes formas, nos fazendo perceber a pluralidade daquilo que dizíamos ser uno. A perspectiva muda de acordo com o olhar. Assim era a rua Almirante, passível de muitas leituras.

Por isso tomamos aqui a rua da “condenação”, da alteridade descartada, a Almirante Barroso, também como um texto. Dizemos um texto, pois a possibilidade de “lê-la” torna-se sempre maior a partir dos questionamentos que lançamos aquele espaço e a sua própria dinâmica, que se apresenta de forma múltipla para nós, contando-nos histórias diferentes a partir do olhar e da sensibilidade do pesquisador.

Usamos aqui a metáfora do texto, pois acreditamos que a cidade “pode ser também encarada como um texto, e o seu leitor privilegiado seria o habitante ou o visitante, que se desloca através da cidade”, e nessa travessia, nessa caminhada, “este cidadão estaria permanentemente sintonizado com um gesto de decifrar a cidade, como um leitor que decifra um texto ou uma escrita”, sendo em muitos casos o habitante o próprio pesquisador (BARROS, 2012, p. 40).

Pesquisador e objeto de pesquisa se entrelaçam e se atravessam em uma relação contraditória, dialética, complexa, sensível, pois ao “fazer simbolicamente, a travessia pela minha cidade, sou por ela também atravessado. Atravessado por sonhos e imagens do passado e por desejos que me instigam a apropriar-se dela no presente, e quem sabe, estar sempre tramando o seu futuro” (ADILSON FILHO, 2009, p. 47), daí a possibilidade de sentindo-a, compreendê-la melhor e,

sobre ela perguntar, lançar questionamentos a partir do hoje, sobre o que foram certas experiências históricas na urbe em uma outra temporalidade, como a prostituição. É nesta perspectiva que podemos refletir sensivelmente, ler e produzir sobre o urbano.

A cidade como um texto “fala”, conta, através de seus vestígios materiais e imateriais o que foi em uma outra temporalidade, o que é agora no presente e, quem sabe, o que poderá vir a ser em um futuro breve. Assim, cada cidade:

É um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesmas, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. (PESAVENTO, 2007, p. 17).

A cidade, nessa acepção, dá-se a ler, deixa-se compreender, tornando-se o enredo de tramas históricas.

A cidade passa a ser entendida como um discurso, ora organizado e coeso, ora difuso e aparentemente solto, como um enunciado de muitas histórias, de muitas exclusões, de muitos de seus personagens excluídos, dos silenciados da história, pois tudo que a compõe diz um pouco de si. As ruas sempre “falam” muito do cotidiano da urbe.

A rua Almirante Barroso muito falava sobre o *modus vivendi* das prostitutas caruaruenses, pois a cidade, não só conta seu passado, como “ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (CALVINO, 2003, p. 16).

Ela—a rua, a cidade—é o resultado histórico de tantas outras cidades que existiram naquele mesmo território antes de hoje ser o que é. E aqui evocamos a metáfora do palimpsesto, pois ela nos elucidava

construção contínua da cidade, seus tantos enredos contados e escritos sobre si mesma e em si mesma, como um texto temporal sendo escrito pela dinâmica histórica e apagado com o passar do tempo, para que novas formas contem e (re)componham essa sempre nova urbe, pois cada temporalidade escreve uma cidade (CALVINO, 2003, p. 32).

A rua Almirante Barroso era um lugar de imagens, de representações, de discursos, construída ao longo do tempo por meio das pessoas “influentes” da sociedade e pelos comuns. Um lugar marcado na memória individual e coletiva dos moradores de Caruaru, um lugar marcado no imaginário como a rua das putas. As prostitutas estavam associadas repetidamente à rua Almirante Barroso, assim como Romeu está para Julieta, e esta associação trazia consigo uma carga simbólica e representativa e, diga-se de passagem, pejorativa. Dizemos repetidamente porque “a cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente... A memória é redundante: repete os símbolos para que a cidade comece a existir” (CALVINO, 2003, p. 25). Ela é repetida com muitas intencionalidades.

De tão repetidas discursivamente, as prostitutas caruaruenses tinham deixado uma marca profunda naquela tão difamada rua, e isso ainda hoje é verificável através das conversas dos moradores das redondezas e da própria rua, que não esqueceram o passado da rua do Almirante. O tempo, na medida em que destrói todas as coisas, conserva outras, como a memória, as lembranças, as histórias do cotidiano, que não se perdem e se fazem esquecer com tanta facilidade.

Mesmo após a transferência daquelas mulheres para o bairro do Mocó,⁴ como vimos através de nossa documentação, isso não

[4]. Local afastado do centro da cidade, às margens da BR 102, para onde foram levadas e transferidas às pressas as prostitutas residentes na rua Almirante Barroso e adjacências em 1973, sob a lógica da higienização e limpeza social. Inicialmente um lugar sem condições de habitabilidade nenhuma, como notifica o jornal *A Defesa* e o *Vanguarda* no mesmo ano de 1973, ano da “transferência”. O local será também conhecido também como “mocolândia”.

significava que as memórias e representações atribuídas à Almirante Barroso por tanto tempo iriam desaparecer, como num truque de mágica, como queriam muitos, como queriam alguns segmentos elitistas, sobretudo os urbanísticos. A rua era uma lembrança permanente, as representações não desapareceriam como as mulheres da Almirante, elas, as representações, estavam inscritas no indestrutível de uma sociedade: o imaginário.

Esse era o preço a ser pago por todo o processo contínuo de representação da rua, visando à transferência das prostitutas daquele lugar. Agora, mesmo sem elas, sem as “mulheres da vida”, a rua ainda estava associada ao seu recente passado. Os “donos” da cidade eram agora vítimas de suas criações representativas sobre as prostitutas e a rua Almirante. Desconstruir tais representações com novas era um trabalho a ser realizado, um grande trabalho.

Era preciso apagar as lembranças “sujas” daquela rua, decaída da memória da sociedade, a fim de que ela fosse “limpa” e “higienizada”, tanto moral como socialmente. Conseguiriam? Desapareceriam, em algum dia, aquelas memórias “desprezíveis”? Não estavam elas no imaginário cidadão? Como então destruí-las da história daquela rua que, agora, tentavam dizer ser “redimida”? Como “limpar e moralizar” a rua Almirante Barroso? Como fazer com que tais mulheres e práticas fossem desassociadas da rua do Almirante?

Por essas questões, no início do texto, dissemos que a rua Almirante Barroso era muito mais que só a definição do Aurélio, por comportar todos esses elementos que outras ruas “normais” não possuíam e nem serem objeto de preocupação de vereadores, prefeito, delegados e da imprensa escrita da cidade naquele momento, como só aquela estava sendo. Essa é uma questão central de nossa trama, pois nos revela histórias e intenções, bem como nos diz que a história de prostituição na urbe deveria ser apagada.

Essa tentativa de “apagar” o que era a antiga Almirante Barroso começará em 12 de agosto de 1973 e se dará também a partir do discurso, das palavras por quem detém o poder citadino, o poder discursivo de dizer sobre o outro, sobre as coisas, sobre os espaços da cidade, sobre o que deve se efetivar como “verdade” ou “não verdade”, de decidir como materialmente a cidade deve se constituir.

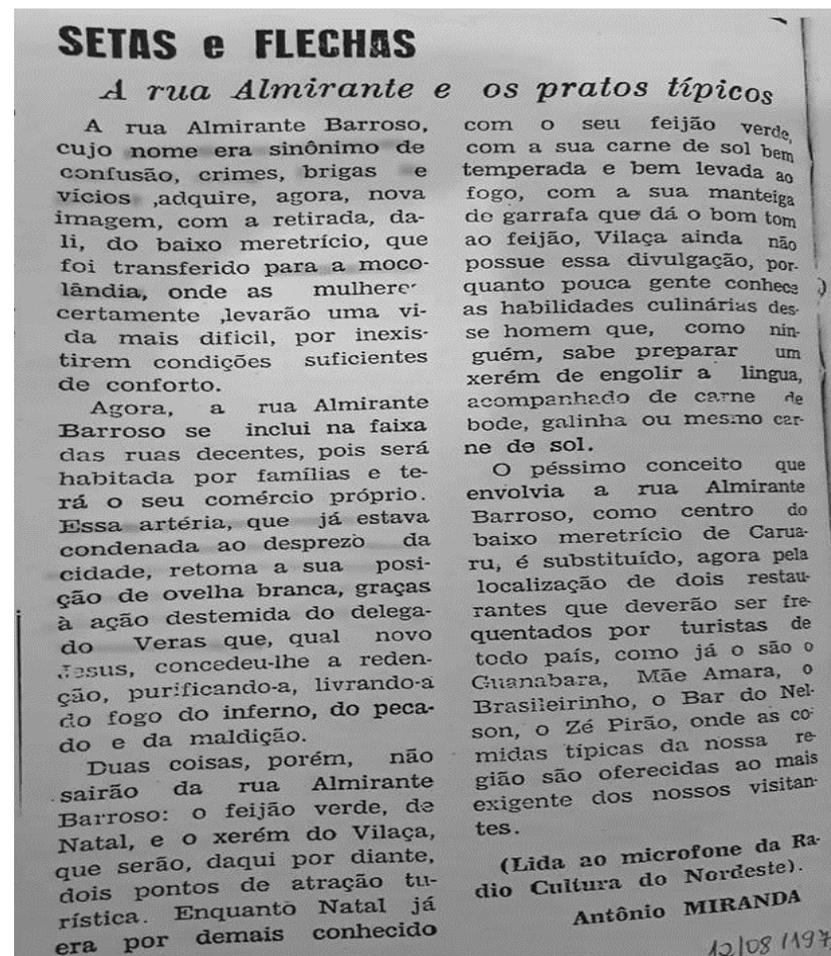
Aqueles que “detêm o poder, estabelecem os registros de linguagem que definem e atribuem sentido à realidade, expressando o resultado de um enfrentamento de forças que têm lugar no plano das relações de poder” (PESAVENTO, 1999, p. 196), e é por meio do poder discursivo que também alguns segmentos da elites produzem “imagens sobre a cidade que se concretiza na própria identidade dos seus habitantes” (ADILSON FILHO, 2009, p. 38), embora muito desse enunciado seja (re)significado por seus moradores, como nos alerta o historiador Roger Chartier, a fim de que não pensemos que a população é apenas refém das criações representativas.

É por meio das palavras, do discurso, que se confere sentido às coisas, ao mundo, daí a nossa atenção para o discurso, para aquilo que é dito tanto pela escrita como pela fala, porque “o poder quase mágico da palavra em definir o real é introjetado, difunde-se, socializa-se e pode ser incorporado pelos próprios habitantes de tais lugares condenados”, a exemplo da rua Almirante Barroso (PESAVENTO, 1999, p. 197).

Após a “transferência” da “zona do baixo meretrício” que ocupava a Almirante Barroso para as redondezas do Mocó, no dia 12 de agosto de 1973, no jornal Vanguarda encontraremos uma matéria escrita por Antônio Miranda na coluna Setas e Flechas, intitulada de “A rua Almirante e os pratos típicos”, que nos trará algumas importantes informações sobre o que significava, na concepção do autor, a presença das prostitutas na rua Almirante Barroso e o que começa a pensar ser agora a dita rua sem a presença de tais mulheres.

Vejamos:

FIGURA 01- COLUNA SETAS E FLECHAS



Fonte: Jornal Vanguarda de Caruaru, 12 de agosto de 1973.

É interessante perceber como, intencionalmente, as palavras são colocadas na matéria deste dia, poucos dias após a chamada trans-

ferência. Até então, a referida rua sempre era associada, em todas as matérias desde a década de 1960, à rua da “perdição”, das prostitutas, das mulheres levianas, das orgias, do “Império do sexo”, da difamação, do lamaçal de pecados, como demonstramos até aqui, porém agora, neste novo enunciado do dia 12 de agosto de 1973, a rua “condenada” adquire uma nova adjetivação.

O autor da matéria, o Antônio Miranda, a intitula de “a rua Almirante e os pratos típicos”, coisa inédita em todo esse processo. Pela primeira vez em nossas análises, a partir do acervo documental a que tivemos acesso, a Almirante Barroso é mencionada e associada a qualquer outra coisa, menos a prostituição, e tal escrita é de suma importância, pois é por demais significativa e indicativa, convidando-nos a uma problematização.

Como, em praticamente doze dias, a rua das prostitutas e “putas”, como chamavam alguns, era agora o lugar dos pratos típicos? A quem e a que atendia esse novo enunciado, quais projetos de poder e concepção de espaços públicos permeavam aquela escrita tão aparentemente inocente e apenas “informativa”?

É interessante perceber que:

Todo nome anuncia um desejo de controle. A nomeação é a face mais visível do nosso sonho de identidade, da nossa vontade de pertencimento, pois nomear é buscar identificar as coisas. As razões da nomeação, no entanto, podem variar. Colocando os nomes em camadas, por exemplo, podemos nomear com o intuito de afirmar histórias, mas, por outro lado, podemos renomear com o desejo de rechaçá-las. (DUARTE *et alli*, 2014, p. 13).

Não era ingênuo o vocábulo, como dito na citação anterior, podemos (re)nomear com o desejo de rechaçar alguma coisa ou alguém. Neste caso, era aqui pela escrita uma tentativa de abandonar

o passado e tentar a construção de uma nova identidade para aquele lugar de Caruaru. A palavra era, portanto, neste escrito, uma arma, um dos mecanismos de luta e combate dentro da cidade.

Não era que a “rua” tivesse se desfeito de uma de suas histórias mais marcantes, se desfeito de suas prostitutas em basicamente uma dezena de dias. Era a intencionalidade do discurso que atravessava aquele enunciado. Na escrita que se segue na matéria, havia a intencionalidade do autor e das forças as quais atendia e estava ligado, era o não dito e o pretendido para a construção de uma rua “decente”, que estava no meio do centro comercial de Caruaru.

Não era sem intenção que a rua Almirante estava sendo agora ali, no mesmo jornal que antes a condenava—o jornal *Vanguarda* de Caruaru -, sendo tratada como a rua das comidas típicas da cidade. Não acreditamos na ausência de intencionalidade, até porque “mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não permutabilidade” (FOUCUALT, 2014, p. 38). Há muito mais entre os aparentes espaços vazios que separam uma linha e outra em uma construção discursiva.

Para o autor da matéria, a rua Almirante Barroso quando comportava as prostitutas era “sinônimo de confusão, crimes, brigas e vícios”, era um lugar decaído da cidade, assim como aquelas mulheres de “má fama”. Porém, agora “com a retirada dali, do baixo meretrício que foi transferido para a mocolândia”, a rua “se inclui na faixa das ruas decentes, pois será habitada por famílias”.

A prostituta, para o autor, é o oposto da decência, da moralidade, da ordem. A família da prostituta não é reconhecida como tal, uma vez que o comentarista nos diz que agora, e somente agora, a rua será habitada por famílias. O que é uma família senão a união de mãe, filhos, pais e sobrinhos, como tinham aquelas prostitutas que ali residiam? Não tinham também famílias aquelas “desgraçadas”, como notificara *A Defesa* no período da transferência?

Quantas não mantinham sua gente com o dinheiro da rua da zona, como nos disse Agostinho Batista em sua escrita, no dia 14 de julho de 1973, no jornal *A Defesa*? Qual o modelo de família que trazia o comentarista para afirmar que agora, após a transferência da zona para outro lugar, a rua Almirante seria habitada por “famílias”?

O autor, Antônio Miranda, continua a nos falar que agora aquela “artéria” de nosso município, que estava “condenada ao desprezo da cidade, retoma a sua posição de ovelha branca, graças à ação des-temida do delegado Veras. Era desprezada pela cidade, como disse o escritor, mas era e foi o alvo de uma longa jornada discursiva, jornada esta que visava contribuir para a mudança das prostitutas para um outro lugar, que não o coração visível da cidade. A sociedade passa a ser entendida aqui como ambígua, contraditória e complexa.

Para o Miranda, a ação do delegado foi a “redenção” daquele lugar, que comportava o nome de alguém tão “importante”, um almirante. A redenção era o perdão, a limpeza, era o esquecimento de “traumas” tão recentes, que o comentarista já se propusera a tentar fazer a sociedade esquecer. Bem mais que uma simples ação de transferência, o delegado Fernando Veras tinha feito um ato de “moralização” para aquela cidade, que se via e queria tão desenvolvida, que aspirava ao progresso.

Era uma espécie de limpeza social, de poda social—agora pelo discurso, pelas representações que comandavam práticas -, cujas ervas daninhas eram as prostitutas que prejudicavam o desenvolvimento daquela cidade “moderna” e “bela” como um jardim. A rua Almirante Barroso agora não era mais uma ovelha negra da cidade, mas sim uma “ovelha branca”, graças aos “trabalhos” das autoridades competentes do município. O autor não nos nega as palavras, é só observarmos com atenção o que diz a publicação.

A ação do delegado, para o autor, “qual novo Jesus, concedeu-lhe a redenção, purificando-a, livrando-a do fogo do inferno, do pecado e da maldição”. A rua Almirante Barroso agora podia sentir-

-se uma rua, uma rua moralizada, pois a salvação havia chegado: a expulsão das prostitutas de seus espaços, o pecado que ali antes habitava fora exorcizado. Parece-nos que o autor esqueceu as palavras do próprio Cristo no evangelho de S. Mateus, capítulo 28, versículos 30-32, uma vez que comparou o delegado Veras a Jesus.

Cristo, diferente do delegado Veras, em seus ensinamentos através de suas parábolas, disse que as prostitutas precediam os ouvintes “santos”, naquele momento, ao Reino Divino, pois João Batista havia pregado e agora ele pregava e ninguém “se arrependeu”, mas os excluídos da sociedade, os estigmatizados, a exemplo de nossas prostitutas, ouviram o Cristo, daí pertencerem também ao Reino dos Céus. A comparação do Antônio Miranda não foi feliz em sua colocação, a partir de nossa compreensão. Entre as palavras e ações do delegado Veras e as de Cristo, havia uma profunda separação de sentidos.

Não mais o inferno, nem a condenação, agora aquela rua tão “depravada” durante tanto tempo tinha obtido a remissão. Condenadas mesmo estavam as prostitutas. Condenadas às precárias condições do Mocó, condenadas pelos julgamentos citadinos, condenadas à marginalidade, às margens da “boa” sociedade caruaruense dos anos 1970, regada pelas influências da ditadura militar brasileira, que apresentava um projeto de ordem, moral e condutas a serem seguidas, obedecidas, sem questionamentos.

Agora a Almirante Barroso era o lugar do “feijão verde, de Natal e o xerém do Vilaça, que serão daqui por diante dois pontos de atração turística”. Aquele “velho” conceito que “envolia a rua Almirante Barroso, como centro do baixo meretrício de Caruaru, é substituído agora pela localização de dois restaurantes que deverão ser frequentados por turistas”, era o que dizia a matéria.

Havia nitidamente uma tentativa de se apagar a memória passada daquele lugar, uma memória “vergonhosa” para alguns e prazerosa para outros. Era a desconstrução de um lugar, de um lugar

que comportava muitas histórias, sensibilidades e sociabilidades, que aqui tentamos recuperar.

Aquela rua agora deveria ser uma outra rua, “decente”, onde famílias poderiam habitar, pois as “desordeiras” não estavam mais ali para envergonhar a população de bem que morava em suas redondezas. Como já percebemos no primeiro capítulo, a rua Almirante era um incômodo no espaço central da urbe, daí a transferência de suas meretrizes para um outro lugar menos “visível”, que foi o Mocó, o novo lugar das “moças” da antiga rua da zona.

Diferente dos becos de Porto Alegre, a rua Almirante Barroso não seria destruída, mas seria “apagada”, seria reinventada, ela seria adornada com vestes novas que lhes encobrisse o passado prostituto da rua. Essa reinvenção começaria pela mudança de seu nome, era a proposta do prefeito João Lyra Filho ainda em novembro de 1973, ano da transferência. Ela não deveria mais se chamar Almirante Barroso, pois todas as representações de prostituição da cidade estavam associadas a ela, agora a rua “limpa” e higienizada deveria se chamar BENJAMIN LARENA.

A mudança do nome é significativa, pois ela evoca os projetos de espaços que se pretendem criar, bem como a anulação de uma identidade histórica forjada pelo tempo para a rua Almirante. A mudança do nome da rua era uma tentativa clara de “esquecimento”, uma tentativa de apagar certos espaços e suas lembranças de prostituição nos territórios da cidade, como nos mostrarão os projetos de leis criados na Câmara de Vereadores.

Como “a linguagem é uma arma, quando renomeamos o espaço, não o preenchemos apenas de palavras, mas sim de um *corpus* de significação. Com um novo nome, acreditamos, por vezes que erguemos uma barricada” (DUARTE *et alli*, 2014, p. 15). Por isso, a palavra nesse sentido é de suma importância, pois nos permite compreender a intencionalidade da ação, a palavra torna-se representação de algo, torna-se a presentificação de ideias e projetos, a palavra:

Sua função nominalista de identificar os dados do real, é também uma forma de qualificar o mundo, dando sentido e pautando as ações sociais. Este processo de outorga de significados é, pois, criador de realidade e instaurador da coerência que organiza a percepção do mundo. É atividade humana por excelência e, como tal, social e histórica. Tais considerações implicam admitir que uma mesma palavra pode comportar significados diferentes conforme o momento de sua enunciação. (PESAVENTO, 2001, p. 99).

Há, portanto, uma luta por meio das representações, de representações múltiplas em torno da Almirante Barroso, das quais as elites políticas tornaram-se reféns de todas as representações construídas com sua ajuda sobre a rua condenada e suas prostitutas. Desconstruí-las será um processo imediato e contínuo, um processo cujos artífices serão o prefeito da cidade e seus vereadores, e não sem uma intencionalidade.

A nova rua Almirante, “limpa e higienizada” sem a presença das prostitutas, precisa ser mais uma vez “construída” e inventada, inventada com novas representações, com novos adornos para atender a um determinado fim, daí pensarmos as representações estritamente associadas a uma relação de poder e dominação, numa relação de forças entre poderes conflitantes dentro da urbe, e não apenas como as matrizes geradoras de condutas que, de fato, são.

Aqui, evocamos o historiador francês Roger Chartier, pois acreditamos como ele que as:

Percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Por isso, temos defendido que esta “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (id. ib.). Há, portanto, pelas representações, um cuidado que extrapola o visto, o escrito e o dito sobre nossas prostitutas. As representações demonstram vontades de poder, demonstram construções discursivas que atendem a uma lógica de dominação por parte de quem as forja. Logo, ao se tramar a mudança do nome da rua Almirante Barroso, após a transferência das meretrizes para o Mocó, pelas representações que serão construídas para aquele “novo lugar” se dará um caminho de construção de uma nova realidade para um espaço citadino.

As representações criam, legitimam lugares e novos lugares, rotulam, inventam sujeitos, oficializam práticas, condenam outras, no mar das representações estão mergulhados seus criadores, os sujeitos citadinos, que também as (re)significam. Todos os habitantes da urbe, muitas vezes, nem percebem as enxurradas representativas sobre tudo que os cerca e os molda, e em alguns casos comandam suas ações e práticas mais pessoais, como as coletivas. Tamanho é o poder das representações que comandam práticas dentro das cidades, dentro do social, por isso:

Ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social—como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas -, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Tomamos tal discussão a partir do historiador Roger Chartier a fim de superarmos os bizantinos debates em torno das “objetividades” das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela

que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e das subjetividades das representações, tomadas por alguns como irreais e irrelevantes para a compreensão da história e da produção acadêmica, empenhada em compreender a vida em sociedade, pois elas seriam “uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real”. Acreditar em tal postulado seria negar nossa pesquisa, por isso discordamos completamente daqueles que relegam as representações humanas a uma categoria inferior no processo de análise científica da produção histórica, pois confere às representações o entendimento de questões que extrapolam a materialidade ou a “objetividade” das estruturas, embora elas estejam imbricadas no processo social (CHARTIER, 1988, p. 18).

Depois dessa notícia do dia 12 de agosto de 1973, não haverá mais neste ano nenhuma informação sobre as prostitutas caruaruenses, nem sobre a rua Almirante Barroso e nem sobre o Mocó. Aquela discussão estava encerrada! Nos jornais. A história continuaria com o prefeito João Lyra Filho e a Câmara dos Vereadores de Caruaru.

REFERÊNCIAS

ADILSON FILHO, José. A cidade **atravessada**: velhos e novos cenários na política belo-jardinense. Recife: Comunigraf, 2009.

BARROS, José D' Assunção. Cidade e **História**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CAPÍTULO 9

“POR TRÁS DAS GRADES DE FERRO O TÍTULO DE TERAPIA”: JOÃO RIBEIRO E A LOUCURA EM CAMPINA GRANDE

LORRANE RANGEL AGRA LOPES¹

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da. As ações de “Rebatismo Popular” em Fortaleza: soterrar memórias e o risco de ser enterrado com elas. *In*: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (org.). **História cultural, narrativas e pluralidade**. São Paulo: Hucitec, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PEREIRA, Armando. Sexo e prostituição. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, jun. 2007, v. 27, n. 53, p. 11-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez um beco: origens de um mau lugar. *In*: BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e **história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Rev. Bras. Hist.**, v. 19, n. 37, São Paulo, set. 1999.

Falar de loucura não é falar de um padrão, homogeneidade ou de continuidades. Além das mudanças que o conceito passou ao longo do tempo, há também as influências que a loucura sofreu das questões de classe, de gênero, de etnia ou, até mesmo, de acordo com a origem geográfica da instituição e das influências teóricas da psiquiatria, ou seja, possui várias especificidades. Desse modo, escolhemos direcionar a nossa análise para a questão do gênero e, mais especificamente, para a mulher, através do que constitui “ser mulher e ser louca”. Não estabelecemos essa diferenciação para afirmar que só as mulheres foram historicamente normatizadas pela medicina e pela psiquiatria, mas, sim, para enfatizar as particularidades ao definir ao longo da história uma mulher como louca em relação ao homem.

[1]. Licenciada em História e mestranda em História pela UFSC.

A medicina social, na busca por higienizar as cidades, assim como as pessoas, buscou estabelecer normatizações e padrões. Porém, a higienização não se limitou apenas ao aspecto físico, mas também ao moral e ao mental, a exemplo dos cursos de higienização mental que eram oferecidos. Desse modo, também se insere a psiquiatria na tentativa de estabelecer o “normal” e o “anormal”.

Nesse sentido, surgem também as diferenciações do que será considerado normal para o sexo feminino e para o sexo masculino, principalmente baseado em aspectos biológicos, ou seja, como afirmava a ciência do período, o corpo feminino, por ser menor, menos musculoso e por seus aspectos “psíquicos” serem naturalmente sensíveis e ligados à emoção, tenderia a possuir mais problemas mentais. Já a doença, quando ocorria no homem, se atribuía ao fator social, ou seja, problemas relacionados ao trabalho, à falta de disposição, como também à dificuldade em se encaixar no trabalho e no papel que a sociedade estabelecia para este.

Assim, as doenças psíquicas do feminino foram, em sua grande maioria, atribuídas ao que era considerado ciclo comum na vida de uma mulher, ou seja, à puberdade, à menarca, à gravidez e ao período de puerpério. Esses eram considerados os momentos mais propícios para o desenvolvimento de transtornos, segundo a psiquiatria do final do século XIX e o início do século XX. Com exceção do parto, que, apesar de ameaçador para a psique das mulheres, poderia vir a corrigir qualquer degeneração anterior. Percebe-se, assim, que o papel social da mulher esteve predeterminado pelo espaço privado e pelas funções de boa mãe e boa esposa.

A histeria, uma doença nervosa, é um exemplo, pois era considerada a doença do útero por alguns (apesar de não haver conhecimento específico sobre o aparelho reprodutivo da mulher ou do homem no período) e, por outros, majoritariamente uma doença das mulheres.

A ciência, desse modo, vai enquadrar as várias mulheres que destoam do papel social, do que é considerado ser mulher, como

histéricas, ou seja, caso houvesse a vontade de se dedicar aos estudos, além do que era considerado básico, não houvesse a pretensão de casar ou não tivesse o desejo de tornar-se mãe, a histeria lhes era atribuída. Isso em casos mais comuns, pois a questão da sexualidade também era enquadrada como uma doença mental, qualquer tipo de prática para além da função reprodutiva. Ou seja, a medicina psiquiátrica era uma medicina da intervenção na sexualidade (ENGEL, 2007). Destaca-se que não compreendemos a categoria de mulher como um bloco único e uniforme, mas que há várias possibilidades e vivências do ser mulher.

Inserimos, a partir desse diálogo, Campina Grande–Paraíba e a primeira instituição da cidade que irá cercar e, de fato, dar lugar aos loucos. Nomeada de Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional (ICANERF), durante o período que se estendeu de 1963, sua inauguração, a 2005, data da intervenção e do consequente fechamento da instituição, teve como seu fundador e único diretor durante toda a sua existência o próprio, João Ribeiro, a quem a imagem e o nome da clínica psiquiátrica seriam vinculados.

De tal modo, para compreender a instituição e o feminino inserido nela, é necessário conhecer e compreender seu “organizador”. Ciente desse fato, utilizaremos a história oral com vistas a oportunizar e trazer ao texto as versões do criador e diretor do Hospital. A partir disso, realizamos uma entrevista com ele e aqui fazemos uso desta na tentativa de esclarecer sobre a sua trajetória de vida pessoal e acadêmica, como também as suas concepções sobre a psiquiatria e sua visão acerca da reforma psiquiátrica. O uso da história oral nos possibilita, neste caso, pensar o lado normatizador da história, pensar a instituição e o lugar dela. Assim, tivemos a intenção de estabelecer esse diálogo por supor previamente os embates, os silêncios que ressoariam da narrativa, visto que tem sido muito comum se fazer história oral com setores nos quais os pesquisadores se comprazem

ou afinam, é importante lembrar a necessidade de, também, se ouvir outras partes e integrá-las (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 59).

A entrevista foi elaborada de forma livre, mas em alguns momentos foram colocadas algumas questões na direção da pesquisa. O clima de tensão permeou a entrevista, devido à gravidade dos fatos divulgados após a intervenção do Ministério da Saúde no Hospital João Ribeiro, no ano de 2005. Ocorreram limitações, interrupções e pausas durante a fala do entrevistado, moldando e trocando o caminho do diálogo que antes estava sendo estabelecido. Desse modo, nossa entrevista foi assim cerceada pela autocensura, pela censura e pela “dívida” que se tem com o passado. Apesar do exposto, ou devido a ele, a recepção, a simpatia e a vontade de ser ouvido e registrado sobre determinados aspectos estavam presentes.

Além dessas questões abordadas sobre as entrelinhas da entrevista, é necessário entender que, na narrativa da sua própria história, por mais que haja uma delimitação espacial e temporal mais ou menos estabelecida pelo entrevistador, o diálogo segue sua própria seleção. Há uma diferenciação entre a “vida vivida” e a vida que quer que se registre. A memória individual se articula à memória coletiva, há a hierarquização dos acontecimentos de sua própria vida e o juízo de valor sobre ela. Assim, compreendemos que a entrevista não pode ser lida como “um texto em si”, um texto que contém uma “verdade”, mas que devemos considerar todo o dito e o não dito pelo seu narrador, iremos analisá-la através da intencionalidade do discurso (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 162).

Da entrevista, temos que: João Ribeiro nasceu no dia 21 de maio de 1930, na cidade de Massaranduba, filho de Pedro Vaz Ribeiro e Áurea Moura Ribeiro, irmão de Valdetete, Paulo, Gracillette, Nivanda e Enivaldo Ribeiro. Este último, influente político paraibano, eleito deputado estadual, deputado federal e prefeito de Campina Grande, assim como o próprio João Ribeiro, chegou a exercer os cargos de deputado estadual e prefeito de Massaranduba, caminhando para a

sua vida acadêmica, porém sem esquecer o prestígio político local, o grande poder econômico e a influência sua e da sua família.

João Ribeiro estuda nos anos iniciais de sua vida na cidade na qual será eleito prefeito, mas no ginásio vem para a cidade de Campina Grande, matriculando-se no Colégio Alfredo Dantas, para dar continuidade a sua formação. De migrações, será composta a sua trajetória de estudante, pois, em Campina Grande, cidade mais próxima da sua cidade natal, não havia o curso de Medicina que ele pretendia cursar, este sendo fundado apenas no ano de 1964 e dando início às aulas com a primeira turma no ano de 1969. Para tornar-se médico, ele vai para o Recife e ingressa na Faculdade de Medicina do Recife,² caminho comum aos filhos dos oligarcas paraibanos. Quando questionado sobre o interesse pela medicina, ele afirma:

Me interessei pela medicina, pelo seguinte, é que aquilo vem intuitivamente... a convivência, você vê o comportamento do povo, o comportamento da sociedade, as dificuldades. Ai eu começo a ficar com piedade, né?³

No entanto, o interesse dele pela medicina não se encerra por aí. Durante a sua fala, relata que, ao conseguir um estágio em um hospital do Rio de Janeiro, se muda novamente. Porém, não chegaremos ainda no João Ribeiro psiquiatra, ou será que houve em algum momento está intenção intuitivamente? Ao chegar na cidade maravilhosa, ele, através da ajuda do seu amigo Valdemir Lira, a quem atribui grande influência nos seus estudos, consegue um vaga para estudar a especialidade médica de pediatria. No entanto, ficando por

[2]. Faculdade de Medicina no Recife. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/facmedrec.pdf>.

[3]. Entrevista realizada com João Ribeiro.

três meses apenas na parte teórica e “não vendo doente”, perde o interesse pelo curso. Em conversas com seu amigo Guilherme Abar, estudante de João Pessoa, considerado por ele um estudante muito inteligente, visto que ele se considerava como estudante mediano, pede indicação do melhor hospital do Brasil sobre doenças nervosas e mentais, e fica sabendo do Instituto de Neurologia do Rio de Janeiro e da dificuldade de adentrá-lo.

João Ribeiro informa que desistiu do curso de Pediatria que vinha fazendo na intenção de tratar de doenças nervosas em crianças. Parte em busca do “melhor hospital do Brasil”, o Instituto de Neurologia, no Rio de Janeiro, rua Venceslau Brás, bairro do Botafogo, como fez questão de enfatizar, dirigido por Deolindo Couto. Destaca-se a intenção do narrador em construir seu lugar de intelectual, ao mesmo tempo em que afirma “ser um estudante mediano”, destaca a sua passagem pelo Instituto de Neurologia, enfatizando o status que o local possuía no período e seu ingresso na instituição.

Ele relata que só conseguiu a vaga após passar cinco meses, indo duas ou três vezes por semana ao local. Além da insistência, ocorreu também a ampliação do hospital em que estava localizado o instituto, que necessitava, agora, de novos funcionários. Mas foi, principalmente, através de contatos políticos que a relação entre Deolindo Couto e João Ribeiro se estabeleceu, pois Deolindo era amigo de João Agripino⁴ e de outros políticos da cidade de Campina Grande, e por estes motivos dá a vaga a João Ribeiro.

Desse modo, interessa-nos a figura do professor Deolindo Couto, para que através dele possa-se pensar a neurologia e a psiquiatria no Brasil, bem como as correntes teóricas desta área com que João Ribeiro teve contato. Deolindo, formado em Medicina, é também

[4]. João Agripino, político paraibano filiado ao partido da UDN (União Democrática Nacional) e posteriormente à ARENA. Apoiou o golpe militar de 1964. Ocupou cargos políticos desde a década de 1940, assumindo o governo do Estado da Paraíba nos anos de 1966 a 1971.

o fundador do Instituto de Neurologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1946, hoje nomeado de Instituto Deolindo Couto. Influenciado pela medicina francesa, vai trazê-la e difundi-la, assim, na formação de neurologistas por todo o país.

Através de pesquisas, Deolindo trouxe modificações para a ciência da época, desenvolveu a angiografia cerebral, permitindo revelar pela radiografia a circulação do sangue no cérebro, introduziu a lobotomia pré-frontal no tratamento de paranoia e esquizofrenia.⁵ A lobotomia, também chamada de psicocirurgia, foi bastante utilizada nos hospitais psiquiátricos brasileiros durante os anos de 1936 a 1956. Com essa cirurgia, pretendia-se desligar os lobos frontais direito e esquerdo de todo o encéfalo, visando modificar o comportamento ou curar doenças mentais.

A técnica foi utilizada pela primeira vez, no Brasil, no Hospital do Junquery, em São Paulo. O processo era extremamente invasivo e perigoso, causando mortes, além de gerar várias complicações e sequelas, e era usado inclusive em crianças. É importante pensar que eram cirurgias realizadas no cérebro, mas que visavam à mudança comportamental (MASIERO, 2003).

A lobotomia possuía variações de acordo com os estudos desenvolvidos, desde o material utilizado até a área do cérebro a ser atingida. Um aspecto a se destacar é que a maioria dos estudos e experiências da lobotomia realizados no Brasil utilizaram apenas pacientes mulheres. O motivo não é explicado nas pesquisas. Inicialmente, as técnicas foram testadas em pacientes que não possuíam vínculo algum com a família, posteriormente é que foram sendo aplicadas a pacientes com algum contato familiar e, após nove anos, foram realizadas em hospitais psiquiátricos particulares.

[5]. FILHO, Murilo. Deolindo Couto: a academia e a medicina. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, durante o Ciclo Centenário de Deolindo Couto. maio 2002. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/centenarios6b.pdf>.

Os resultados analisados nas pesquisas foram realizados com pouco tempo do procedimento. Para além da cura e da reinserção social, percebe-se a intenção principal da lobotomia e o motivo pelo qual ela foi mantida; tornar o paciente dócil e “controlável”, afinal, ele possuía uma parte do cérebro danificada. A prática da lobotomia passa a ser “proibida” após o final da Segunda Guerra e a elaboração do Código de Nuremberg, em 1947, porém ela continuou a ser praticada no Brasil.

Além desse tratamento, também era utilizada nos hospitais psiquiátricos do Brasil a eletroconvulsoterapia, popularmente conhecido como eletrochoque. Essa técnica consiste em descargas repetitivas eletricamente induzidas no sistema nervoso central para o tratamento de doenças mentais. Assim como a lobotomia, busca a mudança comportamental do paciente. A prática existe desde 1933, partiu da concepção de que era incomum haver crises convulsivas em pacientes esquizofrênicos, supondo-se assim que a epilepsia seria capaz de se opor à esquizofrenia.

Instaurou-se como um método alternativo caso houvesse a ineficiência dos outros tratamentos, como a lobotomia já citada e a insulino-terapia, que abordaremos a seguir. Sendo usada, de fato, a partir de 1938, foi utilizada para além do tratamento, mas como uma forma de castigar pacientes rebeldes, várias vezes aos dias. No entanto, esta prática ainda é considerada pela medicina psiquiátrica como válida, sendo, desde 2002, normatizada pelo Conselho Federal de Medicina. Há todo um debate repleto de opiniões favoráveis e contrárias a esta prática.

A insulino-terapia, também conhecida como choque insulínico foi utilizada como método de tratamento a partir da década de 1930, quando se descobriu que a hipoglicemia causada pelo excesso de insulina no sangue provocaria convulsões e coma. Este método era utilizado, assim como os outros, principalmente em pacientes esquizofrênicos. Porém com passar dos anos, foi utilizado na maioria

das vezes para induzir ao coma. Menos falada, é conseqüentemente menos criticada (GUIMARÃES *et alli*, 2013, p. 364). Motivo, provável, pelo qual, João Ribeiro nomeia apenas este tratamento dizendo que era utilizado em seu hospital.

Sobre os métodos de tratamentos realizados no Hospital de João Ribeiro, ele diz: “Os mais comuns eram... os mais adequados... era a insulino-terapia... tratamento de calmante, tratamento de medicamento para dormir, tratamento para a desintoxicação das pessoas que bebiam...”. Vê-se então que ele não faz referência às práticas citadas de lobotomia e eletroconvulsoterapia, mas, nas entrevistas realizadas com ex-pacientes da instituição e seus familiares por Brito (2011), eles informam sobre o uso do eletrochoque; sobre a lobotomia, não possuímos relatos.

Assim como João Ribeiro faz referência a Deolindo Couto como personagem de grande influência na sua trajetória profissional, Deolindo também, como vemos através da sua breve biografia (GOMES; COSTA, 2002), teve a influência de outro médico, o professor Antônio Austregésilo Rodrigues Lima, considerado o pai de neurologia brasileira.

Apesar da existência, nas faculdades de Medicina do Brasil, de uma disciplina específica para neurologia e de outra para psiquiatria, foram especialidades que estabeleceram estreitos diálogos.⁶ Como, por exemplo, Austregésilo, apesar da ênfase na neurologia, dialogou com autores franceses e alemães que embasam a psiquiatria do período, também escreveu algumas obras literárias intituladas *Perfil de loucos, estudos psicológicos*, de 1943; *Perfil da mulher brasileira*, de

[6]. Em 1914, o Decreto nº 11.530, no seu artigo 42, desdobra oficialmente as cadeiras de Psiquiatria e Neurologia. No entanto, em 1943, foi lançado o primeiro número dos Arquivos de Neuro-Psiquiatria, mostrando que, apesar da separação legal, havia ainda um caminho que seguia sendo compartilhado pelas disciplinas. Para maiores informações: GOMES, Marleide. História da neurologia brasileira: cinquentenário da Academia Brasileira de Neurologia e centenário da neurologia brasileira. São Paulo: Omnifarma, 2012.

1924; *O meu e o teu, forças psicológicas*, de 1932; *Psiconeuroses e sexualidade I—a neurastenia sexual e seu tratamento*, de 1919, além da sua escrita científica, a que não tivemos acesso.

Austregésilo vai ser um dos precursores ao se dedicar à escrita da sexualidade a partir de ideia higienistas e eugenistas, que eram estudadas nas faculdades de Medicina do país. Segundo Augusto (2005), o médico dividido entre a teoria higienista e a psicanálise as confunde, as contradiz e tende para a primeira teoria. Assim, em seu estudo sobre neurastenia sexual, ele relaciona os pacientes com males psicopatológicos à sexualidade sempre como fator importante ou central da doença, atribuindo à sexualidade a causa principal das psiconeuroses. A neurastenia, título desse livro, inclusive, é definida como uma psiconeurose de origem comórbida; ao apresentar todos os seus sintomas, a define como uma doença moral.

Além dessa obra mais geral, em que ele apresenta a visão médica da sexualidade, há um livro específico para tratar o perfil da mulher brasileira. Durante esta obra, Austregésilo define o lugar da mulher através do papel social de cuidar dos filhos, do marido e do lar, normalizando essas características e as atribuindo como natural e comum a todas. Faz uso da história e evidencia as mulheres que, através dessas características, receberam papel de “destaque”. O livro não adentra a questão da mulher que destoaria desse padrão, assim, apesar da inferiorização da mulher em relação ao homem através da tese apresentada por Augusto, não percebemos a atribuição de seus desvios a características psíquicas naturais da mulher.

Conduta sexual, do mesmo autor, publicado em 1939, trabalha diversas temáticas destacando a importância da educação sexual como forma de prevenção de doenças físicas e específicas. Mas também irá dedicar um momento do livro para tratar da educação sexual das moças em formação, que, como cita Augusto, Austregésilo considera um dos temas mais importantes e delicados do seu livro. O ensino da sexualidade à moça caminha na via de que ela compreenda

o corpo que a fará mãe, para que não enfrente problemas psíquicos ou pratique atos sexuais de forma “não sadia”. Mais uma vez, a ênfase é dada ao psicológico, como também é acentuada a forma diferente do ensino sexual entre moças e rapazes. Posteriormente, ao falar da conduta sexual da mulher, utiliza-se do autor Nemilov para fazer ligações entre as questões psicológicas da mulher e os seus hormônios, concordando e considerando-os indissociáveis.

Desse modo, percebemos que pensar a psiquiatria em Campina Grande não é limitá-la a esta cidade, ou ao estado, mas sim envolver toda a articulação e os diálogos estabelecidos por esta especialidade, seus estudiosos e médicos em nível nacional e internacional. Assim, através das publicações destes “grandes nomes”, podemos compreender qual o lugar da mulher e a visão que a ciência constrói e aplica a ela.

Apesar do exposto acima, é necessário esclarecer que compreendemos que a ciência, incluindo a medicina, está em constante mudança, trazendo novos estudos e esclarecendo questões que, anteriormente, não poderiam ser respondidas, a exemplo do sistema reprodutor feminino antes desconhecido e do que hoje já possuímos mais informações. Porém, no processo de ensino aprendizagem, o professor só dialoga com o aluno através do que ele conhece, influenciando as pesquisas e aplicações práticas do aprendiz. Por esse motivo, achamos necessário compreender o que os “mestres” citados como importantes por seus alunos construíram, pesquisaram e se dedicaram durante a sua trajetória, na tentativa de estabelecer semelhanças e apropriações realizadas por João Ribeiro em sua clínica.

João Ribeiro, em sua fala sobre sua experiência acadêmica e neste caso de especialização médica, acrescenta sobre sua passagem pelo Rio de Janeiro e pelo Instituto de Neurologia:

Já aproveitei e fiz um curso também de psiquiatria, que para você viver naquele tempo, você fazer neu-

rologia somente não dava para viver. Com esse curso de psiquiatria, eu fiquei habilitado para desenvolver as duas funções, de neurologia e psiquiatria. (...) É porque a quantidade de cliente de neurologia era menor, aí você tinha que fazer psiquiatria.⁷

Quando se refere a sua formação específica de psiquiatra, só faz menção à Casa de Saúde, atribuindo os adjetivos de maior hospital de psiquiatria do Rio de Janeiro, onde conciliou as especializações em psiquiatria e neurologia. Esta última concluída através do trabalho apresentado na Universidade do Rio de Janeiro, intitulado de *Trombose da carótida interna em um paciente portador de doenças de chagas*; a outro trabalho de conclusão, se houve, não faz menção. Como questionado anteriormente, teria João Ribeiro real interesse pela psiquiatria? De acordo com o trecho acima, podemos questionar e pensar os rumos da instituição que fundaria, em que o “louco” é pensado previamente como cliente e a partir do recurso destinado ao seu tratamento.

Retornando para a Paraíba, no intuito de “trabalhar *pra si*”, iniciou sua prática médica na Paraíba no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado—IPASE, através de concurso,⁸ exercendo a função de neurologista, mas também quando necessário, em

determinados casos, também de psiquiatra. Recebeu a proposta de seu pai de tentar estabelecer uma clínica em Campina Grande, pois na cidade não havia lugar destinado à psiquiatria. “Ele me ajudou a construir uma clínica que começou um projeto em condições de ampliar e terminou com a ampliação que deu condições de trabalhar com mais de trezentos doentes lá”.

Esta clínica, o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional, o Hospital João Ribeiro, foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1963, através da realização de uma missa. A sociedade campinense, que já esperava a inauguração e acompanhava os últimos preparativos da instituição, teria, finalmente, um hospital psiquiátrico para onde destinar seus loucos. A imagem construída do médico João Ribeiro era a de um benfeitor e verdadeiro altruísta, trazendo o que havia de mais moderno da medicina para Campina Grande.⁹ Ele, ao falar da recepção ao instituto, nos diz:

O povo foi assimilando gradativamente, porque o hospital chegou a tomar uma proporção tão grande que a gente recebia doente de Recife, Santa Cruz do Capibaribe; naquele tempo, eu fui resolvendo os problemas e, cada vez que eu resolvia um, a notícia se espalhava e aumentava a clientela.¹⁰

Falar em modernidade em Campina Grande e nos seus símbolos nos remete à historiografia local, que, em diferentes perspectivas, se dedicou a entender como ocorre esse processo na cidade. Para Cabral Filho (2009), que pesquisou a cidade de Campina Grande, entre as décadas de 1930 a 1950, devido ao desenvolvimento econômico,

[7]. Entrevista realizada com João Ribeiro.

[8]. A entrevista foi realizada na presença de terceiros, que, neste momento, tecem uma observação: havia sido o pai de João Ribeiro que lhe arranhou o emprego, por motivo de parentesco entre eles e Argemiro Figueiredo, o governador. João Ribeiro nega e segue afirmando que foi um concurso em que havia passado. O Decreto de Lei nº 288, de 23 de fevereiro de 1938, em que foi criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em seu art 35, determina que os empregados do IPASE só poderiam ser admitidos mediante provas públicas de habilitação, porém no Decreto nº 37.614, de 19 de julho de 1955, há artigos que nos informam sobre a presença de “funcionários extranuméricos e pessoal eventual”, em diversas passagens, nos mostrando que não havia apenas concursados neste período. Como não há datação rememorada deste fato, seria este o motivo legal, ou seria para legitimar o seu saber, a ênfase do termo “concurso” ao ser contrariado?

[9]. Jornal Diário da Borborema, 4 set. 1963.
Jornal Diário da Borborema, 5 set. 1963.
Jornal Diário da Borborema, 6 set. 1963.

[10]. Entrevista realizada com João Ribeiro.

ligado principalmente à cultura do algodão, tem início também o processo de urbanização e de modernização da cidade. Modernização para quem? Para os ricos da cidade, pois pobres deveriam ser retirados de cena. Já sobre a década de 1960, o autor afirma ter sido marcada por um declínio econômico, buscando afirmação em outros campos da produção, mais precisamente nas atividades industriais.

No entanto, percebemos que a afirmação de desenvolvimento em outros campos não se limita às atividades de produção. Em meados de 1950 e na década de 1960, são criadas algumas instituições de ensino de superior na cidade, como a Escola Politécnica da Paraíba, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Medicina, a Faculdade Católica de Filosofia de Campina Grande e a Faculdade de Serviço Social.¹¹ Percebe-se que há uma fomentação das instituições de saber. Nesse sentido é que podemos compreender a importância atribuída ao hospital psiquiátrico da cidade, pois, além de contribuir com capital intelectual da cidade, possibilitava a retirada dos loucos das ruas. É também um símbolo de modernidade, visto que antigas práticas destinadas à loucura não possuíam mais vez.

O hospital psiquiátrico foi construído no bairro da Liberdade, na rua Getúlio Cavalcante. No período, era o único hospital da cidade que se distanciava dos demais, visto que os outros estavam localizados nas proximidades do centro da cidade e no bairro do São José, região habitada por pessoas de classes média e alta. Já a localidade do João Ribeiro era considerada uma zona pobre e afastada da cidade. Ao perguntarmos qual o motivo da escolha do bairro, tão distinto e distante da assistência médica local, ele nos justificou que foi o terreno acessível às suas condições financeiras. No entanto, sua fala é atravessada pela de um terceiro que complementa: “Para o tipo de

[11]. SILVA, F.; MONTENEGRO, R. *A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema*: Uma análise de discurso. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-fabio-escola-politecnica-campina-grande.pdf>.

tratamento e do hospital, ali era o local melhor, era expansivo, não tinha residência perto”, destacando assim a necessidade de isolar o louco da “normalidade” e da “civildade”.

João Ribeiro, ao rememorar o período áureo da sua instituição lembrando e narrando a inauguração, tem a sua fala direcionada imediatamente para os momentos finais do seu hospital: “Pois o ICANERF foi entrando em crise, porque era no Brasil todo, tinham que pagar a inúmeros hospitais, e o meu hospital como era grande, eles começaram a falhar os pagamentos, aí eu terminei sem condições de continuar”. Ele assim justifica os acontecimentos que ocorreram após 2005, sem qualquer interferência nossa para este assunto. Seu tom de voz e expressão, que, ao falar de sua trajetória acadêmica ou da extensão que seu hospital possuía, eram tão positivos e entusiasmados, se esvaem. Essa mesma justificativa se repete ao longo da sua fala, sem acréscimo de maiores informações. As condições de maus-tratos, de má higiene, apresentadas pelos tantos sujeitos e fontes no pós 2005, não são relatados. Esta é a sua única justificativa.

Retomar a história do João Ribeiro é compreender que ele deu, em determinado momento, a assistência e referência psiquiátrica à cidade de Campina Grande, possibilitando novos olhares e possíveis tratamentos ao “anormal”. Além de que sua instituição estava em consonância com o que havia de “avanços” na psiquiatria do período, ele enfatiza os vários cursos em grandes cidades de que ele participou, os cursos que deu na Graduação em Medicina de Campina Grande, como também os diversos estágios que eram realizados lá. Porém nos questionamos em que momento, além de ser espaço de segregação e separação da sociedade, passou também a ser espaço de abandono cotidiano e de indiferença dos que ali transitavam?

Como já antecipado em outros momentos do texto, retomando agora, mais detalhadamente, em 2005, o Instituto Campinense de Neuropsiquiatria e Reabilitação Funcional passou por uma intervenção realizada pelo Ministério da Saúde. Esse processo só foi possível

de ser pensado e posto em prática a partir das diversas lutas estabelecidas pelo processo de reforma psiquiátrica, movimento contrário ao sistema asilar e em busca de um tratamento humanizado, aberto e com autonomia do paciente.

No entanto, o fechamento do hospital não ocorreu no que poderíamos chamar de “do dia *pra* noite”. Desde 2003, ele vinha sendo reprovado pelo Programa Nacional do Sistema Hospitalar (PNASH). Posta em prática a reforma apenas em 2005, o processo durou cerca de cinco meses na tentativa de restabelecer o hospital e adequá-lo às normas sanitárias e humanitárias. Com a falha em alcançar seus dois objetivos, o hospital foi descredenciado do SUS. Com a ausência dos recursos que eram repassados à instituição pelo Governo Federal e os crescentes processos trabalhistas direcionados ao dono da instituição pela falta de pagamento aos seus funcionários, o João Ribeiro é fechado.

Buscando compreender o que ocorria na instituição no ano de 2005, utilizaremos a narrativa de Fernando Kinker, nomeado interventor pelo Ministério da Saúde, que escreve uma dissertação intitulada de *O lugar do manicômio: relato da experiência de desconstrução de um hospital psiquiátrico no interior do Nordeste*, publicada em 2007. Apesar de ser uma escrita acadêmica, ela segue o formato de um “relato de experiência”, ou seja, há as representações de Kinker perante as condições encontradas no hospital. Ele, como interventor, assumiu a direção do hospital durante os cinco conturbados meses de tramitações jurídicas e de incertezas sobre a continuidade ou não do João Ribeiro. Sobre sua experiência, ele relata:

Os pacientes estavam despojados de colchões (em algumas enfermarias não havia sequer camas), de água nos banheiros, de iluminação nos quartos, de banheiros nos pátios, de roupas nos corpos, de sabonete para banho, de comida decente. Estavam “apoderados” de fome, sarna e piolhos. Sua higiene era precária, só

tomavam banhos coletivos de mangueira, comiam arroz e carne com osso no almoço, sopa de macarrão com osso no jantar. Os funcionários diziam, com naturalidade, que os banhos coletivos com creolina eram práticas comuns para tentar debelar a sarna, já que não existiam remédios próprios para isso. (...) o cheiro de urina e fezes dominava os espaços de reclusão. No pátio, havia um cubículo, talvez muito próximo de um estábulo de concreto, onde os pacientes deviam urinar e defecar. Não havia vasos sanitários nem locais certos para isso, o cubículo todo era um vaso plano feito de chão. (KINKER, 2007, p. 16-17).

Diferente das simples alegações do proprietário sobre a falta de recursos e da dificuldade de manter a instituição, a partir da “voz” de Kinker, o hospital adquire no nosso imaginário para além do espaço físico, tomando corpo, e esses corpos destituídos de qualquer autonomia ou de condição humana. Esses corpos, neste momento, adquirem outro contexto: o de denúncia do que ocorria e que era legitimado por aquele espaço e seus saberes. Ao ganharem as páginas dos jornais locais, a instituição que era vista de forma tão positiva e adicional à cidade passa a ser vista como desumana e é repudiada. Destacamos também a posição de interventor de Kinker, direcionando o seu olhar e suas reflexões.

Sobre a reforma psiquiátrica, no entanto, João Ribeiro a percebe como “um desastre muito grande”, na sua maneira de ver, mesmo reconhecendo os “avanços” dos psicotrópicos. Vê a mudança na lógica institucional como se a psiquiatria fosse substituída pela psicoterapia ou pela simples conversa. Ainda em suas palavras, no antigo sistema através da assistência psiquiátrica, o paciente era “reeducado para viver em sociedade”. Ora, seria o descrito por Kinker uma reeducação?

Percebemos que esse discurso parte de uma concepção social do seu autor, em que através do fechamento do seu hospital e da reforma psiquiátrica, ele tem perdas financeiras e de “status social”.

A loucura, em Campina Grande e desde 1963, tem a verdade médica como seu eixo norteador, não exclusiva de João Ribeiro, apesar da sua ampla influência. Há assim todo um ressentimento de uma classe detentora de um poder, que tem agora seus discursos permeados por outros saberes.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Viviane. **Uma contribuição à historiografia da educação sexual no Brasil:** análise de três obras de Antônio Austregésilo (1923, 1928 e 1939). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Unesp, Araraquara.

BRITO, Fátima Saionara Leandro. **Andanças que cortam os caminhos da razão:** as vivências insanas e a atuação da reforma psiquiátrica em Campina Grande – PB. 2011. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

CORBISIER, C. A reforma psiquiátrica: avanços e limites de uma experiência. *In:* AMARANTE, P. (org.). **Ensaio:** subjetividade, saúde mental, sociedade [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

CUNHA, Maria Clementina. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do século XX. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo, 1989.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. *In:* PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 322.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. 27. Ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KINKER, Fernando Sfair. **O lugar do manicômio:** relato da experiência de desconstrução de um hospital psiquiátrico no interior do Nordeste. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.

MEIHY, J.; HOLANDA, F. **História oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

RIBEIRO, João. Entrevista nº 01, concedida a xxxxxx em 12 de junho de 2018.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença:** sexo e gênero na medicina da mulher. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SILVA, Dayanne. **A intervenção no ICANERF e a emergência da “voz da loucura” na cidade de Campina Grande.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)–Universidade Federal de Campina Grande.

CAPÍTULO 10

AS CIDADES VIOLENTAS INTERPELADAS PELAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS — O CASO TERESA CALDEIRA

ALARCON AGRA DO Ó¹

“É preciso então compreender as formas de racionalidade que fazem jorrar a violência.”
(Arlette Farge)

INTRODUÇÃO

De que as cidades, especialmente as brasileiras, andam tomadas pelo espectro da violência, entendida aqui como a discórdia, o conflito, a desordem instalada, algo que, ainda que dotado de certa racionalidade, produz sofrimento e permite a instauração de uma política do medo, não parece haver dúvidas (FARGE, 2011; MISSE, 2008; SILVA, 2008). Há, quanto a tal questão,

[1]. Licenciado em História e mestre em Educação pela UFPB. Doutor em História pela UFPE.

TEIVE, H.; SÁ, D.; SILVEIRA NETO, O.; SILVEIRA, O.; WERNECK, L. **Professor Antônio Austregésilo: o pioneiro da neurologia e do estudo dos distúrbios do movimento no Brasil.** Arq. Neuropsiquiatria, 1999.

TOLEDO, Eliza. História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 2015.

VIEIRA, Elisabeth. **A medicalização do corpo feminino.** Editora FIOCRUZ, 2002.

como talvez dissesse François Hartog (2011), a produção insistente de uma evidência a qual indica que a cidade não apenas *está* perigosa por conta deste ou daquele fenômeno, mas, sim, que ela *é* perigosa, dada a sua condição de receptáculo acolhedor à violência.

Esta parece ser a imagem urbana mais prenha na atualidade: o borramento de uma nostálgica lembrança de uma cidade sem violência e a afirmação, em todas as suas cores, de uma experiência de crime e de violação de direitos básicos. Quando inquiridos em alguma pesquisa social, os homens e as mulheres que vivem o drama urbano repetem a mesma informação de que, em algum momento de sua vida, foram objeto de uma agressão qualquer, ou conhecem mais ou menos proximamente quem a tenha sofrido, quer ela tenha se dado sob a forma de furtos, assaltos, por vezes até sequestros e estupros.

Tudo isso faz com que o tema da violência ocupe o cotidiano nas conversas de todos os dias, na sua dramatização pela mídia—o que leva, por sua vez, “à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação de conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social” (ADORNO; LAMIN, 2008, p. 154).

O espanto em relação à violência a transforma, intensamente, em objeto do pensamento, em diversas áreas do conhecimento: história, geografia, sociologia, ciência política, saúde pública, antropologia, estatística, direito, entre outras (BRASIL, 2010, p. 216). Isto se dá, segundo Arlette Farge (2011), historiadora francesa interessada em tais questões, na medida em que a violência e a barbárie, sejam as do nosso tempo presente, sejam as de qualquer passado, são desconcertantes — do mesmo modo que as explicações de que dispomos sobre *aquilo* só são capazes de nos provocar insatisfação. No entanto, frente a tal cenário, não nos caberia o sentimento de fatalidade ou de impotência; caberia, sim, diz Farge, “tentar a aventura da reflexão”.

A violência, enfim, pode ser pensada — e enfrentada — não apenas como a consequência de algo, mas, sim, como “o objeto — o tema — principal de uma política”, sendo, portanto, um problema a entender e, ainda mais, a enfrentar. Afinal, no trato com esta temática, sobreleva-se a dimensão ética e política das ciências sociais e humanas, naquilo que as torna interessadas não apenas na compreensão, mas também na intervenção. Se a violência existe, indica Farge, ela pode também não existir: “Nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo”. Sua problematização pelo pensamento é uma forma legítima de construção—ou, ao menos, de esboço—de realidades menos violentas.

Esse desafio tem sido enfrentado com dedicação, especialmente nas últimas décadas, por diversos pesquisadores. No entanto, como aponta Michel Misse (2008, p. 09-10), “mesmo após a crescente qualidade e volume da produção recente nessa área temática”, ainda continuamos a conviver com uma proliferação de intervenções construídas no terreno instável da *opinião*. Há, entre nós, incessante multiplicação de pretensos *especialistas* na violência, os quais ocupam espaços sem conta, principalmente na imprensa e nas redes sociais, *opinando* muito mais que refletindo ou incitando ao pensamento. Gera-se, então, uma ênfase na acusação social, ao invés de um desejado empenho na compreensão dos fenômenos e na consideração do seu caráter multidimensional e complexo.

O objetivo do presente artigo é o de “desentranhar” de um texto já clássico nas ciências sociais e humanas uma imagem instigante em torno de questões ligadas à experiência tensa, conflituosa e violenta das cidades brasileiras. Com esse movimento, espero chamar a atenção para uma produção que toma distância das *opiniões* e se constitui como mergulho vertical e intenso no estudo dos conflitos tantos que ajudam a emprestar ao rosto da cidade brasileira contemporânea as marcas da violência. Trata-se de uma obra que, desde a sua publica-

ção, mudou de status acadêmico, no sentido de que não é lida mais como *apenas* um estudo de caso, mas, sim, como um texto de referência que estimula e fecunda novas pesquisas.

O texto que escolho para interpelar intitula-se *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, cuja primeira versão consistiu na tese de doutorado em antropologia de Teresa Pires do Rio Caldeira, defendida junto à Universidade da Califórnia, sob orientação de Paul Rabinow.

Vou me ater à leitura de alguns passos da “Introdução” do livro, considerando a sua densidade e o fato de que, ali, a autora condensa boa parte das principais questões trabalhadas ao longo do estudo.

O ESTUDO

No início do seu texto, Teresa Caldeira emite uma sentença que introduz o leitor, de chofre, naquilo que será discutido por todo o trabalho, a seguir:

A violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de segregação espacial e discriminação social. (ano, p. 09).

Segundo a autora, nas duas últimas décadas do século xx, diversas cidades do mundo, especialmente as maiores, têm se transformado no espaço de uma nova dinâmica das relações entre as classes sociais. Ao traçar o seu caminho analítico nesse sentido, Caldeira toma distância de um olhar que, mais ligeiro, explicaria a violência chamando a atenção apenas para a dramaticidade da sua aparição, ou seja, para a sua face espetacular, sem dar conta de seus meandros, de suas implicações complexas, de sua multidimensionalidade (BORGES, 2006). Assim, a violência emerge no seu estudo não como ma-

nifestação anômica de indivíduos ou grupos avessos à ordem urbana, mas, sim, como elemento ao mesmo tempo característico da cena urbana contemporânea e dela constitutivo. E, não se deve perder a oportunidade de enfatizar isso, a violência é tomada ali como uma presença produtiva na cena social, na medida em que ela torna possíveis—muito embora outras escolhas fossem também pensáveis...—a instauração e o reforço de práticas de controle social.

Caldeira, quanto a isso, afirma que, valendo-se do medo da violência e do crime, “diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas”, ampliam a legitimidade do controle e da exclusão social, inclusive com o concurso de tecnologias cada vez mais aprimoradas (p. 09). Além disso, aqueles grupos experienciam uma retirada massiva em direção a moradias que Caldeira nomeia como enclaves fortificados: casas ou edifícios que se mostram como verdadeiras fortalezas, ou condomínios horizontais fechados, igualmente protegidos contra as ameaças que, em tese, estão no seu exterior. Em outras palavras, a violência e o medo se entrelaçam e produzem efeitos, legitimando redesenhos do espaço urbano, em meio ao qual se tecem (ou retecem) formas de estranhamento de uns em relação a outros. A cidade torna-se, assim, cada vez menos *pública* e cada vez mais uma sucessão mal encaixada de enclaves que só se comunicam de forma atravessada e incompleta.

Para justificar tais movimentos de enclausuramento (o afastamento do outro e a reclusão de si mesma), a elite urbana se ampara, diz Caldeira, num repertório diversificado de referências. Em primeiro lugar, há a enunciação recorrente de que a violência e a criminalidade se encontram fora de controle na atualidade. O tempo presente é descrito como uma diferença brutal em relação a quase qualquer outro passado, face à permanente susceptibilidade de quebra da ordem e da paz. Frente a uma situação de risco permanente, os detentores de maiores aportes materiais, vítimas preferenciais de agressões as mais variadas, dada a sua condição socioeconômica pri-

vilegiada num país de tantas diferenças sociais, buscam isolar-se. E aí operam eles com outra série discursiva, implicada na primeira, mas dotada de autonomia relativa. Trata-se do tema, de certa forma recorrente na história brasileira, da criminalidade potencial dos mais pobres, especialmente dos negros ou mestiços (BATISTA, 2003).

Tudo isso se torna mais complexo, ressalta Caldeira, na medida em que as últimas décadas do século xx, o seu período de estudo, são também marcadas, em diversos locais, por processos de transformação social que, cada um a seu modo, contribuem para a afirmação de novos estranhamentos, novas demandas sociais, políticas, burocráticas e até mesmo cognitivas. Assim, a autora repertoria: “Transições democráticas na América Latina; pós-*apartheid* na África do Sul; pós-socialismo no leste europeu; transformações étnicas decorrentes de intensa imigração nos Estados Unidos” (p. 09).

Em tal contexto, marcado pela emergência – ou pelo aumento da visibilidade – de novos personagens, de novos modos de ser e de existir, toma corpo um difuso (mas concreto) medo social em relação à alteridade. Num mundo em clivagem, no qual as mudanças parecem mais rápidas que em qualquer outro momento, não é raro que alguns sujeitos persigam a segurança na reiteração de lugares e posições que lhes pareçam sólidas e imutáveis – o contrário disso sendo a instabilidade e o contato com o novo. No âmbito das cidades, resta a quem experimenta tais medos assustar-se frente aos migrantes, aos que exibem marcas corporais distintas da média branca e urbanizada, aos que diferem do horizonte do naturalizado desejo das camadas médias em relação à sua estabilidade e repetição. Um desdobramento dessas experimentações, insistentemente apontado por Caldeira, consiste na produção de segregações espaciais na cidade contemporânea.

Num movimento típico da pertença disciplinar do estudo, a autora chama a atenção para a relevância das dimensões singulares de

cada experiência mencionada no que toca aos temas do seu estudo. Porém, ela insiste num ponto que deve ser mencionado, pelas suas implicações metodológicas e explicativas:

(...) as formas de exclusão e encerramento sob as quais as atuais transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que se pode tratá-las como parte de uma fórmula que elites em todo o mundo vêm adotando para reconfigurar a segregação espacial de suas cidades. (p. 09).

Ou seja, o estudo daria conta de uma espécie de padrão que estaria se espalhando pelas experiências urbanas contemporâneas, o que deve desde então ser pensado caso a caso. Nos entremeios do texto que leio aqui, há, nesse sentido, uma espécie de meditação crítica sobre aquilo a que muitos chamamos de globalização; Caldeira insinua aqui e ali, na sua produção, que o borramento das fronteiras e a suposta integração dos mercados e das experiências societárias têm intencionalidades precisas, estando longe de ser um processo simples ou *natural*. A seu ver, e longe disso, o que vemos na atualidade é a predominância de um modelo autoritário e, por conseguinte, não democrático de produção de subjetividades e de relações sociais. Aqui, como em tantos outros momentos, a produção de Caldeira abre frentes de trabalho instigantes para as ciências sociais e humanas interessadas nos seus temas e problemas.

Para além de todas as informações e discussões gerais, entretanto, o estudo de Caldeira trata de uma cidade específica, sobre a qual a autora já se dedicava desde o começo dos anos 1980 (p. 381):

Este livro focaliza o caso de São Paulo e apresenta uma análise da forma pela qual o crime, o medo da violência e o desrespeito aos direitos da cidadania têm

se combinado a transformações urbanas para produzir um novo padrão de segregação urbana. (p. 09).

São Paulo funciona, no texto estudado, como o alvo da atenção e com provocador de leituras outras. Bem estabelecida no ponto zero de sua análise, qual seja a dimensão singular do seu objeto (movimento definidor de uma inserção própria nas ciências sociais e humanas), a autora não se furta a demarcar esta presença única em relação a outras formas urbanas, restando daí a imagem de um olhar vertical, mas atento, ao seu derredor, numa mirada que é prenhe de articulações.

O período estudado em *Cidade de muros*, por sua vez, é marcado pela “consolidação democrática” no país, após muitos anos de ditadura. É também o momento em que o crescimento do crime violento produziu uma sensação disseminada – desigualmente – de medo (ZALUAR, 1998). Este medo, por sua vez, diz Caldeira, torna possíveis “novas estratégias de proteção e reação”, entre as quais se destaca, no olhar da autora, “a construção dos muros”, o que lhe parece a face mais emblemática do processo estudado. Os muros (e as cercas, os portões eletrônicos, as câmeras de segurança, as guaritas, o cercamento cada vez mais rigoroso dos espaços) são tomados por Caldeira como inscrições materiais e simbólicas no corpo da cidade, sendo, como outras correlatas, “estratégias” que “estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos” (p. 09).

Ao estabelecer uma explicação para a emergência, para a legitimação e para o funcionamento dessas estratégias, Teresa Caldeira propõe uma noção—um operador conceitual—que será de profunda importância no movimento total do seu estudo e que, ao meu ver, deve ser considerado como uma ferramenta de grande potencial para o estudo, no âmbito das ciências sociais e humanas, das tensões, dos conflitos e da violência nas e das cidades. Diz a autora:

Muitas dessas operações são justificadas em conversas do dia a dia, cujo tema é o que chamo de **fala do crime**. As narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o crime como tema contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar. A fala do crime promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas. (...) O universo do crime oferece imagens que permitem tanto expressar os sentimentos de perda e decadência social gerados por estes outros processos, quanto legitimar o tipo de reação que se vem adotando: segurança privada para garantir o isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos. (p. 09-10, grifo meu).

A fala do crime, diz Caldeira, consiste numa “reordenação simbólica do mundo”. Isso se trama a partir da elaboração de preconceitos e da naturalização da ideia de que certos grupos (e certas condutas) são potencialmente perigosos. É uma prática social e cultural, no mínimo, simplista, na medida em que opera com polarizações mecânicas (nela o bem e o mal são absolutos e antagônicos) e com a criminalização incontestada de condutas e identidades. A fala do crime funciona como um teatro de estereotípias, como uma maquinaria complexa (logo, também plena de ambiguidades) que se espalha de forma tão insidiosa que chega a ser assumida pelas suas vítimas preferenciais, os indivíduos das classes populares (cf. MISSE, 2008).

Cabe, entretanto, Caldeira chama a atenção, ter cuidado para que não se caia, no âmbito da análise das ciências sociais e humanas sobre tais questões, no perigo das simplificações. Além disso, é fundamental que se observe que a fala do crime está implicada em

processos mais amplos que aqueles que estão no seu entorno mais imediato, os quais são de especial interesse da pesquisadora:

Na verdade, o universo do crime (ou da transgressão ou das acusações de mau comportamento) oferece um contexto fértil no qual os estereótipos circulam e a discriminação social é moldada – não apenas em São Paulo, mas em qualquer lugar. Obviamente, esse universo do crime não é o único a gerar discriminação nas sociedades contemporâneas. No entanto, sua investigação é especialmente importante porque ele fomenta o desenvolvimento de dois novos modelos de discriminação: a privatização da segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados. Esses dois processos estão mudando as noções de público e de espaço público que até bem recentemente predominavam em sociedades ocidentais. (p. 11).

Há longa tradição, nas ciências sociais e humanas, dedicada a pensar a relação entre a construção (e a consolidação) do Estado Moderno e o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado. Isso vem sendo colocado à prova, diz Caldeira, pela “privatização da segurança”, serviço, aliás, abundantemente ofertado na atualidade, como espaço de movimentação de grandes somas de capital. A autora, amparada nas suas referências, registra que, nos meados dos anos 1990, “o número de vigilantes empregados em segurança privada ultrapassou o de policiais em quase três vezes nos Estados Unidos e em cerca de duas vezes na Grã-Bretanha e no Canadá”. E há mais, muito mais do que a proteção estrita do patrimônio material em questão, aí:

Cidadãos desses e de muitos outros países dependem cada vez mais da segurança privada não só para a proteção em face do crime, mas também para identificação, triagem, controle e isolamento de pessoas indesejadas, exatamente aquelas que se encaixam nos estereótipos criados pela fala do crime. (p. 11).

No que diz respeito à cidade de São Paulo, estudada por Caldeira, no momento da escrita do seu texto ainda não se dera a ultrapassagem do quantitativo de policiais pelo de seguranças privados. No entanto, o mercado da segurança privada estava em franco crescimento, o que se aliava naquela circunstância a dimensões preocupantes da experiência social brasileira. A privatização da segurança, diz Caldeira, se articulava a um “amplo descrédito das instituições da ordem – as forças policiais e o sistema judiciário”. Ambos eram vistos, então, com suspeitas, face à difusão social de uma impressão de que são ineficientes e capazes de uma frequente ação fora da lei, mesmo num país democrático. O fato de que são abundantes os registros de que a polícia comete abusos, até mesmo executando suspeitos, ampara a contratação, por cada vez mais cidadãos, de serviços privados de segurança e de proteção (mesmo irregulares e ilegais). Caldeira chama a atenção para a frequente violação de direitos de cidadania por tais serviços privados – e para a tolerância da população em relação a eles, dado que não é de todo difundida e assumida socialmente a cultura dos direitos humanos (p. 10-11).

Essa ampla violação dos direitos de cidadania indica os limites da consolidação democrática e do estado de direito no Brasil. O universo do crime não só revela um desrespeito generalizado por direitos e vidas, mas também diretamente deslegitima a cidadania. Esse desrespeito pelos direitos individuais e pela justiça representa o principal desafio à expansão da democracia brasileira para além do sistema político, onde ela foi consolidada nas últimas décadas. (p. 11).

A privatização da segurança e as transformações nas noções de público e de espaço público, centrais na experiência contemporânea, diz Caldeira, se acoplam à emergência de um “novo padrão de segregação urbana”. Não que as cidades desconheçam a segregação, ao

contrário, aí está uma prática recorrente ao longo da história urbana. Entretanto, suas formas são históricas – e as do presente, de acordo com o relato de Caldeira, traduzem não apenas uma retomada ou uma rearticulação de modelos anteriores, mas, ao contrário, elas se constituem a invenção e a experimentação “de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano”. Ele se caracteriza pela sua incorporação por camadas médias e altas de cidades em todo o mundo, pela ressignificação do espaço público, pela articulação de instrumentos e estratégias oriundas de diversas tradições urbanísticas e arquitetônicas; são focados, com frequência, nos subúrbios, nos quais as elites se refugiam não é de hoje. Finalmente, o novo modelo de segregação se afirma como singular pela explicitação nunca antes vista da lógica segregacionista que ele implica e que, no limite, o define (p. 11).

O que se edifica, enfim, diz Caldeira, em tais circunstâncias, são “enclaves fortificados”, espaços “privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo”. São espaços que atraem e seduzem todos quanto possam pagar pela satisfação dos seus desejos e pela administração das suas ansiedades em relação à propriedade, à segurança e à proteção (contra o outro). São o território ideal para quem teme a mistura social, a visibilidade do outro, pobre e negro. Sendo fechados, tendo seu acesso controlado o mais rigorosamente possível, tais enclaves, pela sua existência mesma, são um contraponto ao espaço público tal como configurado ao longo da modernidade. Os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que fundam a experiência democrática moderna são ali refugados em nome da privatização, dos cercamentos, do policiamento permanente das fronteiras físicas e simbólicas (p. 12).

Cria-se um espaço que só aparentemente é *público* – e que é:

(...) fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desi-

gualdade é um valor estruturante. No novo tipo de espaço público, as diferenças não devem ser postas de lado, tomadas como irrelevantes, negligenciadas. Nem devem também ser disfarçadas para sustentar ideologias de igualdade universal ou de pluralismo cultural. O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não democrático e não moderno (p. 12).

Como aponta Luiz Antonio Machado da Silva, no seu *Vida sob cerco* (2008), o nosso tempo presente é o instante de um confinamento persistente de todos os cidadãos – de todos os habitantes da cidade. Somos chamados, assim, a experimentar uma pólis assustadora, na qual convivemos demasiadamente próximos, nós, os pacíficos, com bandos e indivíduos armados, quando não mais, do poder físico de nos destruir ou mutilar, no corpo de carne ou de patrimônio. Inventamos novas formas de demarcação das classes perigosas, as quais agora já não assustam mais por seu potencial revolucionário em relação ao capitalismo ou por sua moral dissoluta e corrosiva em relação à família burguesa; na atualidade, os pobres são perigosos porque são bandidos, porque moram em lugares que funcionam como nascedouros privilegiados da criminalidade. A nossa civilização, nesse sentido, se afirma pela ocupação, pelo cercamento e, quando possível, pela dizimação destes espaços (e de seus perversos habitantes), visto que são potencialmente capazes de gerar o mal.

Assim, diz Silva (2008, p. 14):

(...) na atualidade, o medo produz expectativas e demandas de segurança *contra* e não *com* os outros – levando a polícia a funcionar como verdadeiro dispositivo de confinamento. Dos aparelhos de segurança, não se espera mais a regulação das relações de classe, e sim a evitação de encontros entre desconhecidos por meio de repressão livre de restrições, cotidiana

e generalizada. A função da polícia passa a ser vista pelas camadas mais abastadas como um muro de contenção ao intercâmbio de indivíduos e maneiras de viver, em vez de ser um meio orgânico de sua regulação. Com os encontros cada vez mais escassos e envoltos por uma hostilidade muito mais profunda do que a mencionada por Simmel como característica das interações nas metrópoles de seu tempo, cresce a desconfiança recíproca e se aprofundam as distâncias sociais.

A importância de estudar tais questões, ainda alerta Caldeira, não reside apenas no seu interesse mais imediato, por mais que aí também se encontrem inúmeras razões para legitimar o olhar acadêmico que se volte para tais temas e problemas. Ocorre, entretanto, que há ainda outros fios a considerar, derivados do que se disse acima – e igualmente relevantes para as ciências sociais e humanas e para a própria dinâmica histórica das sociedades na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, parece ser esta a mensagem de Teresa Caldeira no seu texto tão rico em ideias e reflexões: a cidade foi conquistada pelo medo e pela segregação, e cabe às ciências sociais e humanas pensar e fazer pensar sobre isso. É possível, enfim, não haver apenas perplexidade frente ao presente. Estudar tais questões é denunciar a sua dimensão de incivilidade, de atentado permanente à democracia; é fazer entender que o espectro da violência, que ronda e atravessa as cidades, é algo apenas humano, demasiado humano – algo, em outras palavras, que não precisa existir e que, no caso, deve-se combater.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; Cristiane Lamin. Medo, violência e insegurança. *In*: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs.) **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Ed. Contexto, 2008. p. 151-171.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro.** Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORGES, Wilson Couto. **Criminalidade no Rio de Janeiro.** A imprensa e a (in)formação da realidade. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação.** PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010. 2 v.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. **Evidência da história.** O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MISSE, Michel (org.). **Acusados e acusadores.** Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008.

SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). **Vida sob cerco**. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil 4**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245-318.

FORMATO *15x21 cm*
TIPOLOGIA *Adobe Garmond Pro*
Nº DE PÁG. *214*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- EDUFCCG

